

Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

“Okutiuka é minha casa”: Estratégias de inserção social de
crianças e jovens com percursos de rua no Huambo

Liliana Marisa Vieira da Silva Azevedo

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Estudos Africanos

Orientadora:
Doutora Cristina Odete Udelsmann Rodrigues, Investigadora Auxiliar Convidada,
CEI – Instituto Universitário de Lisboa

Fevereiro, 2014

Aos meninos do Huambo

AGRADECIMENTOS

*Caminante, no hay camino,
se hace camino al andar.
Al andar se hace el camino,
y al volver la vista atrás
se ve la senda que nunca
se ha de volver a pisar.*

(Excerto de “Proverbios y cantares” do livro *Campos de Castilla*
de Antonio Machado, poeta espanhol, 1875-1939)

O caminho para aqui chegar foi longo. Feito de avanços e recuos, interrogações e dúvidas, algumas paragens e outros tantos recomeços, resultou nas páginas que seguem e que transcrevem a dimensão pessoal da investigação.

Foram muitas as pessoas que acompanharam o desenvolvimento deste trabalho, proporcionando apoio moral, afectivo, intelectual e logístico em diferentes etapas do percurso. A todas elas, quero deixar uma palavra de agradecimento.

Em primeiro lugar, a toda a “família” Okutiuka, pelo acolhimento de braços abertos naquele querido mês de Agosto, sem o qual não teria sido possível realizar este trabalho. À Professora Cristina Rodrigues, pelos conselhos e estímulos ao longo destes dois anos, à Professora Ana Larcher, pelos encorajamentos na fase inicial deste trabalho de investigação, ao Orlando Garcia, pelos inputs e despertar de interesse para uma organização *sui generis*, à Paula Sequeira, Ana Simões e Nuno Costa, pela hospitalidade na minha breve passagem por Luanda, ao David Capinguela, pela hospitalidade no Huambo, ao Da Silva, pelas múltiplas boleias pela cidade do Huambo e preciosas informações, à Sónia Ferreira, pelo seu trabalho, persistência e força de carácter, à Antje Disterheft, por me facultar um cantinho sossegado propício à concentração e à escrita, à Maria do Mar Pereira, por me facilitar o acesso a artigos de difícil alcance em Portugal e pelas reiteradas mensagens de apoio, à Ana Cruz, Ana Sofia Oliveira, Ellie Ali, Fabíola Mendonça, Magda Bialoborska, Mariana Barbosa e Marta Pinto por terem acreditado que atingiria a meta mesmo que levasse mais tempo do que o previsto, à minha família, amigas e amigos, que aceitaram que lhes dedicasse menos tempo e atenção para poder concluir com esta árdua tarefa, às colegas da ACEP, Ana Filipa Oliveira, Fátima Proença e Hazel Regala, pelo estímulo e desafio quotidianos e ao Javier Martínez, pela incansável paciência e compreensão.

RESUMO

A presente investigação constitui uma reflexão sobre as crianças e jovens com percursos de rua no Huambo, Angola. Partindo da teoria do actor, a investigadora quis compreender as suas estratégias de sobrevivência e de inserção social, dando voz às crianças e jovens. Nesse sentido, recorreu a métodos etnográficos (observação participante e entrevistas) tendo a ONG Okutiuka constituído o terreno de pesquisa.

Angola viveu quase três décadas em guerra, um conflito que teve consequências gravosas no bem-estar das comunidades e em particular das crianças e jovens. A cidade do Huambo foi severamente atingida pelo conflito na década de 90, tendo resultado na destruição de grande parte das infra-estruturas físicas e sociais e no aumento generalizado da pobreza. É neste contexto que as crianças ganham visibilidade no espaço público, onde permanecem pelos mais variados motivos: vender, engraxar, pedir esmola, vaguear, brincar ou dormir.

A Okutiuka surge em meados dos anos 90 e constitui, desde logo, um recurso para essas crianças, à procura de suporte material e afectivo. Ao longo dos anos, a ONG desempenhou um papel importante na inserção escolar e social destas crianças (entretanto jovens), bem como na sua formação profissional e cívica.

Palavras-chave: Angola, Huambo, crianças de/na rua, *agency*, estratégias de sobrevivência

ABSTRACT

This research reflects on children and young people with street backgrounds in Huambo, Angola. Starting from the actor theory, the researcher wanted to understand their coping and social inclusion strategies, giving voice to children and young people. In this sense, she used ethnographic methods (participant observation and interviews) and the NGO Okutiuka was her ground search.

Angola lived in a condition of war for nearly three decades, a conflict that had serious consequences on the welfare of communities and particularly children and youth. The city of Huambo was severely affected by the conflict in the 90s, resulting in the destruction of much of the physical and social infrastructure and a widespread increase in poverty. It is in this context that children gain visibility in the public sphere, where they remain participating in a variety of activities: selling, shining shoes, begging, wandering, playing or sleeping.

Okutiuka arises in the mid-90s and, hence, is a resource for these children looking for material and emotional support. Over the years, NGOs played an important role in school and social integration of these children (now young people), as well as in professional and civic education.

Keywords: Angola, Huambo, street children, agency, survival strategies

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	ii
RESUMO	iv
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	viii
INTRODUÇÃO	1
CAPITULO 1 - ENQUADRAMENTO DA PESQUISA	3
1.1. Objectivo da pesquisa.....	3
1.2. Hipótese de trabalho.....	4
CAPITULO 2 - CONTEXTUALIZAÇÃO	5
2.1. Impactos de um conflito militar prolongado.....	5
2.2. Enquadramento político, económico e social.....	8
2.3. Depois da guerra, os desafios da paz.....	12
2.4. Crianças e jovens em Angola após a guerra.....	15
2.5. O terreno de pesquisa: a ONG Okutiuka, no Huambo.....	18
3- ENQUADRAMENTO TEÓRICO	23
3.1. A criança, de não-pessoa a actor social.....	24
3.2. A infância globalizada.....	26
3.3. A infância dos outros.....	30
3.4. Da necessidade de uma leitura pós-colonial da infância.....	32
3.5. <i>Street children</i> : conceitos e preconceitos.....	33
3.6. Crianças e jovens em situação de rua em África e em Angola.....	37
3.7. Da infância “em risco” à juventude “como risco”.....	40
3.8. Entre <i>agency</i> e vulnerabilidade.....	41
4- CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS	45
4.1. Terreno de pesquisa e acessibilidade.....	46
4.1.1. Integração e imersão no terreno de pesquisa.....	47
4.2. Métodos e técnicas.....	50
4.3. Limitações metodológicas.....	51
4.4. Considerações éticas.....	52
5- APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS EMPÍRICOS	55
5.1. Crianças e jovens com percursos de rua no município do Huambo.....	55
5.1.1. Quem são?.....	55

5.1.2. A vida na rua	56
5.1.3. Estratégias de sobrevivência	60
5.1.3.1 Mecanismos de subsistência.....	60
5.1.5. Sair da rua: os motivos e as alternativas	64
5.1.6. A criança enquanto actor social	67
5.2. O recurso à Okutiuka como estratégia de inserção (e ascensão) social	68
5.2.1. Inserção escolar.....	68
5.2.2. Inserção familiar.....	71
5.2.2.1. Recuperação de laços familiares	74
5.2.3. Inserção social.....	75
5.3. Futuro próximo: aspirações profissionais e pessoais	77
5.3. Práticas culturais e recomposição das identidades sociais.....	80
5.4. Da guerra à paz: o que mudou? Considerações sobre um país em desenvolvimento	82
CONCLUSÃO	87
FONTES	93
Sites consultados	93
Legislação consultada	93
BIBLIOGRAFIA	95
ANEXOS	I
A. Lista das entrevistas realizadas.....	I
B. Guiões das entrevistas	III
C. Excertos da exposição fotográfica realizada durante o trabalho de campo.....	VII
D. Fotografias tiradas pela investigadora.....	IX

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BICE	Bureau international catholique pour l'enfance
CADBEC	Carta Africana dos Direitos e Bem-Estar da Criança
CDC	Convenção dos Direitos das Crianças
CNAC	Conselho Nacional da Criança
CNE	Comissão Nacional de Eleições
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CODESRIA	Centro de Documentação e Informação do Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais em África
ECP	Estratégia de Combate à Pobreza
FAPA	Força Aérea Popular de Angola
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNLA	Frente Nacional de Libertação de Angola
IBEP	Inquérito Integrado sobre o Bem-Estar da População
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INAC	Instituto Nacional de Apoio à Criança
INE	Instituto Nacional de Estatísticas
ISCED	Instituto Superior de Ciências de Educação
MINARS	Ministério da Assistência e Reinserção Social
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização Não Governamental
ONGD	Organização Não Governamental de Desenvolvimento
ONU	Organização das Nações Unidas
OUA	Organização da Unidade Africana
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNITA	União Nacional para a Independência Total de Angola
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

INTRODUÇÃO

A presente investigação surgiu da vontade de fazer trabalho de campo conjugado com um acesso facilitado ao terreno. O interesse pelas crianças e jovens com percursos de rua em Angola, e em particular no Huambo, está relacionado com a actividade profissional da investigadora, que acompanhou, durante três anos, um projecto de cooperação na área dos direitos das crianças ao nível da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Foi também um pretexto para reflectir sobre as nossas representações do Outro, tratando-se neste caso de um duplo Outro – a criança africana.

Historicamente, África constituiu-se, aos olhos dos Europeus, como “a radical other” (Ferguson, 2006: 2). Constituiu-se também como um território homogéneo e uma unidade cultural, sendo visto como o continente das trevas, das guerras e das catástrofes. Estas representações por sua vez moldaram a realidade social e contribuíram para a “invenção de África” (Mudimbe, 1988). Porém, “l’Afrique est multiple et chacune de ses villes singulière, avec des problèmes sociaux spécifiques” (Marguerat e Poitou, 1994: 15). O fenómeno das crianças *de* rua e crianças *na* rua exige por isso ser analisado num contexto concreto, com recurso à história da sociedade em que se insere, não devendo adoptar-se análises ou soluções importadas.

No Huambo, a guerra foi causa de separação de muitas famílias e é apontada como o principal mecanismo de produção de crianças de rua, pelo impacto negativo que teve nos laços sociais provocando desestruturação das comunidades e das famílias. Em contexto de paz, a presença de crianças na rua, de quem ninguém é responsável, confronta a sociedade com o seu (dis)funcionamento. A ocupação do espaço público está sujeita a normas sociais que as crianças em situação de rua desafiam. Por outro lado, quebram o mito globalizado da infância feliz, inocente e protegida. Fazem prova de *agency* e resiliência, elaborando e reelaborando estratégias de reprodução física e social que lhes permite encontrar modos de inserção na sociedade, e até de ascensão social.

Neste sentido, a presente investigação, de natureza exploratória, partiu da hipótese que as crianças perspectivam o recurso a uma organização de apoio como parte da sua estratégia de vida, em busca de suporte material e afectivo que lhes permita sair da zona de vulnerabilidade socioeconómica que caracteriza a sua vivência da rua e, por conseguinte, afastar-se de um percurso de exclusão.

Todo o trabalho de campo é circunscrito num determinado contexto, temporal e espacial. Neste caso, decorreu em Agosto de 2012, nas instalações da ONG Okutiuka, no Huambo, em Angola. Foram utilizadas metodologias qualitativas, designadamente observação participante e entrevistas com jovens residentes na Okutiuka com experiência de vida na rua, considerando que a melhor fonte de dados sobre as suas vidas são os próprios actores. Foram também realizadas entrevistas com informantes-chave e feito o registo de diversas conversas informais tidas com os jovens na Okutiuka.

O texto está organizado em cinco capítulos. No primeiro, procede-se a um enquadramento da pesquisa descrevendo o ponto de partida, o objectivo da pesquisa e a hipótese de trabalho.

O segundo capítulo é de contextualização, descreve a história recente de Angola, profundamente marcada pela guerra, a situação social, política e económica do país, e nomeadamente a situação das crianças e adolescentes e, por fim, é feita uma contextualização do terreno de pesquisa – a ONG Okutiuka, no Huambo.

No terceiro capítulo é feito um enquadramento teórico, isto é, o estado da arte, no qual se reflecte sobre o conceito de infância, se abordam os problemas conceptuais relativo às crianças de e na rua e se foca a mudança de perspectiva, da criança enquanto não-pessoa à criança enquanto actor social.

O quarto capítulo é dedicado às considerações metodológicas, sendo aqui abordadas questões como a acessibilidade ao terreno, a integração da investigadora no terreno, os métodos e as técnicas utilizados, as limitações metodológicas e um conjunto de questões éticas que se colocam na investigação sobre e com crianças e jovens.

No quinto capítulo são apresentados e analisados os dados recolhidos na pesquisa de terreno. Primeiro, foca-se o percurso de rua, como era a vida na rua, que estratégias de sobrevivência desenvolveram e como saíram da rua. Num segundo momento, explica-se de que forma o recurso à ONG Okutiuka constitui uma estratégia de inserção e, até, de ascensão social para estas crianças e jovens com percursos de rua no município do Huambo. Neste capítulo é também abordada a forma como estes jovens perspectivam o seu futuro, como reelaboram a sua identidade social e ainda o seu olhar sobre o país dez anos depois do fim da guerra.

Como todo o conhecimento, esta é uma pesquisa situada, geográfica, cultural e socialmente. Pois o olhar de quem investiga não é neutro. Importa por isso, desde as primeiras linhas, clarificar o lugar onde nos situamos e a partir do qual foi iniciada esta investigação – o lugar de chegada é com certeza outro. A pesquisa descrita nestas páginas é fruto do trabalho de uma investigadora com origens portuguesas, uma educação de matriz cristã e uma formação em ciências sociais, que vive em Lisboa e trabalha no sector da cooperação para o desenvolvimento.

CAPITULO 1 - ENQUADRAMENTO DA PESQUISA

1.1. OBJECTIVO DA PESQUISA

A vontade de fazer pesquisa de terreno recorrendo a metodologias qualitativas aliada a um acesso facilitado ao terreno através da ocupação profissional da investigadora – gestora de projectos numa organização não-governamental de desenvolvimento (ONGD) portuguesa – motivaram o interesse pelas crianças e jovens com percursos de rua ou na rua em Angola e em particular no Huambo. Entende-se por crianças de rua, aquelas que vivem e pernoitam na rua, e por crianças na rua, aquelas que trabalham na rua mas regressam a casa ao fim do dia. A explicitação do conceito será feita no capítulo três.

Angola viveu quase três décadas em guerra, um conflito que se arrastou e teve consequências graves no bem-estar das comunidades e em particular das crianças e jovens. Muitos ficaram órfãos de pai, de mãe ou de ambos, entregues a familiares ou a si próprios. A cidade do Huambo foi severamente atingida pelo conflito na década de 90, depois de a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) ter recusado os resultados das eleições de 1992, tendo como consequência a destruição de grande parte das infra-estruturas físicas e sociais e o aumento generalizado da pobreza.

Hoje, decorridos pouco mais de dez anos de paz depois do fim da guerra civil, Angola conhece um período de crescimento económico, estabilidade política e também social, apesar de algumas manifestações contestatárias do regime. Em Agosto de 2012, tiveram lugar eleições gerais que reconduziram o presidente cessante no cargo. A economia angolana está de boa saúde, com projecções de crescimento que rondam os 8% para o biénio 2013-2014, sobretudo graças à exploração dos seus recursos naturais (petróleo e diamantes). Vão-se registando progressos ao nível dos indicadores do desenvolvimento humano, nomeadamente saúde e educação. Contudo, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Angola mantém-se baixo: em 2012, o país ficou classificado 148 em 186 países (Malik, 2013: 160).

As crianças de rua e as crianças na rua ainda fazem hoje parte da “paisagem” do Huambo, tendo-se tornado um fenómeno visível na década de 90 como um dos impactos da guerra de 1992-2002. Existem hoje várias organizações, ligadas ao Estado, à Igreja ou não governamentais, que lhes dão apoio alimentar, habitacional e educativo. A pesquisa centrou-se numa delas – a ONG Okutiuka – como terreno de pesquisa. A Okutiuka surge em Benguela na segunda metade dos anos 90 e é levada para o Huambo por Sónia Ferreira, uma das fundadoras, que decide instalar-se no Planalto Central em 1996 por perceber que existiam ali mais necessidades a todos os níveis. Rapidamente se apercebeu que as crianças eram o grupo mais fragilizado da população e quem necessitava mais de apoio, pelo que as crianças de rua e as crianças na rua se tornaram rapidamente o foco de trabalho da Okutiuka no Huambo.

A presente investigação tem como objectivo compreender as dinâmicas relacionadas com as crianças e jovens com percursos de rua. Os objectivos específicos são: compreender os factores que levam as crianças a viver percursos de rua e os factores que as levam a sair da rua no contexto específico do Huambo, e, por outro lado, identificar as suas estratégias de sobrevivência e de inserção social.

1.2. HIPÓTESE DE TRABALHO

O ponto de partida para esta investigação foram as crianças e jovens residentes no centro de acolhimento da Okutiuka, com percursos de rua na cidade do Huambo.

A abordagem que subjaz à presente investigação considera a criança como actor social, com capacidade de decisão própria e não como mero recipiente das decisões dos adultos. É a ideia avançada por De Boeck e Honwana (2005), que as crianças e os jovens são “*makers and breakers*”, isto é, que não são apenas moldados pela sociedade mas que também a moldam.

Nesta perspectiva, viver/estar na rua é o resultado de uma escolha da própria criança, dentro de uma série de condicionantes sobre as quais não tem poder de influência (separação dos pais, orfandade, etc.) e depois de ponderadas as alternativas existentes (casa/instituição *vs* rua). Para responder às suas necessidades básicas, afectivas e de desenvolvimento pessoal, as crianças desenvolvem diferentes estratégias, entre as quais o recurso a instituições de apoio.

Neste sentido, partiu-se da hipótese de trabalho que as crianças de/na rua perspectivam o recurso a uma organização de apoio, neste caso a ONG Okutiuka, como parte da sua estratégia de vida, em busca de suporte material e afectivo que lhes permita sair da zona de vulnerabilidade socioeconómica que caracteriza a sua vivência da rua e por conseguinte afastar-se de um percurso de exclusão.

A investigadora recorreu a métodos etnográficos (observação participante e entrevistas) a fim de compreender e fazer emergir o ponto de vista das crianças e jovens, combinando pesquisa de terreno com outros pontos de vista.

CAPITULO 2 - CONTEXTUALIZAÇÃO

Mais grave que a destruição das infra-estruturas foi a degradação moral e espiritual das pessoas que se sentiram forçadas a disputar os bens mais elementares, perdendo muitas vezes a dignidade humana (Ventura, 2003: 18).

Toda pesquisa é situada. Isto significa que para compreendermos todos os matizes da realidade social que estamos a analisar precisamos de nos situar num contexto. Assim, antes de ir mais além na problemática que aqui nos ocupa, importa fazer uma breve contextualização do terreno de pesquisa. Primeiro, um enquadramento político, económico e social do país e uma análise dos impactos da guerra, duradoura e devastadora, essencial para a compreensão do presente. Num segundo momento, importa tecer algumas considerações sobre o que é ser criança, e em particular criança de/na rua, em Angola e no Huambo. Finalmente, o enfoque será colocado no terreno, a ONG Okutiuka: como surgiu, qual o tipo de apoio que presta e a quem.

2.1. IMPACTOS DE UM CONFLITO MILITAR PROLONGADO

Nos princípios dos anos 1960, três movimentos de libertação desencadearam uma luta armada contra o colonialismo português: a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA). O 25 de Abril e o derrube da ditadura em Portugal trouxeram a independência a Angola. Esta não significou contudo o início da paz, mas o início de uma nova guerra. Os três movimentos de libertação travaram entre si uma luta pelo poder e o controle do país e das suas riquezas, que se prolongou por quase três décadas, intercaladas por períodos de “nem guerra nem paz” (Messiant, 2008: 14).

Podemos globalmente assinalar dois períodos distintos no conflito armado pós-independência: de Março de 1975 até Maio de 1991, data da assinatura dos Acordos de Bicesse, que conduziram ao multipartidarismo e deram lugar às primeiras eleições gerais¹ realizadas em Setembro de 1992, e um segundo período, desde finais de 1992 até à morte do líder da UNITA, Jonas Savimbi, em Fevereiro de 2002, que ditou o fim da guerra e a assinatura dos Acordos de Luena².

¹ As eleições legislativas, consideradas livres e justas pela ONU, deram a vitória ao MPLA, com 53,7% dos votos. A UNITA, que obteve 34,1% dos votos, não reconheceu os resultados destas eleições, reacendendo o conflito armado e impedindo assim a realização da segunda volta das eleições presidenciais (Carvalho, 2008: 88).

² O Memorando de Entendimento assinado em Luena a 4 de Abril de 2002 previa nomeadamente a desmilitarização e o desarmamento da UNITA e uma amnistia geral para todos os crimes cometidos durante a guerra (Péclard, 2008: 4). Luena resumiu-se a um acordo militar, “entre vencedor e vencido”, permitindo

O conflito militar de 1975 resultou do processo de descolonização³ (Carvalho, 2008: 88) e foi alimentado por influências externas que apoiaram logística e militarmente os três movimentos. Tendo como pano de fundo a guerra fria⁴, o conflito travado em território angolano constituiu um dos principais palcos do confronto entre os dois blocos, tendo o alinhamento com um ou outro bloco e as ingerências externas contribuindo para exacerbar os antagonismos: Cuba e a União Soviética apoiaram o MPLA enquanto FNLA⁵ e UNITA beneficiaram do apoio dos Estados Unidos, África do Sul e Zaire (Messiant, 2008: 35 e 46).

A segunda fase do conflito⁶ deve-se à derrota eleitoral da UNITA, que decidiu seguir a opção militar como via de acesso ao poder (Carvalho, 2008: 89), numa lógica de “radicalização do conflito político” (Messiant, 2008: 91). Esta segunda fase foi pontuada por novo período de “quase paz”⁷

ao governo angolano fechar o capítulo da guerra e recuperar a sua soberania e autoridade “doravante intactas militar ou politicamente” (Messiant, 2008: 393-94).

³ O Acordo de Alvor, assinado em Janeiro de 1975, estabeleceu a constituição de um governo de transição e fixou a data da independência de Angola a 11 de Novembro de 1975 (Wheeler, 2009: 359). No entanto, “a guerra tomou o lugar de uma solução política” com o apoio de actores externos dando assim um carácter internacional à guerra civil (Messiant, 2008: 180) que, em 1975, tinha como objectivo primeiro o controlo da independência, o qual foi ganho pelo MPLA (Chabal, 2007: 6). De acordo com Fernando Tavares Pimenta (2008), Alvor não criou condições de governabilidade porque afastou as forças políticas não armadas do processo de independência (p.397 e 416).

⁴ Foi a alteração das relações de poder entre Estados Unidos e União Soviética que levou o MPLA a negociar com a UNITA em 1990, a adoptar o multipartidarismo e a assinar os acordos de paz de Bicesse (Messiant, 2008: 36).

⁵ Enquanto movimento armado, a FNLA entra em declínio e sai de cena em 1976 após uma derrota militar e a redução do apoio zairense (Wheeler, 2009: 363). Constitui-se anos mais tarde como partido político e participa nas eleições de 1992, com um fraco resultado.

⁶ Messiant explica o reacender do conflito pela lógica de bipolarização do poder ou de “bipartidarismo único” por detrás dos Acordos de Bicesse que legitimou e reforçou os dois “partidos armados” e marginalizou as forças civis não armadas que podiam ter pesado no sentido da paz e reconciliação, remetendo às duas forças antagónicas o “monopólio da pacificação e da democratização” e privilegiando “eleições a todo o custo apesar do não cumprimento das condições mais indispensáveis, desarmamento e desmilitarização” (p.87-90)

⁷ O contexto tinha mudado: a URSS deixara de existir em 1991 e os Estados Unidos (sob Administração de Clinton) reconheciam em 1993 o regime do MPLA. O fim da guerra fria foi acompanhado por uma vontade de pacificação em Angola por parte da comunidade internacional (Chabal, 2007: 6; Wheeler, 2009: 364). Em Novembro de 1994, dá-se a assinatura do Protocolo de Lusaka, possibilitando um período de estabilidade que durou somente quatro anos, uma vez que o objectivo de desmobilização das tropas quer do MPLA quer da UNITA não se verificou. Durante esse período foi formado um Governo de Unidade e de Reconciliação Nacional, que incluiu todas as forças políticas que tinham assento parlamentar, de acordo com os resultados das eleições de 1992.

(Wheeler, 2009: 369) que durou cerca de quatro anos, entre 1994 e 1998, sucedendo-lhe o último e mais violento episódio da guerra⁸, que se soldou pela vitória militar do MPLA.

O conflito armado teve severas consequências tanto para as populações como para o país: delapidação de recursos naturais⁹, deslocações forçadas de populações¹⁰, aumento da concentração urbana, na zona costeira e sobretudo na capital, quebra na produção de bens e serviços, bem como da produção agrícola e consequente escassez de bens alimentares, por um lado, e aumento das importações, por outro, acompanhado por uma escalada dos preços. Tudo isto levou a um forte aumento do desemprego no sector formal que, por sua vez, contribuiu para o crescimento exponencial do sector informal¹¹ da economia como forma de acesso aos bens, por um lado, e estratégia de sobrevivência para grande parte da população, por outro (Feliciano et. al., 2008: 51).

⁸ No entanto os ventos tinham mudado e a UNITA encontrava-se isolada internacionalmente – enfrentando acusações de deriva totalitária e de avidez pela busca de riquezas (diamantes) –, contrariamente ao MPLA cujo “investimento do repertório da democracia” tinha reforçado a sua posição lá fora, apesar das acusações de corrupção e má gestão dos dividendos do petróleo (Péclard, 2008: 9-10). Os últimos anos da guerra foram particularmente violentos para as populações tornadas reféns dos dois campos beligerantes: o MPLA que anunciou em finais de 1998 uma “guerra pela paz” e declarou Savimbi um “criminoso de guerra” (idem) intensificou a ofensiva e passou a recorrer de forma sistemática à política da “terra queimada” e a deportar as populações que pudessem assegurar algum auxílio aos guerrilheiros da UNITA enquanto estes recorriam cada vez mais a acções de terror contra civis (Messiant, 2008: 389; ver também Human Rights Watch, 2003).

⁹ O país dispõe de grandes reservas de petróleo e diamantes que foram usadas – as primeiras pelo MPLA, as segundas pela UNITA – para financiar os esforços de guerra (Carvalho, 2008: 95; Messiant, 2008: 183).

¹⁰ As deslocações forçadas, de milhares de pessoas que fugiram os confrontos ou foram desalojadas, são outra consequência da guerra. No fim da guerra, estimava-se em cerca de um terço da população, ou seja 4.1 milhões, o número de pessoas deslocadas internamente (Luanda, Benguela, Lobito) e em 400.000 o número de refugiados nos países vizinhos – Congo Brazzaville, Namíbia, República Democrática do Congo, Zâmbia (Human Rights Watch, 2003: 5). O fim da guerra tornou possível a circulação pelo país e o regresso das populações deslocadas. Contudo os numerosos desafios e necessidades associados ao repatriamento dos deslocados e refugiados – desminagem, infra-estruturas, serviços de saúde, saneamento, educação, alimentos, etc. – levaram muitos a permanecerem em acampamentos temporários muito tempo depois do estabelecimento da paz. Histórias de repatriados continuam, aliás, a ser notícia na actualidade. A ausência de documentação é uma das barreiras apontadas para a resolução destas situações. “No total, há 111.589 angolanos com o estatuto de refugiado comprovado pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) na República Democrática do Congo, 2.652 no Congo Brazzaville, 5.904 na Namíbia, 506 no Botswana e 17.267 na Zâmbia” (Jornal de Angola, 27.07.2013, “Situação dos angolanos discutida em Kinshasa”, http://jornaldeangola.sapo.ao/politica/situacao_dos_angolanos_discutida_em_kinshasa).

¹¹ Sobretudo actividades ligadas ao comércio e, mais tarde, aos transportes urbanos e actividade cambial. Em Angola veio-se a verificar também “estratégias de complementaridade” entre ocupações formais e informais (Feliciano et al., 2008: 51-52). Lopes (2011) traça as grandes etapas da evolução da economia informal em Luanda, que começou a expandir-se aos diferentes sectores no contexto de “uma economia centralizada e administrativamente regulada” e teve um crescimento acelerado nos anos seguintes; entre 1992 e 2002, “registou-se um crescimento generalizado das actividades e práticas informais, que encontram um terreno

Carvalho caracteriza o conflito como sendo “uma guerra de destruição massiva de pessoas e infra-estruturas” e qualifica-o como “uma das mais importantes causas de exclusão social em Angola” (2008: 89-90). Verifica-se um agravamento das desigualdades e podemos até falar num abandono por parte do Estado das populações afectadas pelo conflito. A guerra veio reforçar as assimetrias espaciais e sociais, assistindo-se à degradação do estado nutricional e sanitário tanto nas cidades como nas zonas rurais, bem como a uma redução da capacidade do Estado em fornecer bens e serviços: educação, saúde, saneamento básico, abastecimento de água potável e energia eléctrica (Messiant, 2008: 62 e 67; Lopes, 2011: 28-29). O aumento das taxas de mortalidade e das situações de viuvez e orfandade, altera as características dos agregados familiares – aumenta o número de agregados chefiados por mulheres, por exemplo – bem como a estrutura da população economicamente activa (Lopes, 2011.). Milhares de crianças ficaram órfãs¹² ou separadas das suas famílias, assistiram a actos de violência, foram privadas de escolarização e “grande parte das crianças vê-se forçada a trabalhar desde tenra idade, para sustento próprio e de familiares” (Carvalho, 2008: 90). Muitas, não se sabe quantas ao certo, morreram vítimas da guerra, doença ou malnutrição.

Por outro lado, o contexto de guerra prolongada, a desintegração das comunidades e das famílias, a luta diária pela sobrevivência, levaram a uma degradação das normas e valores sociais, a preocupação com o bem-estar da família e da comunidade dando lugar ao egoísmo e à desconfiança (Rocha, 2002: 3-5).

A destruição ou degradação de numerosas infra-estruturas (estradas, pontes, caminhos de ferro, aeroportos) e instalações equívaleu a uma “sabotagem económica”. O sector industrial não petrolífero colapsou, sendo necessário importar praticamente tudo, resultando em preços elevados e inacessíveis para grande parte da população. A agricultura ficou impraticável em boa parte do território devido à presença de minas, provocando uma forte dependência da ajuda alimentar das organizações internacionais (Rocha, 2002: 7-11).

2.2. ENQUADRAMENTO POLÍTICO, ECONÓMICO E SOCIAL

Declarada a independência, o governo de partido único adoptou “a ideologia marxista-leninista e os modelos político-económicos da União Soviética e de Cuba” (Wheeler, 2009: 363). Nacionalizou toda a indústria e parte da agricultura. Os quadros que lhe faltavam para ocupar os lugares na administração

fértil para a progressão na ambiguidade e indefinição de um processo de liberalização e transição para a economia de mercado” (p.49-50). A escassez de estudos torna difícil quantificar com exactidão o sector informal, contudo dados de 2000 do INE apontam para mais de metade da população activa: “a proporção de indivíduos cujas actividades principais são de natureza informal corresponde, em média, a 62,8% da população economicamente activa (PEA), embora geograficamente esta proporção possa variar entre os 52% e os 80,2%” (Lopes, 2011: 52).

¹² Números oficiais de 2002 apontam para 50.000 crianças órfãs de guerra (Lopes, 2011: 28).

e economia deixados vagos pelo êxodo da população portuguesa e europeia foram sendo formados em diversos estados comunistas.

Como aconteceu noutros países africanos, o sistema político pós-colonial angolano assumiu, desde o início, um carácter neo-patrimonial, o Estado e os seus recursos beneficiando a elite no poder¹³, que centraliza a redistribuição dos benefícios e privilégios (Vidal, 2007a: 126).

Verificou-se assim no período pós-independência a formação de uma elite política poderosa – à qual Carvalho se refere como “classe-Estado” – “detentora do poder político e com grande possibilidade de acesso aos bens socialmente desejados” (2008: 100) através de dinâmicas de “fechamento social” restritas a um “círculo limitado de eleitos”, gerando exclusão no acesso aos meios de produção, propriedade, instrução, etc., por parte de quem se situa abaixo na hierarquia social (idem, p.99). Messiant fala numa “nomenklatura clientelista” que se desenvolve no seio do “partido-Estado”¹⁴ permitindo que quadros e dirigentes do MPLA beneficiem de privilégios legais graças à sua posição no aparelho, instituindo um sistema altamente desigual no acesso aos bens mais diversos, no qual a produção foi sendo substituída pelas importações, que respondiam menos às necessidades das populações do que às prioridades das elites políticas e militares, e eram redistribuídas através de círculos clientelistas. Face à penúria das *lojas do povo*¹⁵, tornou-se necessário recorrer ao *esquema* ou à *candonga* para sobreviver, fazendo do mercado paralelo um “modo de vida” (Messiant, 2008: 56).

Associa-se aos Acordos de Bicesse a democratização ou liberalização política¹⁶ do Estado angolano. É, de facto, em 1991¹⁷ que se dá oficialmente a mudança do sistema económico – de economia centralizada e planificada para um liberalismo económico – e é nesse ano que se dá a

¹³ Vidal dá conta da evolução do patrimonialismo em Angola que se foi tornando mais elitista e presidencialista nos anos 80. Inicialmente, diz este autor, bastava ser membro do partido para aceder a redes de redistribuição do Estado. Contudo, a diminuição dos recursos, em parte devido aos esforços de guerra, em parte ao retrocesso da produção não petrolífera, levou a excluir os escalões mais baixos das redes clientelistas, e favorecer apenas quem se encontrava no topo da pirâmide (Vidal, 2007a:127).

¹⁴ “O Estado-partido desenvolveu-se como sendo a única via de acesso à promoção, aos lugares e privilégios legais, como a melhor via para a corrupção e a menos precária, regra geral, para o enriquecimento ilegal” (Messiant, 2008: 62).

¹⁵ O acesso aos bens de consumo, escassos, fazia-se através de um sistema de racionamento e cartões de abastecimento. Havia, por outro lado, lojas reservadas aos quadros, onde os preços praticados eram iguais mas onde as quantidades eram maiores, os produtos mais variados e disponíveis com mais regularidade (Morice, 1985: 108).

¹⁶ Messiant prefere no entanto falar em “transições liberais” em vez de “transições democráticas”, argumentando que para além da liberalização do sistema económico, assistiu-se à manutenção de um regime marcado pelo “autoritarismo, a coerção, a desigualdade e o arbitrário” e alerta para um “multipartidarismo de fachada que preserva o essencial dos sistemas de dominação” (2008: 16).

¹⁷ Em Março desse ano é aprovada a Lei 12/91 que consagra formalmente a democracia multipartidária e os princípios basilares da economia de mercado.

abertura do sistema bancário e a liberalização cambial¹⁸. Contudo, a transição para a economia de mercado já se vinha prefigurando desde meados dos anos 80¹⁹, nomeadamente com a aprovação do Programa de Saneamento Económico e Financeiro em 1987 (Lopes, 2011:48-51; Vidal, 2007a: 138).

Os anos 90 serão marcados por uma inflação galopante devido à instabilidade dos mercados monetário e cambial. Também a dívida externa aumentou exponencialmente entre a década de 80 e 90, passando de 48% em 1985 para 232% em 1997 (Carvalho, 2008: 94). A liberalização da economia desencadeou um “processo de privatizações restrito e orientado” favorecendo o poder económico das elites política, militar e administrativa (Lopes, 2011: 48; Vidal, 2007a:149).

As promessas de “satisfação das necessidades do povo” e de construção de um Estado socialista proclamadas pelo MPLA em 1975 esfumaram-se durante a década de 80, entre uma guerra que foi absorvendo cada vez mais recursos, interesses pessoais das elites que se traduziam em práticas clientelistas e um florescente mercado paralelo (Sogge, 2011: 4). A população viu as suas condições de vida degradarem-se à medida que a guerra se prolongava, que os bens escasseavam, que os serviços pioravam e os musseques de Luanda se amplificavam com a chegada de quem fugia as zonas rurais em busca de segurança e melhores oportunidades, encontrando forma de sobreviver no sector informal da economia, o que leva Sogge a concluir que a pobreza não se deve à “exclusão [das pessoas] dos processos dos mercados, mas à sua incorporação adversa nesses processos” (idem).

Assim, o não desenvolvimento do país e os números da pobreza não se explicam pela ausência de recursos²⁰, mas pelo sistema de redistribuição centralizado e acessível apenas a uma minoria, havendo quem fale em desvio de riqueza. Importa referir, por exemplo, a fuga de capitais que, em 1990, se situava em cerca de 6% do PIB e disparou para cerca de 14% do PIB no período de 2000-2008²¹. Por outro lado, é a “utilização privada” de um recurso nacional como o petróleo que explica o paradoxo de um Estado rico não cumprir com as suas obrigações para as populações (Messiant, 2008: 20-22) e deixar a provisão de serviços sociais a cargo das ONG (Kibble e O’Neill, 1997: 331).

¹⁸“Do sistema centralizado à economia de mercado”, *Jornal de Angola*, 12.11.2008 (www.angonoticias.com/Artigos/item/20303/do-sistema-centralizado-a-economia-de-mercado)

¹⁹ Segundo Messiant, a mudança na política económica angolana verificou-se por volta de 1985, graças aos petrodólares. Esta autora fala em “socialismo selvagem” que possibilita o enriquecimento ilegal da elite no poder em toda impunidade, resultante de um controlo mais forte do presidente sobre os rendimentos do petróleo (2008: 56). Wheeler também situa nos anos 1985-1990 o abandono das políticas marxistas-leninistas acompanhado pela adopção de alguns mecanismos do mercado livre. Este autor atribui esta mudança de rumo à “insatisfação da população rural face às políticas austeras do governo marxista-leninista de Luanda, aumentando o risco de haver um número cada vez maior de camponeses a alinhar-se com a UNITA” (2009: 363-64).

²⁰ É um caso paradoxal de um país que possui recursos financeiros mas que não os investe na luta contra a pobreza, conforme sublinha Carlos Figueiredo, citado por Sogge (2011: 9).

²¹ Dados citados por David Sogge que se baseia num estudo de 2010 conduzido pela organização GFI - Global Financial Integrity e intitulado “Illicit financial flows from Africa: hidden resource for development”

Durante a guerra, as despesas militares foram aumentando ao longo dos anos, em detrimento das despesas com os sectores económicos e social²². Se os sectores da educação e da saúde foram alvo de algum investimento nos primeiros anos do regime de partido único – muito graças ao apoio cubano, nomeadamente em recursos humanos –, a tendência foi invertida logo no início dos anos 80, tendo os esforços de guerra sido o argumento utilizado para justificar os cortes²³ e a deterioração geral das condições de vida das pessoas nas cidades – i.e. problemas com o abastecimento de água potável e saneamento, proliferação de doenças como a febre-amarela e a cólera (Vidal, 2007b: 205-215). Por outro lado, desde os primeiros sinais de colapso do sector social e sanitário, que se assiste a um aumento da ajuda ao desenvolvimento e, a partir de meados dos 80, a estratégia do governo em termos de política social assenta claramente na ajuda externa²⁴ (idem, p.217). Esta ajuda será intensificada com o acordo de paz de 1991 e a abertura política e legal que possibilitam a emergência de quantidade de organizações da sociedade civil²⁵ nacionais e a entrada em massa de ONG internacionais que vêm assegurar a provisão de serviços básicos aos deslocados e à população em geral. As ONG substituíram-se às responsabilidades do Estado, tornando-se os “principais fornecedores de serviços sociais”, tendo o país ficado fortemente dependente da ajuda internacional para fazer face às necessidades básicas das populações, perante um Estado negligente (Clover, 2002: 107; Vidal, 2007b: 224-226). O fim da guerra trouxe expectativas de democratização (Vidal, 2007a:143) e maior envolvimento do Estado no combate à fome e pobreza que assolava três quartos da população (Vidal, 2007b: 227). Contudo, a “economia de paz” (Péclard, 2008: 8) implica simultaneamente rupturas e permanências, como veremos mais adiante.

Em Angola, a guerra é indissociável da formação do Estado pós-colonial. Marcou profundamente a economia política do país e esteve “no centro das estratégias de acumulação política e económica” dos campos beligerantes e ambos, tanto o MPLA como a UNITA, formaram-se e

²² Uma situação que aconteceu a partir de 1983, tendo as despesas militares chegado a representar mais de 300% das despesas nos sectores económico e social (Carvalho, 2008: 94).

²³ Um argumento do qual já é feita menção no I Congresso Extraordinário do MPLA em 1980. No entanto, o aumento do preço do petróleo duplicou os rendimentos provenientes dessa indústria entre 1975-1980 enquanto a despesas com armas manteve-se constante no mesmo período (Vidal, 2007b: 210-211). No II Congresso do partido, em 1985, a diminuição do peso do sector social no orçamento do Estado passa a ser apontado como um objectivo, normalizando assim a “negligência” do governo, independentemente da possibilidade do Estado vir a aumentar os seus rendimentos (idem, p.216).

²⁴ Nomeadamente as agências das Nações Unidas, a Cruz Vermelha Internacional, a Comunidade Económica Europeia e agências de desenvolvimento de diversos países.

²⁵ Não só ONG, mas também sindicatos, órgãos de comunicação social privados, grupos ligados à igreja, etc. Estas organizações tornar-se-ão muito dependentes dos financiamentos externos, nomeadamente porque o seu carácter independente é visto como uma ameaça pelo regime, que irá implementar a “estratégia de uma sociedade civil paralela”, com a criação de fundações e associações ligadas ao governo (Vidal, 2007b: 225).

estruturaram-se “na guerra e pela guerra” (Péclard, 2008: 6). A guerra foi também o “garante da impunidade de um poder hegemónico predador, socialmente iníquo, arbitrário” (Messiant, 2008: 398).

E é pelas armas que a paz se estabelece em Angola (Péclard, 2008: 6). Graças à vitória militar das Forças Armadas Angolanas, o governo não precisou de fazer compromissos políticos para conseguir a paz (Chabal, 2007: 15) e “ao ganhar a ‘sua’ guerra, pode ditar as condições da ‘sua’ paz” (Péclard, 2008: 8). Poupança um processo de negociações que se previa longo, escapou a inevitáveis cedências que teriam dado um novo fôlego à sociedade civil e evitou o “questionamento sobre a gestão do poder” (Messiant, 2008: 393) podendo continuar a fazer “democracy and business as usual” (idem, p.397, em inglês no texto).

Assim, o período pós-conflito não rompe com as lógicas sociais e políticas que alimentaram a guerra, verificando-se elementos de continuidade nas estratégias de acumulação, gestão do poder e relação do Estado com a sociedade civil (Péclard, 2008: 8). O fim da guerra pela via militar permitiu ao partido no poder ficar “único mestre do jogo”, manter intacto o edifício social e político, endossado pela “fachada democrática” e “reforçar a sua posição em relação a ‘todos os outros’ (UNITA, oposição política e sociedade civil, actores internacionais)” (Messiant, 2008: 398-99).

2.3. DEPOIS DA GUERRA, OS DESAFIOS DA PAZ

Desde os anos 90 que Angola se vem afirmando como potência regional, que Le Billon et. al. (2008) apelidam de “petro-militar” (p.102-104). Competindo com a Nigéria para o lugar de primeiro produtor da África Subsaariana, é o petróleo que confere a Angola uma posição estratégica na cena internacional e torna o país atractivo. Tirando proveito das preocupações energéticas manifestadas quer pelos ocidentais quer pelos asiáticos, Angola tem utilizado o petróleo como alavanca na procura de parceiros para a reconstrução do país (idem, p.108). Conseguiu assim, na última década, captar investimento directo estrangeiro bem como negociar empréstimos avultados, nomeadamente por parte da China, para financiar a reconstrução de infra-estruturas. Uma reconstrução sem empréstimos nem tutela do Fundo Monetário Internacional (FMI)²⁶ (Le Billon et al., 2008: 117 e 119).

A forte expansão do sector petrolífero permitiu à economia angolana ter uma das maiores taxas de crescimento do mundo na última década (acima dos 18% em 2006 e do 19% 2007); porém a crise financeira e económica, a partir de 2008, e a volatilidade dos preços do petróleo provocaram uma forte desaceleração, devido à sua reduzida capacidade de absorção de choques externos²⁷ (Lopes, 2011: 46-48). A economia tem no entanto estado a recuperar – com um desempenho positivo nos sectores da

²⁶ Estava previsto realizar-se uma conferência de doadores no termo do conflito armado. Foi sendo adiada e nunca se concretizou porque estava condicionada a um acordo do governo com o FMI com vista a uma maior transparência e prestação das contas públicas angolanas (Vidal, 2007b: 227-28).

²⁷ A dependência do petróleo é muito forte. O petróleo representa, ainda actualmente, cerca de 80% da receita pública, 90% das exportações e 47% do Produto Interno Bruto (PIB) do país (African Economic Outlook).

construção e obras públicas, energia e transportes – e o crescimento do PIB foi estimado, em 2012, na ordem dos 7,9%, contra menos de 4% no ano anterior (African Economic Outlook). No plano económico, o principal desafio é, sem dúvida, a diversificação da economia²⁸.

No plano político, coloca-se a questão da “normalização democrática” (Péclard, 2008: 8). Após terem sido várias vezes adiadas²⁹, as segundas eleições legislativas multipartidárias³⁰ realizaram-se, por fim, em Setembro de 2008. As eleições presidenciais, previstas para um ano depois das legislativas, foram também sendo adiadas, uma vez que a grande prioridade do MPLA era a aprovação da nova Constituição. De modo que foram realizadas novas eleições gerais a 31 de Agosto de 2012, dando a vitória ao MPLA³¹ e reconduzindo José Eduardo dos Santos no cargo de presidente por mais cinco anos.

Subsistem desacordos em matéria de governação e gestão das finanças públicas, concretamente “a capacidade do Governo para garantir a transparência, a prestação de contas e a distribuição equitativa das receitas do país em recursos naturais” (African Economic Outlook). Mas, como foi realçado por Vidal, “uma política multipartidária não significa necessariamente ou automaticamente democracia” (2007a: 173). Messiant (2006), por seu lado, ressalva que em Angola “a democracia e a legalidade são ao mesmo tempo utilizadas e ignoradas, contornadas e violadas *num e por um sistema politico real*” (p.160, ênfase da autora).

Nos primeiros anos de paz, continuou a haver um certo sub-investimento do Estado no sector social³², pois a “reabilitação de infra-estruturas tornou-se no principal objectivo” com vista a acelerar o

²⁸ É nomeadamente necessária uma aposta no sector da agricultura uma vez que “o país continua fortemente dependente da importação de alimentos e a produção agrícola e os preços são frequentemente afectados pelas secas” (African Economic Outlook).

²⁹ A realização de eleições legislativas e presidenciais era esperada em 2004, tendo sido adiada anualmente até 2008 (Vidal, 2007a: 144). Nuno Vidal avança a tese de o adiamento constante das eleições estar relacionado com a necessidade, por parte do MPLA, de mais tempo para se preparar, tendo como objectivo alcançar uma maioria de dois terços no Parlamento. Em comunicação oficial, o Presidente afirmava, em 2006, a necessidade de mais tempo para a reabilitação de infra-estruturas antes das eleições (idem, 163-64).

³⁰ As eleições legislativas de 2008 deram quase 82% ao MPLA, reduzindo o peso da UNITA a cerca de 10% e a FNLA a uma expressão insignificante. Com esta maioria qualificada, o MPLA fez adoptar, em 2010, uma nova Constituição que já não prevê eleições presidenciais e estipula que o cabeça de lista do partido mais votado é doravante automaticamente Presidente (Wikipedia: Eleições Gerais em Angola 2012).

³¹ O MPLA obteve 71,84% dos votos e elegeu 175 deputados, a UNITA obteve 18,66% dos votos e elegeu 32 deputados, a CASA-CE (partido fundado por um ex-dirigente da UNITA) obteve 6% dos votos e elegeu 8 deputados, o Partido de Renovação Social obteve 1,7% dos votos e elegeu 3 deputados e a FNLA obteve 1,13% e elegeu 2 deputados (Comissão Nacional de Eleições).

³² Entre 2002 e 2005, o Orçamento do Estado de Angola consagrava 5%-10% à educação e 4.5%-6% à saúde. Destes montantes, uma parte significativa era gasta em salários e custos administrativos. Angola era então o país africano, juntamente com a Guiné Equatorial, que menos despendia nestes sectores (Vidal, 2007b: 228-29). Uma breve análise dos Relatórios de Fundamentação do Orçamento Geral do Estado, que se encontram

crescimento económico (Vidal, 2007a: 146) e a “realizar uma transformação rápida e visível do país” (Le Billon et al., 2008: 120). A rede rodoviária que liga Huambo à zona costeira, por exemplo, é disso testemunha, bem como a própria cidade. A reconstrução de infra-estruturas produtivas (electricidade, água, transportes) e sociais (educação³³, saúde³⁴, saneamento³⁵) continua no entanto a ser uma necessidade, o aumento das despesas nestes sectores nos últimos anos não se revelou ainda suficiente.

Dez anos depois do fim da guerra, a incidência da pobreza permanece em 36.6% (INE, 2013: 51). Ora, a pobreza³⁶ está associada a um mais fraco acesso aos serviços de saúde (e consequentemente taxas mais elevadas de mortalidade, nomeadamente infantil e materno-infantil), a menores rendimentos ou ausência deles, a piores condições de habitação e alimentação, a uma menor probabilidade de frequentar a escola ou ir além do ensino primário³⁷, mas também a uma menor capacidade de participação social e política. De acordo com Feliciano et. al., as pessoas em situação de pobreza estão mais expostas aos riscos e vulnerabilidades e, na impossibilidade de aceder aos recursos, vêem a sua “exclusão social e económica dos circuitos dos recursos da economia formal” agravar-se e a pobreza reproduzir-se (2008: 25).

Carvalho considera que “a maioria dos angolanos se encontra socialmente excluída”, o que tem como consequências uma diminuição da qualidade de vida e o aumento da indigência (2008: 86-105).

disponíveis no *site* do Ministério das Finanças (www.minfin.gv.ao) desde o ano 2000, permite constatar que as rubricas Administração, Defesa, Segurança e Ordem Pública e Encargos Financeiros conheceram até 2005 um investimento significativamente mais elevado do que a rubrica Sector Social. Apenas o Sector Económico era menos dotado financeiramente.

³³ Nos últimos anos, o Governo tem investido na contratação de professores e na construção de escolas, contudo “ainda existe um número elevado de crianças que tem de percorrer mais de 2 km diariamente para frequentar a escola (29%)” e “o acesso não é ainda universal e cerca de 26% das crianças na faixa dos 6-9 anos nunca frequentou a escola” (INE, 2011: viii).

³⁴ Registaram-se progressos em vários indicadores: os dados do IBEP 2008-2009 indicavam uma melhoria na taxa de mortalidade infantil, “pela primeira vez em mais de 20 anos, a taxa de mortalidade em menores de cinco anos se situa abaixo do 250 por 1000 nados vivos” (INE, 2011: vii). Dados mais recentes do African Economic Outlook confirmam essa tendência: redução da mortalidade infantil para menos de 159.5 por 1000 nados vivos em 2011, por outro lado, a desnutrição caiu para 41% em 2011 contra 67% em 2000. Contudo, menos de metade da população total do país tem acesso a serviços de saúde.

³⁵ De acordo com os dados do IBEP 2008-2009, “a nível nacional, menos de metade da população (42%) usa uma fonte apropriada de água para beber” e “apenas 53% dos agregados tem algum tipo de instalação sanitária em casa” (INE, 2011: ix-x). Em 2011, a percentagem da população com instalações sanitárias básicas tinha subido para 58% e o acesso a uma fonte melhorada de água situava-se em 51%, contra 49% e 47% respectivamente em 2000 (African Economic Outlook).

³⁶ Feliciano et. al. identificam quatro dimensões da pobreza “nem sempre coincidentes nem simultâneas”: económica, política, social e humana (2008: 25).

³⁷ De acordo com o IBEP 2008-2009: “A taxa líquida de frequência do ensino secundário a nível nacional é de 19% (...) a proporção de crianças entre a população mais rica a frequentar o ensino secundário é 16 vezes superior à de crianças pertencentes à população mais pobre” (INE, 2011: ix).

O agravamento das disparidades sociais está, como vimos anteriormente, associado a dinâmicas de “fechamento social” (idem) utilizadas pelos grupos sociais dominantes que conduziram à apropriação privada dos recursos e da riqueza gerada³⁸, continuando em vigor certas lógicas subterrâneas de reforço do poder e das desigualdades.

Com uma taxa de fecundidade elevada³⁹, Angola possui uma população muito jovem (48% tem menos de 15 anos), sendo que mais de metade dos cerca de 18,5 milhões de habitantes (estimativas do INE relativas a 2012) encontra-se concentrada nas áreas urbanas (54,8%). Não foi possível averiguar números recentes sobre o desemprego urbano⁴⁰, podemos no entanto inferir que se mantenha substancialmente elevado, com uma forte incidência nas camadas mais novas, apesar de ter havido um “crescimento das taxas de emprego formal associado aos investimentos na reabilitação e construção de infra-estruturas (estradas, escolas, centros de saúde, etc.)” (Lopes, 2011: 47). Neste sentido, a formação profissional e a inserção dos jovens na vida activa têm estado entre as áreas de intervenção prioritárias de vários documentos como o recente Plano Nacional de Desenvolvimento de Médio Prazo (2013-2017). Uma preocupação que se estende a todo o continente e tem alimentado numerosas publicações e artigos⁴¹.

2.4. CRIANÇAS E JOVENS EM ANGOLA APÓS A GUERRA

Ao sair da guerra, a situação era portanto e como descrito acima bastante dramática: perto de um terço da população tinha sido deslocada, a maior parte tinha encontrado refúgio em áreas peri-urbanas sem condições para as receber, água potável e alimentos escasseavam, 42% das crianças apresentavam um peso baixo para a idade, a incidência da pobreza era de 67%, a esperança de vida situava-se nos 42 anos, mais de 70.000 pessoas amputadas devido a minas antipessoais, mais de metade são deslocados de guerra, entre as quais muitas mulheres e crianças, menos de 10% das crianças eram registadas à nascença, havia falta de professores, falta de salas de aula, 80% das escolas tinham sido destruídas ou abandonadas, menos de 40% das crianças eram vacinadas, uma em cada três morria antes dos 5 anos de malária, diarreia, malnutrição ou infecções respiratórias, estimava-se em 300.000 o número de crianças raptadas para servir na guerra e em mais de 10.000 o número de crianças de rua (Clover, 2002: 104-106).

³⁸ Em 2009, a Global Financial Integrity denunciava que cerca de 6 mil milhões de dólares tinham desaparecido dos cofres do Estado e saído ilegalmente do país. (www.gfintegrity.org/content/view/408/71)

³⁹ Estimada em 6.4 nascimentos por mulher (INE, 2011)

⁴⁰ Em 2001, o desemprego urbano era estimado em 46% (Ministério do Planeamento, 2005)

⁴¹ “Perspectives économiques en Afrique 2012 : promouvoir l’emploi des jeunes” (OECD, 2012); “Putting Young Africans to Work - Addressing Africa’s Youth Unemployment Crisis” (Brenthurst Foundation, 2011); “Chômage des jeunes Africains, le grand dilemme politique” (Eil d’Afrique, 2012); “Jeunesse africaine cherche emplois” (Mutune, 2006).

Um estudo de Margarida Ventura (2003) sobre as sequelas clínicas e desenvolvimentais associadas à exposição à guerra em Angola nos adolescentes de idades compreendidas entre os treze e dezasseis anos nas regiões Sul (Cunene e Huíla) indica uma prevalência alta de stress pós-traumático que se manifesta através de problemas emocionais (ansiedade e depressão) ou ainda distúrbios de sono, medo, queixas psicossomáticas, perda de orientação em relação ao futuro. A autora sublinha que os adolescentes envolvidos no estudo viveram toda a sua vida em situação de guerra, ou seja numa situação de “trauma cumulativo”: perderam um ou mais familiares, passaram fome, estiveram expostos a ataques à sua aldeia ou cidade, assistiram a trocas de tiros, explosões de minas ou bombardeamentos, viram pessoas feridas, mortas ou viram matar, sofreram ferimentos, amputações ou ficaram com alguma deficiência, foram presos, raptados ou sofreram abusos e espancamentos (pp. 17-23,176-179, 370-371). “Todas as crianças de Angola são vítimas directas ou indirectas da guerra”, resumiu Jenny Clover (2002: 108).

A situação melhorou bastante desde então como o comprovam os dados Inquérito Integrado sobre o Bem-Estar da População (IBEP) realizado em 2008-2009. De acordo com os indicadores socioeconómicos recolhidos, as crianças constituem cerca de metade da população angolana (47.7% entre 0-14 anos) e estima-se que cerca de 10% sejam órfãs (de um ou ambos os pais). Por outro lado, cerca de 12% das crianças com menos de nove anos não vive com os pais biológicos apesar de estes estarem vivos e 13% vive só com a mãe, sendo que “o facto de uma criança ter perdido os seus pais, ou pelo menos um deles, afecta a sua frequência escolar” (INE, 2011: xi).

O IBEP revelava ainda que, em 2008-2009, cerca de 26% das crianças na faixa dos 6-9 anos nunca tinha frequentado a escola, contra 34% no início da década, de acordo com os dados da Estratégia de Combate à Pobreza. O acesso ao registo de nascimento não é ainda universal, pelo que “apenas uma em cada três crianças até aos cinco anos de idade tem registo de nascimento” (INE, 2011: x), o que posteriormente dificulta a integração escolar das crianças, uma vez que é obrigatória a apresentação da cédula para efectuar a matrícula e frequentar a escola.

De acordo com o IBEP, as crianças trabalhadoras são uma realidade mais presente nas áreas rurais, “onde 32% das crianças entre 5 e 14 anos estão envolvidas em trabalho infantil, comparativamente com 11% nas cidades” (INE, 2011: xi). O trabalho infantil insere-se nas estratégias de sobrevivência das famílias, como forma de rendimento adicional, sendo em certos casos uma actividade complementar à escola enquanto noutras situação a criança abandona a escola para ser vendedora ambulante ou lavadora de carros, por exemplo.

No plano jurídico-legal, Angola tem acompanhado a evolução internacional dos direitos das crianças e ratificou os principais instrumentos como a Convenção dos Direitos da Criança da Nações Unidas (em 1990), a Carta Africana dos Direitos e Bem-Estar da Criança (em 1992), as Convenções da OIT n.º138 sobre a Idade Mínima de Admissão ao Emprego e n.º182 sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil (em 2001), o Protocolo facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança relativo à Venda de Crianças, à Prostituição e à Pornografia Infantil (em 2005), o Protocolo facultativo à

Convenção sobre os Direitos da Criança relativo à Participação de Crianças em Conflitos Armados (em 2007) e está em curso o processo de ratificação do Protocolo de Palermo relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em especial de Mulheres e Crianças.

A nível nacional, a Constituição de 1992 estabelecia, no seu artigo 30º, que “as crianças constituem absoluta prioridade, pelo que gozam de especial Protecção da Família, do Estado e da Sociedade com vista ao seu Desenvolvimento integral” e a revisão constitucional de 2010 veio estabelecer de forma mais clara quer o papel do Estado quer o conceito de protecção da criança⁴².

Desde 2001, ano da entrada em vigor da Lei de Bases do Sistema de Educação (Lei 31/01), tem-se assistido à produção de um conjunto de iniciativas e leis que se inscrevem na defesa e promoção dos direitos das crianças: em 2004 teve lugar o I Fórum Nacional da Criança, que se tem realizado desde então a cada dois anos; em 2007, foi criado o Conselho Nacional da Criança (CNAC)⁴³ e deu-se início à implementação de uma Rede de Promoção e Protecção dos Direitos da Criança a nível provincial e municipal⁴⁴; em 2008 foram aprovados os 11 Compromissos da Criança⁴⁵ que orientam desde então todas as acções do Estado no domínio da infância; em Agosto de 2012 foi publicada em Diário da República a Lei sobre a Protecção e Desenvolvimento Integral da Criança (Lei 25/12) que visa “reforçar e harmonizar os instrumentos legais e institucionais destinados a assegurar os direitos da

⁴² O artigo 80º da Constituição de 2010 estipula que “1. A criança tem direito à atenção especial da família, da sociedade e do Estado, os quais, em estreita colaboração, devem assegurar a sua ampla protecção contra todas as formas de abandono, discriminação, opressão, exploração e exercício abusivo de autoridade, na família e nas demais instituições. 2. As políticas públicas no domínio da família, da educação e da saúde devem salvaguardar o princípio do superior interesse da criança, como forma de garantir o seu pleno desenvolvimento físico, psíquico e cultural. 3. O Estado assegura especial protecção à criança órfã, com deficiência, abandonada ou, por qualquer forma, privada de um ambiente familiar normal. 4. O Estado regula a adopção de crianças, promovendo a sua integração em ambiente familiar sadio e velando pelo seu desenvolvimento integral. 5. É proibido, nos termos da lei, o trabalho de menores em idade escolar.”

⁴³ O CNAC é um órgão de concertação social responsável pelo acompanhamento e controlo da execução das políticas de promoção e defesa dos direitos da criança, integra 16 Ministérios e 12 organizações da sociedade civil (das quais 4 ONG: ADRA-Acção para o Desenvolvimento Rural, SOS Criança e Desenvolvimento Integral de Angola, AKM-Associação Kassules do Maculusso; CACI- Centro de Apoio às Crianças e Idosos)

⁴⁴ O défice de recursos humanos e financeiros e uma débil parceria com a sociedade civil são duas das lacunas apontadas pelo Comité dos Direitos da Criança, na sua 55ª sessão, onde Angola apresentou o relatório período de seguimento da CDC (Committee on the Rights of the Child, 2010)

⁴⁵ Os 11 Compromissos foram formalizados através da Resolução nº5/08, de 18 de Janeiro, do Conselho de Ministros e abrangem as seguintes áreas: 1) Esperança de vida ao nascer, 2) Segurança alimentar e nutricional, 3) Registo de nascimento, 4) Educação da primeira infância, 5) Educação primária e formação profissional, 6) Justiça juvenil, 7) Prevenção e redução do impacto do VIH e SIDA nas famílias e crianças, 8) Prevenção e combate à violência contra a criança, 9) Protecção social e competências familiares, 10) A criança e a comunicação social, a cultura e o desporto, 11) A criança no Plano Nacional e no Orçamento Geral do Estado. A execução dos 11 Compromissos está a cargo dos órgãos centrais da administração do Estado, em particular os da tutela, isto é o MINARS e o INAC.

criança” (art.1º), reafirma que a efectivação dos direitos da criança é um dever partilhado “da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Estado” (art.5º) e especifica que “é dever de todo o cidadão zelar pela dignidade da criança” (art. 8º). Estabelece ainda que cabe aos pais o “sustento, guarda e educação” (art.9º), ao Estado o dever de “criar condições para que a criança tenha acesso a condições de ensino de qualidade que lhe permita preparar-se para a vida adulta e inclusão no mercado de trabalho” (art.11º) e à sociedade civil um papel “de complementaridade e de parceria, relativamente às responsabilidades dos órgãos da administração central e local do Estado”, sendo ela responsável por “a) oferecer serviços de qualidade conforme os padrões, normas e regulamentos do Estado, b) advogar para o acesso aos serviços de qualidade, boas leis e boas práticas a favor da criança, especialmente as mais vulneráveis e apoiar o Executivo Angolano a fazer da criança prioridade absoluta, desde o início da vida” (art.58). A lei 25/12 propõe ainda a instituição de um Fundo Nacional da Criança que “visa captar recursos provenientes de diferentes fontes, públicas e privadas” e cuja composição, organização e funcionamento serão definidos em diploma próprio (art.81º).

Outras políticas governamentais com impactos directos ou indirectos nas crianças foram aprovadas como, por exemplo, a Estratégia de Combate à Pobreza de 2004, sendo uma das metas “eliminar o fenómeno da ‘criança de rua’ através do enquadramento e atendimento educativo formais e não formais, públicos e de solidariedade social” (Ministério do Planeamento, 2005: 122).

Apesar dos progressos realizados na última década, as acentuadas desigualdades sociais e os elevados níveis de pobreza mantêm um número importante de crianças em situação de precariedade e vulnerabilidade. O Comité dos Direitos da Criança das Nações Unidas apelou a um reforço orçamental no domínio da infância e recomendou a utilização da “riqueza do país para melhorar as condições socioeconómicas da maioria da população, em particular dos grupos mais vulneráveis, entre os quais (...) as crianças que vivem em situação de rua”⁴⁶. Também o Relatório Africano sobre o Bem-Estar da Criança de 2011⁴⁷ vai no mesmo sentido, considerando que o orçamento alocado à educação nomeadamente continua baixo tendo em conta os rendimentos do país.

2.5. O TERRENO DE PESQUISA: A ONG OKUTIUKA, NO HUAMBO

A província do Huambo, no Planalto Central, é composta por 11 municípios e 37 comunas. O município-sede tinha, em 2006, cerca de 1.068.000 habitantes, tendo registado “um forte crescimento demográfico, com enviesamento urbano, em consequência dos efeitos combinados do crescimento natural, do êxodo rural e das deslocações compulsivas induzidas pela guerra” (Lopes, 2011: 129). Dos

⁴⁶ Committee on the Rights of the Child (55th session, 1 Sept – 13 Oct 2010), *Consideration of reports submitted by States parties under article 44 of the convention. Concluding Observations: Angola*, #58

⁴⁷ “Il convient de noter que malgré le volume relativement important des revenus de l’Angola, des Comores et du Soudan, ces pays semblent avoir effectué le minimum d’investissement dans les secteurs bénéficiant aux enfants”(The African Child Policy Forum, 2011:15).

480.600 que integravam a população activa, 44% eram estudantes ou desempregados (idem). Dos 56% que trabalhavam, a maioria encontrava-se ocupada no mercado informal e na agricultura, seguindo-se os sectores da educação e da saúde. (idem, p.130) Situada num planalto interior a cerca de 600 km da capital, a cidade do Huambo foi palco da “guerra dos 55 dias”, entre Janeiro e Fevereiro de 1993, que destruiu grande parte das infra-estruturas físicas, económicas e sociais. As vias de circulação rodoviárias já foram restabelecidas e a actividade comercial está em fase de reactivação.

A Okutiuka é uma organização não-governamental (ONG) de carácter social, apartidário, laico, não lucrativo, com personalidade jurídica, de âmbito nacional. “Okutiuka” significa “regressar” na língua Umbundu. Fundada em Benguela em Julho de 1995, a Okutiuka foi levada para o Huambo em 1996 por Sónia Ferreira⁴⁸. Entre 1996 e 1998, realizou-se um primeiro levantamento das crianças em situações de abandono no Huambo, com o apoio da ONG *Save the Children*, e iniciou-se em 1998 a intervenção junto das crianças órfãs e abandonadas na cidade, na própria residência da mentora da organização, com o apoio da ONG *World Learning*, do Programa Alimentar Mundial e a *Save the Children* na alimentação e dos Médicos Sem Fronteiras nos medicamentos.

Assim, durante o ano de 1998 gera-se a missão específica que a Okutiuka veio a assumir, com o desenvolvimento de diversas actividades (palestras, espectáculos, piqueniques, visitas, etc.) e com o início do acolhimento de crianças, que aconteceu de forma ‘natural’, uma vez que as cerca de 50 ou 60 crianças que começaram a frequentar as actividades perceberam que tinham ali um refúgio e uma casa acolhedora, e começaram a adoptar aquela casa como sua e a viver ali em comunidade” (Garcia, 2011: 54).

Em Dezembro de 1998, aquando dos bombardeamentos da cidade do Huambo, a Okutiuka *deslocalizou-se*, conseguindo a evacuação por avião das cerca de 50 crianças que lá residiam e equipa, primeiro para o Lobito e depois para Benguela, onde ficaram até ter condições para regressar, contando com o apoio do MINARS, do Programa Alimentar Mundial, de Médicos Sem Fronteiras e Médicos do Mundo. O regresso ao Huambo fez-se um ano mais tarde, em Dezembro de 1999, tendo sido necessário procurar novas instalações uma vez que a casa anterior, situada no Granja, na parte Alta da cidade, fora destruída. Em 2000, as instalações da antiga Fábrica de Lacticínios do Huambo, foram cedidas à Okutiuka. A Fábrica passou a ser a sede da ONG e desde então é aí que funciona o Centro de Acolhimento “Okulissanga”⁴⁹. As instalações encontravam-se num estado muito degradado e não habitável. Assim, nessa fase, as crianças dormiam em tendas, instaladas no pátio e as actividades colectivas eram realizadas num jango (recinto circular tradicional). “De 2000 a 2003 a organização foi gradualmente recuperando diversos espaços da Fábrica (espaços comuns e dormitórios), com apoios por parte da Cooperação Suíça e da Cooperação Britânica” (Garcia, 2011: 54).

⁴⁸ Em Benguela ficou um projecto que se autonomizou entretanto, formando hoje a ONG Omunga.

⁴⁹ Okulissanga significa “(re)encontrar-se” em Umbundu

A Okutiuka acolhe e integra socialmente “crianças e jovens sem enquadramento familiar ou sem família”, nomeadamente: “crianças órfãs, crianças perdidas da família, crianças abandonadas pela família ou em famílias disfuncionais, crianças com famílias em situação de extrema pobreza” (Garcia, 2011: 58).

Em Agosto de 2012 viviam no Centro de Acolhimento cerca de 50 crianças. Muitas das crianças que por lá passaram, são hoje jovens adultos que vivem de forma autónoma, alguns dos quais mantêm ligações à organização, vêm procurar conselhos ou tentam retribuir um pouco do que receberam: “A Sónia teve hoje a visita de dois ex-residentes: o M., que saiu da Okutiuka em 2005 e o Ho., irmão da Ha., acompanhado da filha dele. O M. deu dois mil Kwanzas à Sónia” (notas de campo da investigadora, 18-08-2012).

No Centro Okulissanga, as crianças e jovens residentes dividem dormitórios de seis a oito camas, de acordo com as idades. O Centro funciona em regime de auto-organização, havendo escalas para as tarefas colectivas (limpezas, cozinha, etc.). Cada um é responsável por lavar a sua roupa, excepto os mais novos, que necessitam de mais acompanhamento até atingirem um certo grau de autonomia. Para além do apoio residencial, o Centro proporciona alimentação diária (pequeno-almoço, almoço, lanche e jantar), acompanhamento pessoal e socio-afectivo, assistência médica e medicamentosa, distribuição de vestuário e produtos de higiene, apoio na aquisição de documentos legais, apoio no ingresso no sistema formal de educação e acompanhamento escolar. A Okutiuka conta com a colaboração de um professor que dá explicações aos que têm mais dificuldades escolares e inicia os mais pequenos à alfabetização enquanto esperam de ingressar na 1ª classe. Garcia refere ainda que:

Todas as crianças estão inscritas na escola pública. Em Angola, o ensino só é obrigatório até ao 6º ano mas a organização incentiva os jovens a continuarem a escolaridade (três já foram para a Universidade e há outros casos em vias de o conseguir consoante as suas aspirações) (2011: 63).

A organização tenta manter ou restabelecer algum tipo de relação familiar e laços afectivos e identitários incentivando as crianças e os jovens a visitar os seus familiares.

Para além das necessidades básicas, a Okutiuka preocupa-se também com o desenvolvimento pessoal e social das crianças e jovens e proporciona-lhes diversas actividades educativas e formativas complementares, entre as quais dança, música, leitura, passeios e desporto. Existe uma equipa de futebol (Estrelinha da Okutiuka), na altura constituída por 10 elementos, com idades compreendidas entre os 9 e os 12 anos, e é treinada por um dos residentes. Jogam aos fins-de-semana e feriados contra outras equipas de futebol infantil do Huambo. A actividade extra-curricular mais importante é a participação no Carnaval. A Okutiuka dinamiza um grupo carnavalesco infantil que participa anualmente no desfile ao nível da Província e que ganhou o primeiro prémio consecutivamente nos últimos sete anos. É um acontecimento que mobiliza toda a gente, dos mais novos aos mais velhos, durante vários meses. A organização aproveita a ocasião para fazer sensibilização sobre os mais

variados temas (i.e. VIH-Sida, ambiente); a indumentária e os acessórios variam de acordo com o tema.

A Okutiuka funciona segundo o modelo de uma casa. Uma casa com muita gente. Uma grande irmandade. Tem dormitórios, refeitório, biblioteca e sala de estudos, sala de convívio, sala polivalente, anfiteatro e pátios para actividades ao ar livre. (...) Os vários espaços da fábrica têm vindo gradualmente a ser conquistados à ruína do complexo de edifícios. Há parcelas recuperadas, há parcelas semi-recuperadas (em uso, mas em condições precárias) e há parcelas ainda em ruína não utilizável (Garcia, 2011: 58).

No Centro Okulissanga, residem apenas rapazes. Foi uma opção tomada desde o início e baseada na realidade de haver mais meninos do que meninas de rua e, por outro lado, por se considerar que um centro misto seria mais difícil de gerir, nomeadamente nas idades da adolescência.

Importa ainda referir que o trabalho desenvolvido pela Okutiuka não se reduz a proporcionar um ambiente seguro, social e culturalmente estimulante aos residentes. Existe um empenho no encaminhamento dos mais velhos para soluções que lhes permitam uma integração socioprofissional, no sentido da autonomização, sem que lhes seja imposto um prazo pré-determinado de saída.

Até ao presente já saíram do projecto 59 jovens. A organização procura acompanhar as trajetórias de todos os que vão saindo e se vão autonomizando. Do conjunto total dos ex-residentes que já se autonomizaram, identificam-se seis casos de insucesso, jovens que, depois das suas saídas não encontraram formas satisfatórias e desejáveis de integração e mobilidade social. Todos os outros têm a sua casa, as suas famílias e estão a trabalhar (Luanda, Benguela, Huambo) em áreas como informática, mecânica, construção... Alguns têm vindo a fazer Formação Profissional nos Centros acreditados pelo Governo. Há também os casos que conseguem fazer percursos universitários (Garcia, 2011: 91).

Por outro lado, até recentemente, a Okutiuka também acolhia, durante o dia, crianças do bairro, a quem prestava apoio alimentar e actividades lúdico-pedagógicas. Contudo, por falta de verbas, viu-se obrigada a restringir o apoio aos residentes apenas. São de mencionar também as campanhas de sensibilização que a ONG realiza sobre os direitos da criança e designadamente o direito à educação⁵⁰.

Os recursos da organização são reduzidos e inconstantes, traduzem-se sobretudo em donativos em géneros (alimentação, roupa, veículos, etc.) Os apoios financeiros têm sido pontuais, nomeadamente por parte da empresa petrolífera TOTAL, da organização internacional World Learning e mais recentemente da CPLP.

⁵⁰ “A cada início de ano lectivo, a Okutiuka faz questão em divulgar a orientação da Constituição Angolana sobre o direito ao ensino, para que todos saibam que as crianças têm direito de frequentar a escola primária, que não têm que pagar nada e por isso é ilegítimo (e factor de atraso) que as crianças sejam impedidas de frequentar a escola” (Garcia, 2011: 63).

3- ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Within everyday rhetoric and many discourses of theory childhood is taken for granted, it is regarded as necessary and inevitable, and thus part of normal life (Jenks, 1996: 8).

Neste capítulo, procura-se reflectir sobre a natureza da infância, traçando a evolução do pensamento sociológico no que às crianças diz respeito, primeiro no contexto europeu e norte-americano e, num segundo momento, no contexto africano e mais concretamente angolano, onde decorre a nossa análise.

O lugar da criança variou ao longo do tempo. O infante ou a criança (“*infans*” em latim) – literalmente, aquele que não fala –, foi ganhando importância e conquistando um estatuto próprio ao ponto de Zelizer (1985) falar em “sacralização” da criança ao descrever as transformações do valor económico e afectivo da criança nos Estados Unidos do século XX (p.22).

Criança e infância tornaram-se objectos de conhecimento da psicologia e da pedagogia cujas descobertas foram sendo amplamente vulgarizadas nas últimas décadas. Referimo-nos a elas como algo familiar – todos fomos crianças e possuímos lembranças de infância – apesar dos seus comportamentos nos parecerem por vezes bizarros.

Ao longo das últimas décadas, vimos crescer o interesse quer dos poderes públicos quer das práticas sociais, médicas e educativas em torno da criança no mundo dito ocidental. Foram várias as iniciativas – desde a criação do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)⁵¹ à proclamação do Ano Internacional da Criança (1979) e à adopção da Convenção dos Direitos da Criança (1989) – que concorreram para a emergência da “ideologia da sociedade centrada na criança” (James e Prout, 1997: 1). Ao mesmo tempo, imagens de crianças famélicas que nos chegavam pela televisão e notícias cada vez mais frequentes de situações de abuso sexual de crianças vieram desafiar a imagem mítica que tínhamos de uma infância feliz, inocente e protegida (idem, p. 1-2).

Quem são as crianças? O que é a infância? Etapa obrigatória da vida de qualquer ser, será a infância uma ordem natural ou uma convenção social? Como são percebidas as crianças na era dos *mass media*? Essa percepção é diferente na Europa e em África? Que discursos vêm sendo produzidos sobre a infância? Que consequências na vida das crianças têm os discursos sobre “crianças de rua” ou “crianças em risco”? Que margem de acção resta às crianças numa época de institucionalização e normatividade da infância? Qual a capacidade de acção das crianças sobre as suas vidas? As mesmas interrogações se colocam quanto aos jovens e à juventude, que segue a infância ao

⁵¹ A UNICEF foi criada em Dezembro de 1946 para ajudar as crianças da Europa vítimas da II Guerra Mundial. No início da década de 50 o seu mandato foi alargado para responder às necessidades das crianças e das mães nos países em desenvolvimento (www.unicef.pt).

mesmo tempo que se sobrepõe a ela, consoante as categorizações utilizadas. Estas são algumas das questões discutidas neste capítulo.

3.1. A CRIANÇA, DE NÃO-PESSOA A ACTOR SOCIAL

É recente o interesse da sociologia pela infância (Qvortrup et al., 1994: x). As crianças já eram contudo objecto de estudo da psicologia⁵² e da história. Nesta área do conhecimento, importa referir o trabalho de Philippe Ariès (1988) que se debruçou sobre as mudanças sociais ocorridas na Europa desde o século XIII que modificaram a concepção de família e permitiram o surgimento do “sentimento da infância”⁵³ na época moderna (p. 33), acompanhado por uma nova afectividade e uma preocupação nova com a educação, abrindo assim caminho à escolarização, que veio substituir o sistema tradicional de aprendizagem (p. 320-322) e isolar as crianças do mundo dos adultos.

Foi nos anos 80 do século XX⁵⁴ que os cientistas sociais começaram a olhar as crianças como possível unidade de observação e a infância como unidade de análise (Saporiti, 1994: 193), e desafiaram a ideia convencional da criança enquanto adulto em formação, *naturalmente* incompetente, reconhecendo-lhe a capacidade de agir em seu nome próprio. A visão da infância como fase preparatória (para a vida adulta) subsiste no entanto, confinando a criança a um estatuto de dependência e retirando-lhe a possibilidade de autonomia e liberdade, revelando também a dificuldade

⁵² A psicologia teve um papel muito importante na conceptualização da infância como período de imaturidade bem como no reforço da distinção entre “infância” e “adulthood”, resultado de uma ênfase excessiva no indivíduo e exclusão das relações sociais e das estruturas e sistemas políticos (Hart, 2006: 6-7).

⁵³ O trabalho pioneiro de Ariès foi importante para dar visibilidade às crianças (ou ausência delas) na história e demonstrar que a infância é social e historicamente construída. Contudo, algumas das suas afirmações – como a ausência do sentimento da infância na Idade Média – foram contestadas por autores como Linda Pollock (1983) que utilizaram fontes primárias (diários, biografias, jornais) enquanto Ariès se baseou principalmente no estudo da arte e da literatura (Corsaro, 2005: 65-66). Embora fundamentais, o trabalho desses historiadores deixou de parte o papel das crianças e jovens enquanto actores das sociedades passadas; um enfoque adoptado pela nova historiografia da infância e autores como Hanawalt, Alston e Wiggins (Corsaro, 2005: 68-80).

⁵⁴ Na verdade, “a questão da construção de uma sociologia da infância não é nova, embora desdenhada e ignorada pelos pesquisadores até recentemente” (Sirota, 2001: 8). Sirota releva que Marcel Mauss colocara a questão da relação entre sociologia da infância e sociologia geral já em 1937 e Montandon (2001) cita o trabalho de J.W. Trent que tornou patente o interesse da sociologia pelo estudo das crianças nos anos 20 nos Estados Unidos. Seguiu-se depois um período de desinteresse e silêncio por parte dos sociólogos relativamente à infância, tendo sido necessário esperar até aos anos 60-70 para ver surgir trabalhos sobre os processos de socialização e os anos 80 para ver emergir uma multiplicidade de pesquisas, conferências e revistas, que exploram uma grande diversidade de questões: as relações entre gerações, os dispositivos institucionais criados para as crianças, as relações entre pares, as culturas infantis, entre outras (p.34-36). Sirota e Montandon explicam em parte este novo impulso com a influência das perspectivas interacionistas, interpretativas e etnometodológicas.

em mudar imagens social e historicamente construídas que sedimentam as relações de dependência e poder entre crianças e adultos (Qvortrup, 1994: 2-20).

Segundo Qvortrup, as crianças foram marginalizadas pelas ciências sociais. Este autor exemplifica como o conhecimento sobre as crianças é centrado nos adultos, sendo sistemática a referência aos pais e comum a escassez de dados estatísticos directos que dizem respeito aos mais novos (1997:87-89). É como se de facto a criança não existisse *per se* mas apenas como dependente do adulto, concorrendo assim para reforçar as nossas preconcepções de que as crianças são subordinadas (idem, p.87).

Se é indiscutível que a imaturidade, física e emocional, é uma característica intrínseca das crianças, também é hoje incontestável que “criança” e “infância” são categorias sociais historicamente construídas (Corsaro, 2005:3; Lucchini, 1996:253-54; Qvortrup et al., 1994; Sirota, 2001:18) e culturalmente situadas (Castro, 2002:48; Jenks, 1996:7) – o mesmo acontece com a “adolescência”, a “juventude” ou a “velhice”, cujas delimitações e conteúdos foram variando no tempo e no espaço (Ariès, 1988:38-48). Estas construções sociais influenci(ar)am não só a forma como a sociedade trata as crianças mas também a forma como a ciência as considera (Alanen, 1994:29). Invisíveis durante décadas nas pesquisas e estatísticas europeias e norte-americanas, “guetizadas pelos adultos que agem em nome do ‘superior interesse’ das crianças, mas sem terem em conta os seus pontos de vista” (Ennew, 1994:125), as crianças das sociedades ocidentais foram sendo retiradas dos espaços públicos e confinadas a espaços próprios (i.e. escolas, jardins-de-infância) que lhes conferem protecção ao mesmo tempo que as controlam.

De acordo com Shamgar-Handelman (1994), o tempo da infância bem como o conjunto de restrições à participação social das crianças variam em cada sociedade. De facto, não são as crianças que controlam as suas vidas. Esse direito é partilhado entre as famílias e o Estado. Em todas as sociedades, a infância está sujeita a um conjunto de normas que regulam os tempos, espaços e actividades permitidas ou proibidas às crianças, nomeadamente a sua participação nas actividades económicas, políticas, sociais e culturais, ou ainda a utilização dos espaços públicos, sendo a sua liberdade pessoal e de movimento bastante limitada nos países ditos desenvolvidos (p. 250-252).

Resultando de uma “construção adultocêntrica”, a infância define-se por oposição à “adultidade” (Castro, 2002: 48-49) e geralmente pela negativa⁵⁵ (inexperiente, imaturo, incompleto, etc.). A concepção da criança em relação ao adulto sustenta a “metáfora do crescimento” (Jenks, 1996: 9) valorizando o que há-de ser (“becoming”) em detrimento do que é (“being”). Em contraponto, Jones (2001) ressalva que as crianças são “*not less than adults; they are different to adults*” (p.175; ênfase

⁵⁵ Manuel Sarmiento fala em “negatividade constituinte” que se reflecte em “políticas proteccionistas, conduzidas predominantemente na ausência da participação das crianças, com reforço do poder adulto e subordinação das crianças” (Tomás, 2007:122).

do autor) e problematiza a criança como “o outro” que se tornará “o mesmo” à medida que vai sendo socializado.

A Sociologia da Infância⁵⁶, e os *Children Studies*, vieram quebrar a invisibilidade e marginalização científica das crianças, colocando-as no centro dos seus questionamentos e encarando “com seriedade esse ator social que é a criança” (Sirota, 2001:11). De objectos (da acção dos adultos), as crianças passam a sujeitos das suas próprias acções (Montandon, 2001: 36). Uma nova perspectiva que torna a realidade social mais complexa, uma vez que “children are now being regarded as both receivers and ‘doers’ ” (Saporiti, 1994: 192) e que contribuiu para desconstruir conceitos hegemónicos como o de socialização (Jenks, 1996: 4) que, de processo unilateral através do qual os adultos moldam as crianças de acordo com o que delas é esperado no futuro, passou a ser visto como um processo de interacção recíproca em que as crianças negociam significados, criam e recriam culturas. Assim, é hoje comumente aceite que as crianças são produtos da sociedade na qual se inserem ao mesmo tempo que a produzem, e participam activamente e colectivamente nas transformações sociais e na construção da própria infância (Corsaro, 2005: 4-29). Nesse sentido, Corsaro propõe substituir socialização por “reprodução interpretativa”, conceito que traduz o aspecto criativo da produção infantil no quadro de uma estrutura social existente (idem, p.18-19) e se inscreve na linha de pesquisa que pretende captar o ponto de vista da criança.

Qvortrup e Corsaro contestam que a infância seja definida pela sua temporaneidade (como um período da vida), porque apesar dos seus membros mudarem continuamente e o seu conteúdo variar histórica e culturalmente, a infância é uma “estrutura permanente” da sociedade, afirma Corsaro (2005: 3).

Nesta mudança de perspectiva sociológica em relação às crianças e, sem dúvida, à infância não normalizada, a etnometodologia e o interaccionismo simbólico tiveram um papel importante. Estudos como o de Ervin Goffman (1968) sobre os doentes mentais abriram caminho a uma compreensão das vidas *à margem* da sociedade como significantes, isto é, portadoras de sentido e normalidade, colocando a tónica nos significados dados pelos indivíduos aos seus comportamentos.

3.2. A INFÂNCIA GLOBALIZADA

O conceito de infância tem sido alvo de críticas, “uma vez que a literatura das ciências sociais e ciências da educação sobre a história da infância foi elaborada a partir da realidade ocidental, que

⁵⁶ A afirmação da Sociologia da Infância foi um caminho sinuoso do qual James e Prout dão conta (1997: 10-26). Os conceitos de desenvolvimento e socialização, herdados da psicologia de forma quase acrítica, foram importantes fontes de resistência na re-conceptualização da infância no campo sociológico (idem, p.22). Uma resistência que se estende aos campos da educação e do serviço social cujas práticas contribuíram para disseminar e institucionalizar uma visão de infância desenvolvimentista inspirada por Piaget. É uma visão tão hegemónica que James e Prout concluem: “so much is this perspective incorporated into the everyday understanding of children in western societies that it is difficult to think outside it” (idem, p.12).

construiu uma matriz etnocêntrica nas conceptualizações sobre a questão” (Tomás, 2007: 130-131). Tomás apela por isso a que seja reconceptualizado numa perspectiva cultural.

O ressurgimento do interesse científico pela infância foi acompanhado por uma preocupação jurídico-legal⁵⁷ que culminou com a adopção, em 1989, pela Assembleia-geral das Nações Unidas, da Convenção dos Direitos das Crianças (CDC), o instrumento internacional mais ratificado de sempre⁵⁸. A CDC inscreve-se na preocupação com os direitos individuais, agora estendidos às crianças, e constitui um passo significativo no reconhecimento das crianças enquanto “meaningful persons and meaningful actors” (Jones, 2001: 174), mas também “enquadra no direito internacional o ideal global de infância” (Boyden, 1997: 216). Castro fala em “ficção universalizante da infância” que “encerra a reificação do conceito de ser criança”. Esta autora sustenta que os “países signatários desta Convenção se conformaram a uma visão de criança e de sociedade, passando por cima de situações culturais particulares” (2002: 51). Também Boyden salienta as “percepções estereotipadas da infância” que foram “exportadas do mundo industrial para o Sul” (1997: 197), por vezes ainda durante a época colonial e, mais recentemente, sob a influência da ONU (idem, p. 202). O “standard global de infância” é sobretudo penalizador para as famílias mais pobres para as quais esse standard é inatingível, acrescenta ainda esta autora (idem, p. 207).

A CDC inscreve-se assim num processo de globalização do modelo de sociedade ocidental, impondo a concepção da infância gizada pelo pensamento cristão dos países industrializados do “Norte” que, segundo Boyden, “may not always be better for children’s welfare than the childhoods of other cultures and other times” (1997: 219).

O forte cunho dos países do “Norte” e a fraca participação dos países africanos no processo de elaboração da CDC resultaram num viés cultural, reacendendo o debate sobre a universalidade dos

⁵⁷ A ONU declarou 1979 Ano Internacional da Infância com vista a favorecer uma tomada de consciência colectiva e incentivar os Estados a agir no sentido de uma melhor protecção dos direitos das crianças. Nesse mesmo ano foi criado um grupo de trabalho encarregado de elaborar os conteúdos da futura Convenção dos Direitos das Crianças, do qual fizeram parte a UNICEF, várias ONG e os Estados então membros da Comissão de Direitos Humanos. O processo de elaboração da Convenção demorou dez anos, em parte devido às numerosas diferenças sociais e legais existentes entre os Estados (Ennew, 2000).

⁵⁸ A CDC foi ratificada por todos os Estados-membros da ONU, com excepção dos Estados Unidos e da Somália. Este instrumento internacional foi antecedido por dois documentos, inspirados pelos acontecimentos das duas primeiras guerras mundiais, fazendo eco à preocupação com a protecção das crianças: a Declaração de Genebra adoptada em 1924 pela Sociedade das Nações e a Declaração Universal dos Direitos da Criança adoptada em 1959 pela ONU. Ambos os documentos baseavam-se na ideia de protecção social da criança e não numa perspectiva de direitos da criança. Esse foi o passo importante dado com a CDC que considera as crianças como sujeitos de direitos. Por outro lado, para além das dimensões de provisão e protecção, a CDC introduz a dimensão de participação, ausente nos documentos anteriores (Ennew, 2000). Por último, sendo uma Convenção, possui força de lei para os Estados signatários, contrariamente às Declarações que lhe precederam.

direitos humanos⁵⁹. Por outro lado, o texto resultou impreciso o suficiente para permitir a adoção de instrumentos regionais complementares. Foi o caso da Carta Africana dos Direitos e do Bem-Estar da Criança (CADBEC)⁶⁰ que, mantendo o espírito e substância da CDC, introduziu algumas disposições em linha com as condições políticas, económicas e sociais dos países africanos (Ennew, 2000).

O trabalho das crianças (*child work*) é um campo controverso, que podemos discutir como exemplo desse “Western-biased concept of childhood” (Evers et al., 2011: 4). Boyden sustenta que não está provado que o trabalho constitua uma experiência prejudicial para as crianças, sendo que muitas sociedades o consideram como uma forma de transmissão inter-geracional de conhecimentos e competências, podendo até ser visto como um rito de passagem para a idade adulta. Por outro lado, o trabalho das crianças representa frequentemente uma contribuição importante para o sustento familiar. No entanto as formas de exploração do trabalho infantil (*child labour*) que prejudicam a sua saúde ou a privam de frequentar a escola⁶¹ devem ser combatidas (1997: 211). A Organização Internacional do Trabalho (OIT) incorporou essa perspectiva e admite actualmente uma distinção entre “child work” e “child labour”, considerando certos trabalhos como positivos⁶². Por sua parte, Qvortrup considera a escola como uma forma de trabalho – este autor compara o “modern school labour” ao “classical child labour” (1994:12) – e Boyden sugere que alguns sistemas educativos, por exemplo no Japão ou Coreia do Sul, colocam as crianças em risco, de tal forma é elevado o nível de exigências nesses países (1997: 219).

Outra crítica recorrente à CDC é a não participação das próprias crianças na sua elaboração, que também não foram consultadas e, mais uma vez, “the history of child rights continues to be the history

⁵⁹ No debate sobre os direitos das crianças surge a tensão entre universalismo e relativismo, havendo autores como Thomas Hammarburg que defendem a prevalência das normas globais quando estão em jogo o “interesse superior da criança” e outros como Jo Boyden que questionam a noção de “interesse superior da criança” e alertam para os problemas em se adoptar um conceito universal de infância, defendendo a necessidade de se reconhecer as especificidades culturais de certas infâncias.

⁶⁰ A CADBEC foi adoptada pela Organização da Unidade Africana (OUA) em 1990 e entrou em vigor em 1999, após adesão de 15 Estados-membros. Foi até ao momento ratificada por 41 dos 54 Estados que compõem a União Africana.

⁶¹ De referir que em certos casos, o trabalho das crianças não é realizado em detrimento da educação, porque nem sempre a escola é uma alternativa possível. Por outro lado, tal como refere Boyden, a frequência da escola pode significar um aumento do trabalho infantil de modo a fazer face aos custos inerentes à escolarização, como o material escolar e o uniformes (1997: 212 e 222).

⁶² “Not all work done by children should be classified as child labour that is to be targeted for elimination. Children’s or adolescents’ participation in work that does not affect their health and personal development or interfere with their schooling, is generally regarded as being something positive.” (www.ilo.org/ipecc/facts/lang--en/index.htm)

of adult actions”⁶³ (Ennew, 2000). Também o papel atribuído ao Estado é questionado: tido como garante do cumprimento dos direitos das crianças, Boyden assevera que em certos contextos a presença do Estado ao nível local é confiada às esquadras de polícia, sendo incerto que estas sirvam o “interesse superior da criança” (1997: 210-219). Uma das críticas mais contundentes à CDC foi feita por Eugene Verhellen que assinala haver por vezes mais preocupação em proteger os direitos das crianças do que em proteger as crianças (Ennew, 2000).

Apesar das críticas apontadas, a CDC é hoje uma referência incontestável em todo o mundo cujo principal mérito está na integração de uma perspectiva baseada nos direitos das crianças, quer pelas ONG quer pelos organismos do Estado, nas suas abordagens e planeamentos, pelo menos formalmente, com impactos ao nível das atitudes dos profissionais e organizações que se dedicam à infância (Ennew, 2000). A CDC possibilitou ainda um aprofundamento dos direitos das crianças, abrindo caminho para a adopção de um conjunto de acordos internacionais complementares⁶⁴. Como corolário destas iniciativas, vimos florescer quantidade de organizações em defesa dos direitos das crianças e nomeadamente do direito de participação – dos quais são exemplo os Parlamentos Infantis.

Sob influência da CDC, adoptou-se nas instâncias internacionais uma noção abstracta e fixa da infância: “*the child* – as if all children, irrespective of age, sex, culture and other particularities, share an essential set of immutable qualities” (Nieuwenhuys, 2008: 5, enfãse no texto original).

Assim, o processo de universalização da infância, no qual se inscreve a CDC, concorre para omitir a “pluralidade de infâncias”. Ser criança na Europa ou em África não é igual, assim como “a infância de uma menina não é a mesma que a de um menino, tampouco os filhos de executivos têm a mesma experiência da infância que os filhos de operários” (Montandon, 2001: 47). Vemos assim como a categoria social infância se cruza com as dimensões estruturais de género, classe, etnicidade ou inserção geográfica⁶⁵ (Sarmiento, 2002: 277; De Boeck & Honwana, 2000: 5).

⁶³ Ennew (2000) atesta que os adultos raramente levaram a sério as acções políticas das crianças que foram muitas vezes silenciadas não ficando para a história, como por exemplo as greves por uma melhor educação ocorridas em Inglaterra em finais do século XIX e início do século XX, a participação na luta contra o Apartheid na África do Sul ou na Intifada na Palestina.

⁶⁴ A OIT aprovou em 1999 a Convenção nº182 relativa à Interdição das Piores Formas de Trabalho das Crianças e à Acção Imediata com Vista à sua Eliminação e a ONU aprovou em 2000 dois protocolos adicionais à CDC: o Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança relativo à Participação de Crianças em Conflitos Armados e o Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança Relativo à venda de Crianças, Prostituição Infantil e Pornografia.

⁶⁵ Assim, a infância do filho de um director de banco nada ou pouco tem a ver com a infância do filho de um operário fabril ou camponês, tanto em Portugal como em Angola; possivelmente o primeiro será educado numa escola privada e terá acesso à universidade, enquanto o segundo frequentará a escola pública, que abandonará precocemente para trabalhar e ajudar economicamente ao sustento familiar. De igual modo, numa mesma família, rapaz e rapariga terão infâncias diferenciadas de acordo com os papéis sociais de

As categorias de criança-trabalhadora e de criança de rua permanecem nos tempos actuais como reflexo dessa infância plural. São também realidades que contrariam a infância, isto é, a concepção romântica herdada de Rousseau de uma infância inocente e pura, ideologia que ainda vigora (Jenks, 1996: 124). Por outro lado, assinalam a contradição entre as práticas sociais e o discurso jurídico-legal⁶⁶, que põe em questão a forma como concebemos até então a infância e o papel das crianças na sociedade. É o reconhecimento de uma “infância cidadã” que contudo ainda não se concretizou mas que Tomás (2007) considera ser “uma imperiosa necessidade” (p. 123).

No mundo ocidental, as vidas das crianças são hoje muito controladas, sendo-lhes negada liberdade em nome da sua protecção (Corsaro, 2005: 64): vão de casa à escola ou jardim-de-infância acompanhadas, brincam em parques infantis fechados e circulam pelo espaço público sob custódia de um adulto ou alguém mais velho. São o que Sarmiento qualifica de “práticas paternalistas” (2002: 277). Sair destas balizas equivale a constituir-se em problema social, como veremos mais adiante.

3.3. A INFÂNCIA DOS OUTROS

A imagem que se tem, nos países ditos desenvolvidos, das crianças dos países ditos em desenvolvimento, e africanos em particular, é marcada pela grande mediatização de calamidades, sejam de origem natural ou humana: “Most of us have a familiar and painful image of child poverty in the developing world. Starving children affected by droughts or famine, or suffer from diseases that are well in check in developed countries” (Corsaro, 2005: 251-52). A cada catástrofe o seu rol de imagens de crianças desnutridas com barrigas inchadas pela fome, de crianças sujas a vaguear pelas ruas e pedir esmola, de crianças soldado que carregam com dificuldade a arma ao ombro, etc., imagens que apelam à emotividade de quem as recebe e reforça “stereotypical images of the suffering African child needing help from adults” (Evers et al., 2011: 3). Podemos questionar-nos sobre o impacto no público ocidental que ajuíza essas imagens segundo as próprias normas e referências da infância. Rosemberg (1993) cita Sylvie Brunel (1991) que analisa precisamente a recepção de imagens de fome e sintetiza “o Ocidente não reflecte muito além dessa urgência que ele sente de forma brutal: é preciso fazer algo, e rápido” (p. 78).

Também as práticas de algumas ONG internacionais contribuem para moldar as representações sobre a infância alheia, sendo a utilização de rostos de crianças um recurso frequente, nomeadamente em matéria de angariação de fundos e apadrinhamentos, num claro apelo ao espírito caridoso.

género da sociedade na qual se inserem, sendo exigido da rapariga que se comporte como uma menina e do rapaz que se comporte como um menino e sancionado qualquer comportamento inadequado ao seu género.

⁶⁶ Podemos qualificar o conteúdo da CDC como arrojado ao reconhecer às crianças o direito a exprimirem livremente a sua opinião sobre as questões que lhes digam respeito (art.12º), o direito à liberdade de expressão (art.13º), à liberdade de associação e à liberdade de reunião pacífica (art.15º), à protecção contra intromissões arbitrárias ou ilegais na sua vida privada (art.16º), entre outros.

A estas imagens sobrepõe-se outras, presentes no nosso imaginário colectivo – mais representativas do nosso ângulo de visão do que da actual realidade social –, de uma África tribal e rural, profundamente ancorada em valores comunitários e ancestrais, onde as redes de parentesco actuam como forma de protecção social em sociedades onde a família é a unidade de produção, e de um continente fora da história⁶⁷.

Em todo o caso, estas sobreposições concorrem para acentuar a dualidade entre países europeus “desenvolvidos” e países subsarianos “em desenvolvimento”. Podemos aqui estabelecer um paralelo entre a leitura binária dessa diferença e outras categorias de pensamento – moderno/tradicional, nós/eles, adulto/criança –, que legitimam uma intervenção Norte/Sul, seja ela humanitária, desenvolvimentista ou militar. Martins (2011), que analisou as imagens de crianças soldado produzidas no Norte, afirma que são “ideological constructs essentializing a hierarchically superior northern Self and a civilizationally inferior South for the purpose of legitimizing political and military intervention, as well as economic exploitation” (p.437). Hart (2006) chega à mesma conclusão e mostra como é que leituras moralizadoras contribuem para legitimar intervenções militares (como as do Iraque e Afeganistão), uma vez que as figuras de “child labourer”, “street child”, “child prostitute” e “child soldier” são apresentadas como símbolos de sociedades falidas moralmente, dando alento ao “humanitarismo contemporâneo centrado nas crianças” que pretende salvá-las⁶⁸ (p.6).

A essas representações construídas pelos media e pelas ONG, vêm juntar-se os discursos produzidos pela ONU e as agências que compõem o sistema onusiano (UNICEF, OMS, UNESCO) (Rivard, 2004: 130) que, para além de influenciar a opinião pública, “afeta[m] a esfera político-administrativa das relações norte-sul, em especial a política de cooperação internacional” (Rosemberg, 1993: 78), com impacto na atribuição de fundos, na definição de prioridades e abordagens e na (re)produção de discursos sobre *grupos vulneráveis* – que vão do controlo à capacitação, passando pela reabilitação/ reinserção social, consoante a concepção dominante da infância e os modelos de desenvolvimento defendidos em determinado momento (Rivard, 2004:131).

Punch (2003) observa que também a produção científica sobre a infância em África, na América Latina e Ásia, se tem focado sobretudo nas crianças “in exceptionally difficult circumstances or especially disadvantaged”, enquanto certos aspectos da infância, como as brincadeiras, ou a forma

⁶⁷ Uma ideia que ainda não foi totalmente dissipada como demonstra o Discurso de Dakar pronunciado pelo Presidente Sarkozy em Julho de 2007: “Le drame de l’Afrique, c’est que l’homme africain n’est pas assez entré dans l’histoire” (Discurso disponível online em www.afrik.com/article12199.html).

⁶⁸ Hart refere-se ao “project of saving children” cujas origens ele situa na filantropia do século XIX, altura em que vinha sendo construída a imagem da infância como período de “graça” antes da entrada nas duras realidade do mundo adulto e dos adultos enquanto responsáveis pela protecção das crianças (2006: 6). Relaciona ainda este projecto com o legado da fundadora da Save the Children Fund (Eglantyne Jebb) que também foi a impulsoradora da Declaração sobre os Direitos da Criança que foi adoptada em 1924 pela Sociedade das Nações (2006: 5).

como articulam trabalho, escola e lazer, são raramente explorados (p.281). Assim, vistas sob o prisma do modelo globalizado de infância, as crianças dos outros tendem a ser consideradas como *desviantes*⁶⁹ apesar de, como relembra Punch, haver no mundo mais crianças que dividem o seu tempo entre trabalhar e estudar do que entre brincar e estudar, desafiando a ideia de infância global e a separação estabelecida entre crianças e adultos⁷⁰. A autora sustenta que essa distorção se deve ao desequilíbrio de poderes vigente entre as diferentes regiões do mundo que condiciona as percepções, fazendo ver as crianças do “mundo majoritário” como *fora de normas* em vez de apontar como mais privilegiadas e protegidas as crianças do “mundo minoritário” quando comparadas com a maior parte das crianças no mundo (Punch, 2003: 277-278). Seria desejável uma tomada de consciência da realidade vivida pela maioria das crianças, que contribuem para as economias domésticas e assumem tarefas e responsabilidades consideradas – no mundo ocidental – como inapropriadas e censuráveis do ponto de vista dos direitos da criança (Evers et al., 2011: 5).

Hart apela por isso a antropologia a desconstruir os pressupostos que sustentam “a aparente naturalidade de uma fronteira conceitual entre ‘infância’ e ‘adulthood’ ilustrando que tais separações dependem das condições materiais, sociais e culturais” (2006: 7) e cita o exemplo dos países do Sul cuja evolução socioeconômica aumenta “a pressão nos jovens para que assumam papéis e responsabilidades que, no Norte global, comumente caracterizam a ‘adulthood’” (idem).

3.4. DA NECESSIDADE DE UMA LEITURA PÓS-COLONIAL DA INFÂNCIA

O pós-colonialismo tem tentado alterar a forma como as relações entre ocidentais e não ocidentais são entendidas, ou seja “virar o mundo de cabeça para o ar”, segundo as palavras de Young (2009: 16). Isto é, experienciar quão diferentes são as coisas quando se vive no Huambo em vez de Lisboa e perceber porquê. Assim, o pós-colonialismo pretende desconstruir as premissas etnocêntricas do saber ocidental e incentivar a pensar fora da caixa⁷¹.

A infância é um conceito que se inscreve nas preocupações do pós-colonialismo porquanto é

⁶⁹ De igual modo, “é desviante toda organização familiar que atribui às crianças papéis muito próximos aos dos adultos” (Lucchini, 1996: 257), uma perspectiva que corre o risco de “marginalizar as famílias e as crianças das classes mais pobres” (idem, p. 263) porque “divergem do modelo normativo de organização” (idem, p.261). O trabalho é um dos campos onde esta questão se coloca, por exemplo, ignorando-se então a “dimensão tradicional do trabalho da criança” (idem, p. 273).

⁷⁰ Shamgar-Handelman assinala a contradição desta divisão que vigora nas sociedades ocidentais: “At the same time, the child is expected to become an adult during the period of childhood, although he/she is restricted from experiencing fully that define adulthood” (1994, p. 251).

⁷¹ Young resume da seguinte forma a abordagem pós-colonial: “It’s about learning to challenge and think outside the norms of western assumptions. The only qualification you need to start is to make sure that you are looking at the world not from above, but from below, not from the north, but the south, not from the inside, but from the outside, not from the centre, but from the margin’s forgotten edge. It’s the language of the South challenging the dominant perspectives of the North.” (2009: 15-16)

uma teoria que se interessa por aqueles que não tiveram lugar na história, cujas narrativas não foram contadas – os oprimidos, os subalternos, as minorias e, podemos acrescentar, os menores (Young, 2009: 14). Até meados do século XX, a maior parte dos territórios estavam sob o jugo europeu. O mesmo sucedeu com a produção do conhecimento feita, até recentemente, por homens, brancos, burgueses ou de classe média, europeus ou norte-americanos. Um saber baseado essencialmente em sistemas classificatórios dicotómicos que encobrem relações de poder e concebem o Outro como inferior (Goody, 1977: 146; Mudimbe, 1994: 180; Wetherell et. al., 2001: 329-334). São “olhares inventados e inventores” construídos a partir de um “território ideológico” (Urrutia, 2000: 53) e etnocêntrico. Às clássicas oposições binárias da antropologia – civilizado/primitivo, cozido/cru, cultura/natura, escrita/oralidade – vieram acrescentar-se outras: norte/sul, homem/mulher, adulto/criança.

Segundo Nieuwenhuys, “the postcolonial perspective can, in sum, inspire a more positive approach in which the routine ‘Us vs Them’ binary makes way for a conceptualization of childhood(s) as the unstable and contingent result of a situated encounter” (2013: 5). Assim, a abordagem pós-colonial refuta a ideia de uma infância moderna inventada pelo Ocidente e vê-a antes como o resultado do “encontro colonial”, situado e desigual, que moldou as noções de criança e infância e afectou as intervenções sociais, jurídicas e pedagógicas com as crianças do “Sul” mas também com as crianças do “Norte” (idem).

A lente pós-colonial permite-nos olhar e compreender o mundo de uma multiplicidade de pontos de vista, nomeadamente a partir do Sul e das margens e, dessa forma, anular a divisão entre “the rest and the West” (Young, 2009: 19) e contribui para alterar as estruturas desiguais de poder (idem, p.25). Assim, uma leitura pós-colonial da infância possibilita não só a desconstrução do etnocentrismo produtor de representações normativas dominantes como a afirmação do *agency* das crianças, dando espaço à sua criatividade e capacidade de subversão face às injustiças sociais, reinventando a(s) infância(s) no “Sul e no “Norte”.

3.5. STREET CHILDREN⁷²: CONCEITOS E PRECONCEITOS

A noção de “street children” levanta alguns problemas conceptuais que têm sido referidos por vários autores (Dallape, 1996; Ennew, 2003; Glauser, 1994; Hecht, 1998; Lucchini, 1996; Mufune, 2000; Neiva-Silva & Koller, 2002; Rivard, 2004; Rosemberg, 1993). São de facto muitas as definições e categorizações devido à complexidade e diversidade de situações por detrás desta denominação.

Glauser é um dos autores que questiona a definição da categoria “street children” que é, segundo ele, composta por duas subcategorias: “children in the street”, que apenas utilizam a rua como

⁷² A utilização do termo inglês deve-se ao facto de ser o termo mais corrente nas pesquisas bibliográficas efectuadas e, portanto, na investigação que é realizada mundialmente. Em segundo lugar, a sua tradução para português não é inequívoca, pelo que recorrer a um termo traduzido poderia, desde logo, enviesar a análise.

seu local de trabalho, e “children of the street”, que também vivem na rua (1994: 146). Afirmar que são porém categorias imprecisas que carecem de valor operativo, isto porque os mesmos termos cobrem uma multiplicidade de formas de relacionamento das crianças com o espaço público⁷³ e são utilizados em diferentes contextos para referir situações e realidades distintas, produzindo um “conhecimento pouco claro e arbitrário” sobre essas crianças e uma imagem distorcida da realidade (idem, p.150). Importa portanto desconstruir esses conceitos hegemónicos, que constituem discursos sobre a alteridade de crianças “outside the frame of what is considered ‘normal’ ” (idem, p.152) e cuja origem está relacionada com a preocupação causada pela presença de “crianças desviantes” (idem, p.153), que utilizam o espaço público de forma diferente do que é considerado aceitável, contrariando desta forma as ideias dominantes em relação ao que é conveniente para as crianças, mas também em relação à finalidade designada do espaço público (idem, p. 152).

Glauser sustenta que a importância dada à categoria “street children” deriva, não da preocupação para com as crianças, mas das necessidades da própria sociedade, nomeadamente em termos de higiene e segurança (1994: 153-154), estando a percepção das crianças de/na rua enquanto problema social relacionada com a sua forte visibilidade⁷⁴ no espaço urbano. Este autor conclui que é necessário ultrapassar a visão homogénea do conceito de “street children” e que este deve deixar de ser usado como um “rótulo unificador”, sendo necessário dar respostas diferenciadas a situações que são de facto diferentes (idem, p. 161-63).

À mesma conclusão tinham chegado, em 1985, os participantes do Fórum de Grand-Bassam⁷⁵, na Costa do Marfim, que propunham sair das então habituais classificações de criminologia (delinquente) para uma abordagem mais descritiva sem conotações moralizadoras: “enfant *dans* la rue”, para quem a permanência na rua tem um carácter temporário, que não rompeu totalmente com a família, regressando geralmente a casa para dormir e exerce actividades económicas para se sustentar a si e às vezes também à sua família; “enfant *de* la rue”, que vive de forma permanente na rua e praticamente perdeu o contacto com a família, são crianças que “estão e sentem-se em ruptura com a

⁷³ Assim, por exemplo, acabam por ser percebidas como crianças de rua aquelas que trabalham demasiado longe da sua casa para poder regressar todas as noites e acabam por dormir na rua, bem com as crianças que fugiram de casa e praticamente perderam o contacto com a sua família (Glauser, 1994: 147).

⁷⁴ Ennew (2003) levanta a questão da visibilidade das crianças nas ruas das cidades que remete para a invisibilidade um número maior de crianças confinadas aos bairros de lata, trabalho no campo ou trabalho doméstico e critica os números pouco sérios que circulam sobre crianças de/na rua na América Latina e que ela designa de “guesstimates”.

⁷⁵ O Fórum de Grand-Bassam é uma iniciativa do Bureau international catholique pour l'enfance (BICE) que, na sequência do Ano Internacional da Infância (1979) iniciou um programa inter-ONG para reflectir sobre a questão das crianças e jovens de rua então em plena expansão em todos os continentes. Um primeiro encontro internacional decorreu em Marselha (1983), um segundo em Bogotá (1984) ao qual se seguiu Grand-Bassam. Participaram neste Fórum catorze países africanos, francófonos apenas.

sociedade dos adultos”; e, uma terceira categoria designada de “enfant sous contrôle”, ou seja, inserido em instituições de reinserção ou repressão (Marguerat e Poitou, 1994: 103-104).

Outras terminologias foram propostas como “children in especially difficult circumstances”⁷⁶ ou ainda “urban out-of-school children”⁷⁷ (Dallape, 1996: 284) ou “crianças em situação de rua” (Neiva-Silva & Koller, 2002: 206). Esta última tem a vantagem de não definir as “crianças como pertencentes a grupos estáticos como meninos *de* rua ou meninos *na* rua” (idem), permitindo compreender a plasticidade entre uma e outra categoria⁷⁸. Com efeito, Lucchini alerta para o facto de a distinção entre crianças *de/na* rua concorrer para homogeneizar cada uma destas categorias quando a realidade é na verdade mais matizada (1996: 224-25). Sustenta ainda que os critérios da presença na rua (dimensão física) e da ausência de relações com a família ou adultos responsáveis⁷⁹ (dimensão social) são insuficientes para definir as crianças de rua e que importa ter em conta a heterogeneidade psicossociológica das crianças (Lucchini, 1996: 136). Acrescenta que não existe uma categoria social “crianças de rua” com contornos claramente delimitados, mas sim uma multiplicidade de modos de estar na rua, e propõe uma abordagem em termos de modelo, que designa de “sistema ‘criança-rua’”⁸⁰ (idem, p.140), no qual se inscreve a “carreira de criança de rua” (idem, p. 146).

Diversos autores focam as etiquetas negativas (delinquentes, marginais) associadas às crianças e jovens em situação de rua (Dallape, 1996; Marguerat e Poitou, 1994; Mufune, 2000). Por um lado, elas e eles subvertem a função primeira da rua – comendo, trabalhando, vagueando e dormindo na rua–, por outro, não obedecem a certas restrições que derivam do seu estatuto de menores: circulam e deambulam pela cidade sem a supervisão de um adulto (Glauser, 1994: 152). Ou seja, não só desafiam as normas impostas pela sociedade (Mufune, 2000: 214) como subvertem também os papéis sociais

⁷⁶ Termo proposto pelo UNICEF em meados dos anos 80 e entrou na literatura como CEDC.

⁷⁷ Termo proposto pela Friends of Children Association no Uganda. Ambos os termos, CEDC e urban out-of-school children, são na verdade conceitos pouco operacionais porque demasiado latos, acabam por abarcar situações de crianças que não estão forçosamente em contexto de rua como crianças portadoras de deficiência, crianças-soldado, crianças chefes de família, etc.

⁷⁸ Não são de facto categorias estanques, mas antes o resultado de um processo dinâmico que pode fazer a criança mover-se de uma para outra, consoante as circunstâncias. É assim possível ir alternando entre *na* rua e *de* rua (Mufune, 2000: 235).

⁷⁹ É uma ideia que se revela falsa em certos casos: “lorsqu’il quitte son foyer, l’enfant ne le fait pas dans l’intention explicite de rompre définitivement les liens. Cela se traduit par des départs qui, dans la plupart des cas ne sont pas définitifs (...) les retours à la maison sont périodiques” (Lucchini, 1993: 44).

⁸⁰ O sistema “criança-rua” comporta sete dimensões: i) física/espacial; ii) temporal; iii) dialéctica entre socialização na família e socialização na rua; iv) formas de sociabilidade; v) dinâmica; vi) identitária; vii) motivacional (Lucchini, 1996: 140).

que distinguem adultos e não adultos⁸¹. As crianças e jovens em situação de rua evidenciam assim a incapacidade dos adultos em proteger as crianças. Por outro lado, atestam das contradição de um mundo desigualmente desenvolvido, personificando “the failure of an unacknowledged social apartheid to keep the poor out of view” (Hecht, 1998: 214). É neste sentido que se inscrevem as respostas institucionalizadas⁸² (ditas de reinserção ou reabilitação) que colocam as crianças *no lugar* ao mesmo tempo que as excluem da sociedade adulta (Qvortrup, 1994: 9).

De acordo com Rivard, existem correntes de pensamento e sistemas de representações dominantes ideologicamente marcados (2004: 126-28), para os quais concorrem, entre outros, as organizações internacionais, conforme demonstrado por Rosemberg que denuncia a “transformação mágica de conceitos e cifras” (1993: 74) e cita o exemplo de estudos divulgados sob a insígnia da UNICEF, nos anos 80 na América Latina, que contribuíram para a construção de uma “retórica” que “estigmatizou famílias, crianças e adolescentes pobres” (idem). A mesma crítica é feita por Ennew (2003). Neiva-Silva & Koller (2002) salientam que estas discrepâncias nos estudos e dados produzidos são em grande parte devidas à ausência de uma definição clara e consensual das crianças em situação de rua (p. 207-08). De modo que os resultados variam consoante os critérios⁸³ tidos em conta na investigação.

Construiu-se assim um estereótipo de infância anormal entre vitimização e perigosidade: se a criança em situação de rua é vítima de disfuncionamentos sociais e familiares, é também um ser associal e depravado (Lucchini, 1996: 263-64). São várias e contraditórios as lógicas subjacentes a estas representações: da criança que precisa de protecção (lógica da institucionalização), à criança delinquente (lógica da repressão), passando pela criança inadaptada à vida em sociedade (lógica da reabilitação) (idem, p. 252).

As raparigas são as grandes ausentes dos discursos sobre as crianças em situação de rua, mesmo se existem instituições que acolhem meninas de rua (Lucchini, 1996: 285). Ou seja, se é verdade que o fenómeno toca mais os rapazes, elas não estão imunes, mas talvez não estejam suficientemente visíveis para suscitar a curiosidade científica. Diversos autores observam a presença de mais rapazes

⁸¹ Estes papéis sociais estão relacionados com o conceito de “infância globalizada” que, apesar de limitado para a compreensão da situação das crianças e jovens nos países não ocidentais, se tornou a referência pela qual se medem todas as infâncias.

⁸² Estas respostas têm como objectivo tornar a criança/jovem “um membro desejável da sociedade” (Shamgar-Handelman, 1994: 262).

⁸³ Neiva-Silva e Koller identificam cinco critérios frequentemente utilizados nos estudos sobre crianças de/na rua: vínculo familiar, actividade exercida, aparência, local em que se encontra a criança, ausência de um adulto responsável junto à mesma (2002: 208). Cada qual não pode no entanto ser entendido como critério estático, não sendo por si só suficiente para identificar uma criança em situação de rua (idem, p.210). Por sua vez, Mufune considera três critérios: despender uma quantidade de tempo significativa na rua, fazer da rua um estilo de vida, ausência de protecção/supervisão ou cuidados adequados por parte de um adulto responsável (2000: 234).

nas ruas e, quando explicam a ausência das raparigas, recorrem aos papéis sociais de género (as raparigas não estão na rua porque são absorvidas pela economia doméstica). A perspectiva de género não é porém muito explorada na literatura: a utilização diferenciada que raparigas e rapazes fazem do espaço público (locais frequentados, actividades desenvolvidas – por exemplo, elas têm menos oportunidades de emprego no sector informal do que os rapazes) ou as representações associadas a umas e a outros (elas são geralmente percebidas como mais vulneráveis à violência sexual e à estigmatização – porque associadas à prostituição) são raramente focadas (Evans, 2006: 116-17). Contudo, as raparigas em situação de rua incomodam ainda mais do que os rapazes porque subvertem não só as normas da infância mas também as normas de género, que determinam que o lugar das raparigas é no lar, porque responsáveis pela esfera doméstica (idem, p. 111 e 120).

3.6. CRIANÇAS E JOVENS EM SITUAÇÃO DE RUA EM ÁFRICA E EM ANGOLA

A problemática das crianças e jovens em situação de rua é relativamente recente⁸⁴ no continente africano (Dallape, 1996). A sua emergência está relacionada com a crise económica – que afectou vários países subsarianos desde os anos 70 e 80 e foi acompanhada por programas de ajustamento estrutural que afectaram profundamente os sectores sociais, aumentando consideravelmente os números da pobreza e atirando milhares de pessoas para o sector informal da economia incluindo jovens e crianças –, a crescente e rápida urbanização⁸⁵ e as alterações na estrutura familiar daí decorrentes, as guerras e o VIH-Sida que deixaram muitas crianças sem suporte familiar (Mufune, 2000: 237-240; Kuyu, 2005a: 220; Marguerat e Poitou, 1994: 93 e 133).

A existência de crianças e jovens em situação de rua foi por vezes negada oficialmente ou os seus números reduzidos. Esta incoerência entre discursos e factos explica-se pela dissonância entre uma realidade que incomoda e o lugar da criança nas sociedades tradicionais africanas (Kuyu, 2005a: 218), onde a criança pertence à comunidade e não à própria família⁸⁶, sendo a responsabilidade pela sua educação e bem-estar partilhada (Ezémbe, 2009: 126; Kuyu, 2005a: 219). Contudo a inserção de África no sistema-mundo através da colonização modificou as sociedades tradicionais forçando a entrada na modernidade e acarretando, entre outros fenómenos, a urbanização e a aculturação. A

⁸⁴ Há no entanto algumas excepções, Marguerat (2000) refere que em Lomé, capital do Togo, a instabilidade conjugal e as crianças de rua são ambos fenómenos que datam da primeira metade do século XX (p.398) e que, em Dakar, os problemas de marginalidade juvenil começaram no século XIX (p.402).

⁸⁵ A urbanização é um fenómeno recente na África subsariana, contudo o crescimento urbano tem sido muito rápido chegando a uma taxa de 5-10% em muitas capitais do continente contra 2,8% à escala mundial. (Montclos, 2002: 110) Segundo dados da ONU-HABITAT, a taxa de urbanização do continente era em 2010 de 40%, sendo de 58,7% na África Austral (Biau, 2010).

⁸⁶ Ezémbe fala em “parentesco social” (2009: 93) para caracterizar a guarda da criança por outra pessoa que não a sua própria mãe ou pai.

criança deixou assim de ser da comunidade e passou a ser responsabilidade dos seus progenitores (Ezémbé; 2009: 137; Montclos, 2002: 13).

Em resposta à presença cada vez mais visível nas cidades africanas destas crianças *fora do lugar*, tem-se assistido a uma profusão de organizações privadas nacionais e internacionais em prol das crianças de rua, por outro lado, os Estados tendem a privilegiar soluções repressivas (Kuyu, 2005b: 276). Face a este cenário, Ennew (2003) denuncia a globalização da categoria “The Street Child” e a imposição ao contexto africano de quadros analíticos vindos da América Latina, onde a questão apareceu e foi problematizada mais cedo. Esta autora considera incorrecta a utilização dos conceitos crianças *de* e *na* rua porque, afirma, assumem uma “homogeneidade de culturas no continente” bem como “impõem pressupostos culturais de um continente para o outro”. Ennew defende uma abordagem que tenha em conta a relação especial das crianças com a rua, entre outros domínios das suas vidas. Alerta contudo para o facto de a rua⁸⁷ revestir significados diferentes consoante os contextos e conclui que a solução passa por “inventar uma abordagem africana”, no entanto não dá pistas para a sua construção.

A visão homogeneizadora das realidades africanas e a adopção de soluções padronizadas⁸⁸ já tinha sido rejeitada no Fórum de Grand-Bassam onde se afirmou que, apesar de nos diferentes contextos se poder identificar traços comuns nas causas (urbanização, crise económica, desestruturação familiar) e nas consequências (mendicidade, uso de drogas, rejeição por parte da sociedade), “África é múltipla e cada uma das suas cidades é singular, com problemas sociais específicos, portanto as soluções devem ser adaptadas cuidadosamente a cada caso concreto” (Marguerat e Poitou, 1994: 15), sendo possível apreender o fenómeno apenas em relação à dinâmica própria de cada sociedade (idem, p.219). Porém, entre os diferentes factores que *empurram*⁸⁹ as crianças para a rua, e independentemente da sua relação com o espaço público (i.e. trabalhar, dormir), a “carência familiar” (idem, p.95), a “desestruturação da célula familiar” (Pirrot, 2004: 171) e a “desagregação das estruturas tradicionais” (Kuyu, 2005b: 278) são apontadas como aspectos centrais na génese do fenómeno. Tais afirmações acarretam no entanto o risco de uma leitura das sociedades africanas como sendo disfuncionais, em detrimento de uma análise que permita evidenciar a complexidade da problemática das crianças em situação de rua. Nesse sentido, a abordagem multi-nível sugerida por Ennew e Swart-Kruger (2003) pode ser útil, permitindo ter em conta os factores

⁸⁷ Lucchini ressalva que a rua como lugar de perigo, e portanto inadaptado à criança, é uma concepção norte-europeia que não é universalmente partilhada (1996: 257), mas que na maior parte dos países passou a ser aceite que “street life is morally polluting for the young” (Boyden, 1997: 190).

⁸⁸ Vários autores sublinham a inadequação de modelos de respostas institucionais importadas (Kuyu, 2005a: 221; Marguerat e Poitou, 1994: 110).

⁸⁹ “Un enfant ne devient pas enfant de la rue du jour au lendemain” (Lucchini, 1993: 41) Este autor demonstra que a saída de casa para a rua é um processo mais ou menos longo e não um momento súbito, não sendo de descurar o papel da própria criança que é quem geralmente decide ficar na rua.

imediatos (i.e. doença ou morte de um adulto responsável, violência doméstica), subjacentes (i.e. expectativa de rendimentos) e estruturais (i.e. programas de ajustamento estruturais, exclusão social).

Vejam agora qual a situação no contexto que interessa para a presente investigação. A literatura sobre crianças e jovens em Angola provém sobretudo de organismos do Estado (GURN, 2000) ou organizações internacionais (Human Rights Watch, UNICEF, Save The Children, Christian Children's Fund, entre outras) e foca as crianças “vítimas” de guerra, de abusos e maus-tratos, de malnutrição, de doenças, de trabalho infantil, etc.

Por parte do meio académico, tem-se assistido nos últimos anos a um incremento da produção com enfoque nos impactos da guerra (Clover, 2002; Honwana, 2002; Rodrigues, 2010; Ventura, 2003), na feitiçaria (Pereira, 2008), no trabalho das crianças (Allais, 2007) e nos comportamentos desviantes no espaço urbano (Carvalho, 2010; Koppele, 2012; Roca, 2000).

Em 2000, o Relatório de Seguimento das Metas da Cimeira Mundial pela Infância identificava uma maior presença de crianças *de* rua nas cidades de Luanda, Benguela, Lobito, Lubango e Malange e a sua ausência nas províncias de Cabinda, Kwanza Norte e Kunene, “províncias onde geralmente as comunidades acolhem as crianças órfãs e abandonadas” (GURN, 2000: 13), enfatiza o relatório, que associa o fenómeno à segunda fase da guerra:

As crianças de rua são, de modo geral, um fenómeno dos anos 90, em particular do período que começa com o reacender da guerra em finais de 1992. Antes do início dos anos 90, não existiam crianças a mendigar nas ruas e nunca se tinha ouvido falar de crianças a dormir nas ruas. Estas características da vida urbana tornaram-se evidentes em meados e finais dos anos 90, à medida que as condições sociais se deterioraram em consequência da guerra. Uma contagem realizada em 2000 indicou um número de 23.752 crianças em situação de rua em Angola. (GURN, 2000: 13)

O mesmo relatório identificava também em “números maiores”, mas sem as quantificar, crianças *na* rua, que “passam a maior parte do seu tempo nas ruas, a vender ou a mendigar para a sua sobrevivência ou para a das suas famílias” (GURN, 2000: 13).

Koppele (2012) que se debruçou sobre as expressões culturais de crianças de rua na capital, indica que “não há dados certos e recentes sobre o número das crianças de rua em Luanda”, sendo difícil conhecer com exactidão a amplitude do fenómeno devido à “movimentação permanente destas crianças” (Kanoquela, *Apud* Koppele, p.24), cuja mobilidade e rotatividade espacial é frequente.

Roca (2000) interessou-se, quanto a ele, à relação entre crianças de rua e educação. Este autor alega que a fraca capacidade do sistema de educação em termos quantitativos e qualitativos e a “falta de sensibilidade do sistema formal pelas condições e necessidades dos pobres” têm contribuído para a exclusão educacional destes e para o surgimento de crianças *na/de* rua (p.36-39). O tema tem sido alvo de alguma atenção por parte dos media nacionais: “Luanda : Meninos de rua inalam gasolina para enganar o estômago” (AngoNotícias, 06.06.2011)⁹⁰, “Meninos de rua” são tragédia nacional em

⁹⁰ www.angonoticias.com/Artigos/item/30412

Angola” (Voz da América, 13.01.2012)⁹¹, “Miúdos de Rua” (Tv Zimbo, 07.02.2012)⁹², “Centro Magone protege crianças de rua” (ANGOP, 14.08.2013)⁹³. As notícias são no entanto superficiais, não proporcionando espaço para uma análise aprofundada da situação e desconstrução de ideias preconcebidas sobre este fenómeno social.

3.7. DA INFÂNCIA “EM RISCO” À JUVENTUDE “COMO RISCO”

Certos autores utilizam crianças e jovens de forma indistinta nos seus textos (Bordonaro & Payne, 2012; De Boeck e Honwana, 2000; Mufune, 2000). Facto é que as instâncias internacionais definem como criança “todo o ser humano menor de 18 anos” (art.1º da CDC). À semelhança da infância, também a juventude é uma categoria socialmente construída (e eurocêntrica) que varia temporal e geograficamente (Durham, 2000: 113-14). É no entanto frequentemente considerada como “tranhistórica” e “transcultural” (Comaroff e Comaroff, 2005: 19).

Tal como a criança, o jovem enfrenta problemas de definição: conceito fluido que varia de sociedade para sociedade, é habitualmente delimitado pelo critério da idade (15-24 ou 15-30, podendo começar aos 12 e ir até aos 35). Conceito relacional, a juventude define-se por oposição à infância e à idade adulta, sendo geralmente entendida como o período de transição da escola para o trabalho. O que não corresponde à realidade dos países africanos, onde não é raro os mais novos trabalharem e os mais crescidos irem à escola (Mufune, 2000: 233-235), como é o caso em Angola.

Aliás, “the transformation from victim to delinquent occurs as time changes children into youth” (Ennew & Swart-Kruger, 2003, online). As crianças mais pequenas são percepcionadas pelos adultos como vítimas inocentes enquanto as mais crescidas são percepcionadas como potencialmente perigosas. Estas diferenças reflectem-se nas estratégias de sobrevivência: enquanto as crianças mais pequenas sustentam-se por via da mendicidade, tirando partido da compaixão que conseguem suscitar junto dos adultos, os jovens têm de recorrer a actividades geradoras de rendimento (i.e. lavar carros) ou a pequenos delitos (i.e. furtos) (Evans, 2006: 115).

Em todo o continente africano, a população jovem não pára de aumentar e torna-se problemática pelo seu número. Conforme sublinha Montclos, “la délinquance y pose peut-être moins de problèmes que la jeunesse de la pyramide des âges et l’exceptionnelle explosion démographique des populations urbaines” (2002: 21). Assim, crianças e jovens em situação de rua confrontam o continente com o fracasso não só das suas políticas socioeconómicas, mas também das suas políticas familiares (Kuyu, 2005b: 281).

⁹¹ www.voaportugues.com/content/article-01-15-12-angola-children-137276403/1262003.html

⁹² www.youtube.com/watch?v=uGop7qTU0XA e www.youtube.com/watch?v=BRe4w1ICK-s

⁹³ www.portalangop.co.ao/angola/pt_pt/noticias/sociedade/2013/7/33/Centro-Magone- protege-criancas-rua,4f54393e-c51b-4745-b4e1-4f19ca3dc362.html

África é o continente com a população mais jovem do mundo⁹⁴. O peso demográfico da juventude em África tanto pode ser visto como uma oportunidade como uma ameaça⁹⁵. Ezémbé sustenta que a criança africana preocupa um Ocidente envelhecido (2009: 121). De Boeck e Honwana consideram as crianças e jovens africanos como “forças sociais emergentes” que ocupam uma posição ambígua, construindo e destruindo a sociedade ao mesmo tempo que são construídos e destruídos por ela (2005: 6). O crescente número de crianças e jovens excluídos (da educação, da saúde, do mercado de emprego formal) remete-os para um “não-lugar” (idem, p.8), sendo cada vez mais percebidos como “perturbadores e potencialmente perigosos” (idem, p.9), apesar de matrizes moral e cultural que definem os mais novos como uma riqueza. São demonizados ao mesmo tempo que idealizados, considerados tanto “at risk” como “as risk” (Nieuwenhuys, 2008: 9). E são principalmente os nossos “silent others” (De Boeck e Honwana, 2005: 2), cujas vozes esperam ser ouvidas.

3.8. ENTRE *AGENCY* E VULNERABILIDADE

O interesse pelas crianças em situação de rua, quer académico quer político, data dos anos 80, podendo o Ano Internacional da Criança (1979) ser considerado como evento catalisador. As atenções estavam então voltadas para os países do Norte e da América Latina, tendo-se virado para outras geografias a partir dos anos 90. Com efeito, um recente levantamento bibliográfico levado a cabo pelo Centro de Documentação e Informação do Conselho para o Desenvolvimento da Pesquisa em Ciências Sociais em África (CODESRIA) revela um aumento significativo da produção académica sobre crianças e jovens nas sociedades africanas desde 2000 (CODESRIA, 2011). Entre as temáticas abordadas, predominam problemas sociais como o trabalho infantil, as crianças soldados, as crianças em situação de rua, as crianças prostitutas, etc., sendo marginal a investigação sobre o quotidiano das crianças que estão *no lugar*⁹⁶, isto é não problemáticas. As abordagens em termos de *agency* e participação têm no entanto vindo a ganhar espaço, reflectindo a mudança de paradigma de que falam Ennew e Swart-Kruger (2003), isto é, o reconhecimento das crianças enquanto actores sociais que participam na construção da realidade social e indivíduos sujeitos de direitos.

⁹⁴ Em 2010, 70% da população tinha menos de 30 anos e a faixa dos 15-24 representava cerca de 20% (<http://social.un.org/youthyear/docs/Regional%20Overview%20Youth%20in%20Africa.pdf>)

⁹⁵ Ashford, L. (2007), *Africa's Youthful Population: Risk or Opportunity?*, Population Reference Bureau (www.prb.org/pdf07/africayouth.pdf); Ighobor, K. (2013), “Jeunesse africaine : bombe à retardement ou opportunité à saisir”, *Afrique Renouveau* (www.un.org/africarenewal/fr/magazine/mai-2013/jeunesse-africaine-bombe-à-retardement-ou-opportunité-à-saisir)

⁹⁶ Por oposição a “‘Children out of Place’, thus referring to these children’s apparent dislocation from the places that are commonly regarded as normal for western, modern, middle-class children – family homes, schools and clubs organized by adults” (Connolly e Ennew, 1996:133).

A abordagem académica das crianças e jovens em situação de rua também se alterou, deixando de fazer sentido insistir-se numa definição de “typical street child” (Ennew e Swart-Kruger, 2003), apesar de tais construções continuarem a existir e a serem difundidas pelos media.

A visão de crianças em situação de rua como vítimas passivas foi desafiada à medida que foram sendo identificadas as múltiplas estratégias de sobrevivência que utilizam para suprir as suas necessidades. Foram-lhe assim reconhecidas competências, criatividade e recursos, tendo alcançado o estatuto de actor social que faz escolhas mediante os condicionamentos que são os seus (Lucchini, 1993: 58-61), o que veio redefinir o campo de pesquisa, sendo hoje amplamente reconhecido o *agency* das crianças e jovens (Bordonaro e Payne, 2012: 365).

Porém, “evidence of agency may represent moral practical problems” (idem, p. 368). Isto porque o *agency* é heterogéneo e não se reduz a estratégias construtivas para enfrentar situações adversas, podendo ser posto em prática de diversas formas em diferentes contextos (Durham, 2000: 117). As acções de crianças e jovens que contradizem as concepções normativas e os ideais morais da infância são designadas de “ambiguous agency” e não são consideradas adequadas, estando sujeitas a ser ocultadas ou reprovadas, na linha tradicional da abordagem paternalista (Bordonaro e Payne, 2012: 366-68). “Their agency can only be tolerated if it does not subvert or disturb”, salienta Nieuwenhuys (2013: 7).

Neste processo de rupturas e continuidades epistemológicas, as intervenções de protecção das crianças continuam a basear-se nos pressupostos da vítima indefesa (Bordonaro e Payne, 2012: 369). Cheney (2010) nota aliás que o uso da categoria “vulnerável” tem vindo a difundir-se no seio das agências e organizações de desenvolvimento internacional, e como consequência “generate rather than ameliorate vulnerability” (p.4). Observa ainda que o enfoque nas crianças vulneráveis inviabiliza atacar as causas estruturais da pobreza que afecta largas franjas da população, para além das crianças, e serve os desejos de “western donors to ‘save’ the children of the global South” (idem, p.6). Por outro lado, este tipo de categorizações é estigmatizante e promove “retratos de dependência e marginalidade” (Panter-Brick, 2004: 91). Assim, os discursos “sobre os outros” (Glauser, 1994: 151) enquanto forma dominante de produzir conhecimento ocultam a capacidade de acção desses actores.

Resumindo, assistiu-se na segunda metade do século XX ao surgimento da criança enquanto sujeito de direitos e actor social e, simultaneamente, à universalização da infância, tendo o Ocidente sido o modelo padrão a partir do qual se produzem discursos normativos e se justificam intervenções de desenvolvimento. Vários autores têm questionado a fronteira conceptual entre ‘infância’ e ‘adulthood’ e apelando a uma leitura pós-colonial da infância, desafiando as premissas etnocêntricas dominantes. Importa por isso questionar conceitos hegemónicos como *street children* que motivam leituras homogeneizantes quando existe uma multiplicidade de modos de estar na rua, resultante de processos dinâmicos e de contextos sociais e económicos distintos. Para além dos problemas

conceptuais, as crianças de/na rua desafiam e subvertem as normas da “infância globalizada”, dando lugar a uma retórica estigmatizante que situa as entre vitimização e perigosidade.

Como vimos, a problemática das crianças em situação de rua é complexa, sendo relativamente recente no continente africano. Em Angola, as crianças de/na rua são vistas como consequência da uma guerra prolongada que desestruturou comunidades e famílias. Por outro lado, o peso demográfico da juventude, quer no país quer no continente, associado a uma incapacidade dos Estados em responder às necessidades educativas e de emprego, remete os mais novos para percursos de vulnerabilidade social e económica.

Apesar de lhes ser hoje reconhecida capacidade de decisão e acção e de serem vistos como forças de mudança das sociedades, crianças e jovens continuam a ser alvo de categorizações e intervenções que contraria o reconhecimento dessa *agency*.

4- CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

For researchers concerned with achieving a more just world for children, establishing their agency has now become an obligatory act of faith and academic production (Nieuwenhuys, 2013: 6).

A presente investigação tem como quadro teórico o interaccionismo simbólico e a teoria do actor. Reconhecendo ao indivíduo a capacidade de definir a realidade social através das suas acções, o interaccionismo simbólico rompe com o modelo de uma ciência social que procura explicar os comportamentos através de variáveis causais e privilegia a compreensão do sentido dado pelos actores às suas acções (Charon, 1989: 182-3).

It is imperative to understand what the actors know, see what they see, understand what they understand. We must understand their vocabulary, their ways of looking and their sense of what is important. What the researcher must do is interact with the actors, observe and partake in their activities, conduct formal interviews, and try to reconstruct their reality (idem).

Nesse sentido, a abordagem qualitativa revelava-se a mais adequada para compreender as estratégias de sobrevivência das crianças e jovens com percursos de rua e aceder aos significados dados por estes actores.

Com efeito, vários autores defendem que a etnografia é o melhor método para se estudar as crianças⁹⁷ na perspectiva da criança-actor (James e Prout, 1997; Lucchini, 1996), porque a etnografia visa compreender e restituir o ponto de vista dos sujeitos estudados, através da imersão da investigadora no seu mundo e de um duplo processo de descrição-interpretação (Beaud e Weber, 2003: 9). Não podemos contudo esquecer que o acto de observar modifica o fenómeno observado (Lucchini, 1996: 5), uma vez que a presença de um elemento externo (investigadora) “introduz artificialidade ao contexto pesquisado” (Pires, 2007: 230).

Porém, com o multiplicar dos estudos dedicados à infância, a etnografia perdeu a primazia, sendo hoje comum a utilização de métodos participativos centrados nas crianças (James e Prout, 1997), que lhes permitem serem parte activa do processo de investigação e acederem ao estatuto de co-investigadores. Tais métodos não eram no entanto viáveis na presente investigação, que reveste um carácter exploratório devido à sua reduzida dimensão e temporalidade.

Apesar de diversas limitações, que serão apresentadas mais à frente, revelava-se necessário fazer pesquisa de terreno para recolher dados em primeira mão porque “não podemos apreender a lógica mais profunda do mundo social a não ser mergulhando na particularidade de uma realidade

⁹⁷ Vimos anteriormente que as categorias criança e jovem são construídas socialmente, para além da dimensão biológica, sendo a separação entre uma e outro muito ténue. Optamos por isso por não considerar essa fronteira na presente investigação.

empírica, historicamente situada e datada” (Bourdieu, 1997: 4).

O construtivismo estruturalista teorizado por Pierre Bourdieu foi outro quadro teórico tido em conta na presente investigação. Este autor ultrapassa a oposição entre objectivismo e subjectivismo, reconhecendo que existem estruturas objectivas, independentes da consciência dos agentes, que moldam as suas práticas e representações e que, por outro lado, as estruturas e o habitus têm uma génese social (1987: 147) – sendo o habitus um “*lieu dialectique de l’intériorisation de l’extériorité et de l’extériorisation de l’intériorité*” (2000: 225). Tal perspectiva leva-nos a considerar o peso das estruturas sociais que os actores incorporam e que, simultaneamente, contribuem para produzir e reproduzir.

A produção dos dados seguiu uma dupla lógica: sequencial – na recolha, codificação e análise –, e reflexiva – crítica das categorias utilizadas. Neste sentido, socorremo-nos da teoria pós-colonial que parte “*from the world as people experience it*” (Young, 2009:17) e tenta analisar os fenómenos sociais a partir de uma perspectiva não-europeia, “*listening to what others are saying, about themselves or ourselves*” (idem, p. 18).

Importa ter presente que o olhar de quem investiga não é neutro: é influenciado por diferentes elementos dos quais tem mais ou menos consciência (i.e. os media, experiências profissionais, cultura, a própria biografia, etc., todo um conjunto de saberes armazenados na memória⁹⁸). Estes “*conhecimentos tácitos*” (Cicourel, 2003: 382) são parte integrante do processo de selecção, anotação, codificação e categorização das observações realizadas. O diário de campo resulta assim de um processo de interpretação que tem lugar durante o trabalho de campo. O risco, alerta Cicourel, é cair num “*empirisme naïf*” (2003: 380). Uma forma de o evitar é adoptar uma perspectiva reflexiva e uma “*conscience de soi*” (Emerson, 2003: 413). “*L’enquêteur ne peut pas se faire oublier, il ne doit donc pas s’oublier dans l’analyse.*”, defendem Beaud e Weber (1998: 39), importa por isso explicitar os preconceitos que transportamos e objectivar a nossa posição para tornar possível uma ruptura com as pré-noções (idem, p. 26).

4.1. TERRENO DE PESQUISA E ACESSIBILIDADE

As instalações do centro de acolhimento da Okutiuka na antiga Fábrica de Lacticínios do Huambo constituíram o terreno de pesquisa, em Agosto de 2012.

A ida ao terreno decorreu durante o mês que antecedeu as eleições gerais de Angola que tiveram lugar a 31 de Agosto. Por esse motivo, as escolas e universidades estavam encerradas, tendo sido dado

⁹⁸ “*Votre passé ressurgit dans le présent*”, afirmam Beaud e Weber (1998: 38). Quer isto dizer que realizamos observações à luz de saberes lexicais, sintáxicos, semânticos e práticos que utilizamos de forma automática (Cicourel, 2003: 384), correndo o risco de se encontrar apenas o que se procura, porque “*l’observation des comportements de l’enfant est conditionnée par l’image que l’observateur a de lui. Il y a donc une tendance à ne retenir que ce qui confirme cette image. La perception et la mémoire de l’événement sont donc sélectives*” (Lucchini, 1996: 276).

um mês de férias extra a todos os alunos⁹⁹. Assim, as rotinas das crianças e jovens residentes na Okutiuka encontravam-se modificadas por um período de férias fora de época, mas também pelo ambiente de campanha eleitoral que se intensificou na segunda quinzena de Agosto.

O acesso ao terreno foi facilitado pela actividade profissional exercida pela investigadora: enquanto gestora de projectos numa ONG de Desenvolvimento (ONGD), acompanhou um projecto¹⁰⁰ na área dos direitos das crianças no espaço da CPLP em que a Okutiuka era entidade parceira. Havia portanto um conhecimento prévio da organização, do seu modo de funcionamento e um contacto pessoal com a dirigente da ONG. A investigadora não tinha no entanto nunca estado em Angola e apenas conhecia o terreno de pesquisa por fontes secundárias, pessoas que tinham lá estado no quadro do referido projecto.

Desta forma, o chapéu profissional serviu de facilitador à investigação e constituiu um pretexto natural para visitar e deambular pelo Centro Okulissanga vários dias.

Como sublinha Lucchini, a acessibilidade determina o “corpus” da pesquisa (1996: 7), isto é o conjunto de dados e materiais recolhidos. Assim, a relação de confiança entre a investigadora e a responsável da Okutiuka, reconhecida pelos residentes, propiciou uma base para uma possível relação de confiança entre a investigadora e os residentes. Por outro lado, a partir da segunda semana, e a convite da responsável da Okutiuka, a investigadora passou a residir no local, o que permitiu uma interacção mais frequente e mais intensa com os residentes, proporcionando conversas inesperadas e não provocadas pela investigadora – pois a curiosidade sobre o universo do Outro era mútua –, bem como a observação de momentos mais íntimos da vida quotidiana, habitualmente pouco acessíveis a pessoas de fora, como mata-bichar (tomar o pequeno-almoço), lavar a roupa, fazer uma *laminagem*¹⁰¹ (pequenos entalhes na lateral do cabelo feitos com uma lâmina de barbear), etc.

4.1.1. INTEGRAÇÃO E IMERSÃO NO TERRENO DE PESQUISA

A entrada no terreno começou, na verdade, vários meses antes do trabalho de campo, na fase de preparação. Para além da pesquisa bibliográfica e leitura de livros e artigos sobre os temas relacionados com a investigação, foi também necessário obter informações sobre o terreno propriamente dito, o que implicou recolher dados sobre Angola e a cidade do Huambo, na biblioteca, mas também e sobretudo na internet e através de redes de contactos profissionais e pessoais, uma vez que, apesar de ter já estado noutros países africanos de língua oficial portuguesa, a investigadora não conhecia Angola.

⁹⁹ O ano lectivo em Angola inicia-se em Fevereiro e termina em Novembro.

¹⁰⁰ O projecto intitula-se “Meninos de Rua: Inclusão e Inserção”, decorreu de Novembro de 2009 a Março de 2013. Mais informações sobre este projecto podem ser obtidas em www.vozes-de-nos.blogspot.pt

¹⁰¹ Ver Anexo D, fotografia N° 11

Chegada ao Huambo, a primeira semana teve como objectivo entrar no terreno, conhecer as rotinas da organização e os seus residentes, aprender os respectivos nomes, criar algum tipo de relação, negociar um lugar no terreno, isto é, “gaining acceptance and being accepted” (Corsaro, 2005: 53). Algo que é possível simplesmente *estando* e mostrando-se disponível para conversar. A curiosidade para com um elemento novo é grande, de modo que as aproximações acabam por ser feitas por quem se encontra e não por quem vem de fora. Mas a investigadora também procurou o encontro, propondo ler para as crianças ou solicitando uma visita guiada às instalações, por exemplo. Os primeiros dias foram ainda de descoberta do contexto mais amplo – a cidade – acompanhada por pessoas da organização, pelas crianças ou sozinha.

A segunda semana no terreno foi dedicada ao aprofundamento da relação com os residentes, a tentar conquistar um pouco da sua confiança. Com idades muito diferentes, a curiosidade e as necessidades de atenção variam bastante. A presença de alguém externo deixou já de ser novidade e parece ser encarada com naturalidade. Foi uma semana passada a jogar voleibol e improvisar jogos de adivinha com os mais novos, ensinar a navegar na internet, ouvir batucadas, conversar com os mais velhos sobre moda e música e ensinar a manusear uma máquina fotográfica. Nessa semana deu-se início a um atelier de fotografia digital, que fazia parte da estratégia para criar uma relação com as crianças e jovens, contando com o factor tecnológico e novidade (embora os mais velhos possuam telemóvel, o uso de máquinas fotográficas é ainda pouco generalizado no Huambo). Apesar do atractivo de constituía a fotografia, a actividade inicialmente não resultou como planeado, em parte devido à inexperiência da investigadora na gestão deste tipo de grupos e as dinâmicas que lhes são próprias, tem sido difícil compatibilizar a actividade com os outros interesses e ocupações dos jovens.

Na terceira semana, estavam finalmente criadas as condições para avançar com as entrevistas, que não se fizeram no entanto ao ritmo desejado pela investigadora, tendo que lidar com as contingências próprias de um terreno que não é estático e de actores sociais que prosseguem com as suas rotinas, que a presença da investigadora pouco ou nada altera. Nessa semana, também foi possível avançar de forma mais estruturada e consistente, com o atelier de fotografia que resultou numa exposição¹⁰², composta por fotografias tiradas por jovens que tinham tido uma vivência de rua a locais que foram marcantes para eles, revisitando assim o seu passado e encarando-o de forma positiva – pois até dá uma exposição.

A imersão no terreno foi muito intensa e absorvente, tendo sido difícil encontrar um equilíbrio entre a postura de observadora e a de participante, alternando entre uma e outra posição. Partilhar a vida das crianças e jovens no centro trouxe vantagens no que toca ao estabelecimento de relações de confiança e cumplicidade, mas ao mesmo tempo tornou mais difícil conseguir um certo distanciamento e tempo para estar a sós, condições importantes para redigir o diário de campo de forma sistemática e metódica. Encontrar a “boa distância” (Céfai, 2003: 559) revelou-se um desafio.

¹⁰² Ver Anexo C.

Esta dificuldade transparece no diário de campo onde são recorrentes anotações de insegurança e frustração quanto à quantidade e qualidade das observações realizadas. Dever-se-á em parte ao facto de esta ser a primeira vez que a investigadora fez observação participante.

A aceitação da presença da investigadora no terreno foi em parte facilitada pelo acolhimento dado pela responsável da organização, com a qual já existia uma relação de trabalho e confiança prévia, possibilitando à investigadora entrar na categoria das pessoas acreditadas para entrar em “casa”. Por outro lado, a presença continuada da investigadora no local e a mostra de disponibilidade para participar nas diferentes actividades, mesmo que fosse “falar só”, favoreceu um clima positivo, de confiança e cumplicidade com as crianças e jovens, com base no qual foi possível realizar as entrevistas e a actividade de fotografia. Podemos entender como sinal dessa aceitação o facto de os mais velhos terem colocado uma alcunha à investigadora, passando a tratá-la por “Lili” em vez de “Liliana” ou de os mais novos a solicitarem para jogar e procurarem a sua presença.

Para além da curiosidade que pode suscitar a presença de uma pessoa nova, a investigadora possuía dois atractivos fortes: uma máquina fotográfica e um computador (com ligação à internet!). São objectos que não estão facilmente acessíveis a qualquer pessoa no Huambo, pelo que só por si despertam interesse. A proximidade com a investigadora tornava possível a sua utilização, podendo esta perspectiva ser outro incentivo para entrar em diálogo.

O género é outro aspecto que pode influenciar a aceitação no terreno. Como sublinha Daniel Céfai, as relações no terreno não são neutras e “être une femme ouvre des opportunités d’enquête et en referme d’autres” (2003: 560). No caso presente, a investigadora poderá ter sido associada a uma figura materna, para uns, fraterna para outros, ou a outras figuras femininas conhecidas. À variável sexo, somam-se ainda as variáveis origem étnica e idade, todas elas influenciando a percepção mútua, mas também o conteúdo das interacções (Emerson, 2003: 409).

Se a língua não constituiu uma dificuldade – pois nas cidades o português é a língua falada pela maior parte da população e tanto as crianças como os jovens, com os quais houve interacção no quadro da presente investigação, tinham o português como língua materna – o mesmo não se pode dizer da linguagem, cujos códigos, culturalmente marcados, não eram partilhados pela investigadora, requerendo uma aprendizagem que não se esgotou no tempo passado no terreno. Por linguagem, entende-se quer o universo dos signos que compõem a comunicação não-verbal (presente nas poses que adoptam nas fotografias, por exemplo), quer as formas de expressão características da cultura local (as *estigas*¹⁰³ por exemplo, mas também um léxico diferente).

As entrevistas com os jovens só foram possíveis após um re/conhecimento mútuo. Foram várias as etapas prévias necessárias ao estabelecimento de um clima favorável: contacto visual, contacto verbal e apresentação, interacções e conversas repetidas, superficiais primeiro, depois mais direccionadas. Para que os jovens se confiassem foi primeiro necessário a investigadora fazê-lo, é a

¹⁰³ Frase espirituosa com a qual se faz troça ou se ironiza sobre alguém ou alguma coisa (www.priberam.pt).

reversibilidade de posições de que fala Céfal (2003: 566). As perguntas sobre a vida da investigadora, umas mais indiscretas do que outras, eram frequentes: “tens filhos”, “onde vives em Portugal”, “quantos anos tens”, “quando vais embora”, “quando voltas visitar-nos”, etc. Se a maior parte das entrevistas foram realizadas a pedido da investigadora, algumas acabaram por se realizar por iniciativa dos entrevistados que sabiam da vontade da investigadora em ouvi-los falar das suas vidas. Se não foi possível entrevistar alguns dos jovens por falta de encaixe de disponibilidades, outras entrevistas aconteceram inopinadamente. Como dizem Beaud e Weber, “on ne choisit pas ses enquêtés sur des critères objectifs. Bien souvent dans l’enquête, c’est l’occasion qui fait le larron” (1998 : 39).

4.2. MÉTODOS E TÉCNICAS

Para testar a hipótese de partida, optou-se pelo uso de metodologias qualitativas. Assim, a recolha de dados fez-se através de observação participante e apontamentos num diário de terreno, entrevistas individuais e entrevistas colectivas informais com jovens residentes na Okutiuka e ainda entrevistas com informantes-chave.

A observação participante foi realizada de forma aberta, tendo sido revelado o motivo da presença da investigadora e a sua dupla função (profissional e científica) em reunião alargada que contou com a presença de todos os residentes.

Realizaram-se e gravaram-se entrevistas semi-estruturadas¹⁰⁴ com oito jovens rapazes com idades entre os 17 aos 23 anos, residentes no centro Okutiuka há sete ou mais anos, que viveram algum tempo na rua. De ressaltar que esta amostra não pretendia ser representativa mas sim ilustrativa. Também foram gravadas duas entrevistas com residentes de 12 e 14 anos, no quadro da actividade fotográfica abaixo descrita, e quatro entrevistas colectivas de cariz informal com outros residentes do centro, com idades entre os 16 e os 22 anos¹⁰⁵.

A fotografia foi outro método utilizado pela investigadora na recolha de dados. Foi proposto aos jovens realizarem um projecto individual de reflexão sobre a sua vida antes da Okutiuka, partilhando através do suporte fotográfico momentos e lugares que marcaram a sua vivência na rua. O grupo de jovens a envolver na actividade foi identificado por Sónia Ferreira, responsável da ONG. Todos aceitaram com agrado participar, sendo esta uma oportunidade para utilizar uma máquina fotográfica e passear pela cidade. Após umas explicações sobre o manuseamento da máquina e uma conversa preparatória com vista a identificar os temas a fotografar, partiram aos pares pela cidade registar os locais que consideravam relevantes no seu percurso de criança de rua. As fotografias eram depois visualizadas em conjunto com a investigadora, comentadas pelo jovem – o que Bryman (2012) chama

¹⁰⁴ Os guiões das entrevistas encontram-se no Anexo B. Não foram contudo seguidos de forma rígido, mas foram sendo adaptados ao entrevistado e contexto no qual se realizou cada entrevista, que tomou a maior parte das vezes a forma de conversa entre conhecidos em vez do formato inquiridor/inquirido.

¹⁰⁵ Ver a lista completa das entrevistas realizadas no Anexo A.

de “photo-elicitation” (p. 455) – e ambos escolhiam as quatro ou cinco melhores fotografias para serem reveladas e expostas.

O método fotográfico foi ainda utilizado como complementar aos apontamentos e parte integrante do diário de campo. A investigadora foi registando regularmente várias das actividades quotidianas (tarefas e brincadeiras) com a sua objectiva, sendo a máquina fotográfica um bom meio de comunicação tanto com as crianças como com os jovens, que gostam de fazer poses e ver-se nas fotografias.

O recurso a mais do que um método ou fonte – a triangulação – concorre para validar os resultados da pesquisa. Como Lucchini frisou, a comparação dos pontos de vista “permite melhorar a qualidade dos resultados da pesquisa” e “diminuir os riscos que os resultados obtidos dependam de circunstâncias acidentais da pesquisa” (1996: 6). Assim, para além das entrevistas com jovens residentes, procurou-se realizar entrevistas com profissionais dos sectores governamental e não-governamental. Foram realizadas quatro entrevistas semi-estruturadas: com a responsável e fundadora da ONG Okutiuka, Sónia Ferreira, e com representantes de instituições públicas, designadamente: Aurélio Augusto chefe da Secção de Administração e Contabilidade do Instituto Nacional de Apoio à Criança (INAC), D.Firmina e D.Gertrudes, funcionárias do Ministério da Assistência e Reinserção Social (MINARS), e com um informante-chave, Marcos Cassango, professor que dá apoio escolar na Okutiuka¹⁰⁶. Estava ainda previsto realizar entrevistas com responsáveis de outras instituições que prestam apoio a crianças de/na rua, contudo por motivos de agenda, tal não foi possível.

Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas pela investigadora, excepto a entrevista com as funcionárias do MINARS, cuja gravação não foi autorizada. Esta informação foi depois submetida a um processo de agregação e codificação.

4.3. LIMITAÇÕES METODOLÓGICAS

A investigadora deparou-se com uma série de constrangimentos práticos, a começar pela disponibilidade limitada em permanecer no terreno, por um lado, e em escolher as datas da ida ao terreno, por outro. Assim, tendo que conjugar investigação com ocupação profissional, o trabalho de campo foi realizado num período curto (três semanas) em mês de campanha eleitoral (Agosto de 2012) – resultando no que Bryman designa de “micro-ethnography” (2012: 433). Uma forma de ultrapassar essas limitações, e conseguir recolher dados pertinentes para uma reflexão em torno do tema proposto, foi privilegiar a faixa etária dos mais velhos (17-23 anos), com os quais era possível recorrer ao método da entrevista semi-estrutura e explorar o seu passado enquanto criança, em detrimento da faixa etária dos mais novos (9-14 anos), com os quais outro tipo de métodos e técnicas teria sido necessário – o que será possível em pesquisas futuras que visem aprofundar os temas aqui aflorados.

¹⁰⁶ A lista completa das entrevistas realizadas encontra-se no Anexo A.

Os métodos etnográficos requerem geralmente um trabalho de campo prolongado, por meses ou até anos, com vista a possibilitar uma imersão plena no grupo estudado e desvendar as rotinas dos seus membros, os seus valores e crenças, etc. Contudo, observar de forma intensiva um grupo requer primeiro ser aceite pelo grupo e adquirir o estatuto de participante (Corsaro, 2005: 51). O que, no caso presente, poderia ter sido difícil concretizar pelo facto de a investigadora possuir vários elementos que a diferenciavam do grupo no qual pretendia inserir-se: adulta, mulher e estrangeira. Uma das estratégias passou por tentar pertencer à categoria “amiga” (idem), estando disponível para entrar nos jogos e brincadeiras e estando à escuta – aceitar convites para jogar à bola, ajudar a criar uma conta de e-mail, ensinar a manusear uma máquina fotográfica, partilhar refeições, ter a porta aberta para quem quisesse entrar, etc.

A preparação do trabalho de campo também conheceu alguns percalços, devido nomeadamente a dificuldades em estabelecer uma comunicação fluida e regular com a responsável da Okutiuka, não tendo sido possível uma actualização dos dados que a investigadora possuía sobre a organização antes da chegada ao terreno. Assim, uma vez ao Huambo, deparou-se com uma situação diferente da esperada. A solução passou por reformular parcialmente a metodologia inicial e os guiões das entrevistas, *in situ*. Por sua vez, a dinâmica do terreno fez emergir novas pistas e a pesquisa foi-se ajustando, tal plasticina, às observações e contexto presente.

A investigadora tinha previsto trabalhar com fotografia e tinha-se preparado nesse sentido, não tinha porém previsto a chegada à Okutiuka, na sua primeira semana de trabalho de campo, de três artistas angolanos (um escritor, um realizador e uma fotografa) que, durante três dias, animaram um conjunto de ateliers de iniciação à escrita, à realização de vídeo e à fotografia. A abordagem aos jovens pela via do atractivo da imagem teve portanto que ser repensada tendo em conta esta interferência externa com a qual não contava. A solução passou por elaborar um projecto fotográfico exequível num curto prazo de tempo e que fizesse sentido para os jovens, isto é, que os cativasse o suficiente para conseguir a sua adesão do início ao fim.

Outro dos constrangimentos com o qual foi preciso jogar foi o duplo papel da investigadora e gestora de projectos de desenvolvimento numa ONG parceira. Houve momentos em que a separação entre ambos os papéis não estava claramente estabelecida, tendo esta ida ao terreno constituído uma oportunidade de trabalho conjunto com vista à elaboração do relatório de projecto a submeter ao financiador. A estratégia para não confundir as duas agendas e perder de vista o trabalho de campo foi seguir o plano de pesquisa traçado inicialmente – se bem que com algumas adaptações –, realizar as entrevistas e manter o diário de campo conforme previsto.

4.4. CONSIDERAÇÕES ÉTICAS

Nas investigações sobre/com crianças e jovens, um dos aspectos mais críticos levantado por diferentes autores tem sido “ouvir os pontos de vista das próprias crianças sobre as suas experiências e as suas

vivências quotidianas” (Colonna, 2009: 11). Evans vai mais longe, para além de ouvir as suas opiniões, é também preciso “valuing their narrative” (2006: 112).

Emerson alerta para as consequências induzidas pela presença de um/a investigador/a na vida dos participantes (2003: 410). É um elemento a ter em conta não só na recolha de dados, mas também do ponto de vista ético. Importa ter presente o princípio de “não prejudicar os participantes na pesquisa” (De Walt e De Walt, 2002: 203), pois a investigadora tem acesso a um conjunto de informações sobre as pessoas com quem conviveu e sobre a organização cuja divulgação e publicação deve ser ponderada: “Tout n’est pas bon à dire et à écrire. L’enquêteur doit choisir les informations à divulguer” (Céfai, 2003 : 612). Nesse sentido, a investigadora vê-se na obrigação de respeitar um conjunto de princípios éticos do qual faz parte o “dever de reserva ou de confidencialidade” (idem, p.613), que consiste em não expor os participantes atribuindo-lhes, por exemplo, nomes que não os seus ou códigos – na presente investigação, optou-se por designar cada jovem por um conjunto de letras – e optar por não utilizar uma parte dos dados recolhidos.

Outras questões éticas importantes são a não dissimulação da investigação e o consentimento informado (De Walt e De Walt, 2002: 197). No caso presente, foi dado a conhecer a todos os residentes a realização da pesquisa, motivo da presença da investigadora, que andava por vezes com o seu caderno de apontamentos debaixo do braço e tomava apontamentos sentada no pátio. Era também hábito andar de máquina fotográfica ao pescoço e registar alguns momentos da vida quotidiana na organização (lavar a roupa, confecção das refeições, limpezas, brincadeiras, treino desportivo, penteados, etc.). Se a pesquisa se realizou de forma não dissimulada – “overt research” (Bryman, 2012: 433) – não se pode no entanto afirmar que foi consentida por cada um dos entrevistados individualmente, pois o contexto de organização/família induz uma situação em que quem dirige é quem concede a autorização para pesquisar, não havendo lugar a uma aprovação individual de cada membro.

Finalmente, no momento de finalizar esta dissertação, resta ainda um dilema por resolver: quando será possível à investigadora regressar ao terreno para devolver os resultados aos actores e participantes na pesquisa.

5- APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS EMPÍRICOS

O meu objectivo é alcançar os meus sonhos
(DP, 19 anos, 27-08-2012).

Os dados apresentados neste capítulo resultam da análise das entrevistas¹⁰⁷ individuais e colectivas realizadas na Okutiuka com jovens residentes no Centro de Acolhimento, com idades compreendidas entre os 12 e os 23 anos, das entrevistas semi-estruturadas realizadas com informantes-chave e dos apontamentos feitos pela investigadora no diário de campo.

Os dados aqui apresentados dividem-se em duas partes: por um lado, a vida destes jovens antes de residirem no Centro Okulissanga – como se deu a ida para a rua? Quais as suas trajectórias de vida? quais as estratégias que tiveram que accionar para garantir as suas necessidades de sobrevivência e protecção? o que viver na rua significou para eles? Por outro, como se fez a saída da rua e quais as estratégias de inserção social?

Serão também abordados neste capítulo os projectos de vida e perspectivas de futuro, bem como a forma como reelaboram as suas identidades e a forma como olham para o país hoje, dez anos depois do fim da guerra.

5.1 CRIANÇAS E JOVENS COM PERCURSOS DE RUA NO MUNICÍPIO DO HUAMBO

De referir que, com excepção de D e PR (12 e 14 anos respectivamente), que são demasiado novos para recordarem a guerra, todos os jovens aqui entrevistados viveram o período da infância durante o conflito que teve profundos impactos nas suas estruturas familiares e conseqüentemente no percurso de vida de cada um.

5.1.1. QUEM SÃO?

A grande maioria das crianças e jovens residentes na Okutiuka são naturais do município ou da província do Huambo. Há contudo alguns jovens provenientes de outras cidades. Entre os jovens entrevistados, um veio do Bailundo com a mãe e os irmãos (LK, 17 anos), fugindo da guerra, e outro é originário de Malange, de onde saiu com amigos fugindo de uma tia que o maltratava (MO, 17 anos).

Na Okutiuka só vivem rapazes, uma opção tomada quando a organização acolheu as primeiras crianças internas, mas também ditada pela realidade social e o número considerável de rapazes que havia nas ruas.

O fenómeno das “crianças de rua” é de facto muito masculinizado. Na cidade do Huambo, não é frequente encontrar raparigas a viver na rua nem nas instituições de acolhimento. Os motivos podem estar relacionados com a forma diferenciada como a sociedade trata uns e outras e com as expectativas

¹⁰⁷ Ver a lista completa das entrevistas realizadas no Anexo A.

sociais quanto aos papéis sexuais de género. É possível que as famílias se mostrem mais propensas em acolher raparigas uma vez que estas representam uma ajuda nas lides da casa: “As raparigas sempre ficam na casa de alguém a tomar conta das crianças, a lavar loiça e tal”, conta Sónia Ferreira, Coordenadora Geral da Okutiuka, referindo ainda que a preferência pelo sexo feminino também se verifica nas famílias interessadas em adoptar uma criança.

5.1.2. A VIDA NA RUA

Neste ponto são abordados diferentes aspectos da vida destes jovens que caracterizam a sua relação com a rua, designadamente: quais os factores que os levaram a viver na rua – por períodos que variam de alguns meses até dois anos –, como viviam na rua, quais os locais que frequentavam e como ocupavam os seus dias.

Por que vivem as crianças na rua?

São vários os motivos que levam uma criança a viver na rua. Na presente investigação foram identificados factores circunstanciais (guerra, grupo de pares) e estruturais (pobreza, violência familiar). Para uma melhor compreensão do leitor, são apresentados de forma isolada, porém a explicação causal do fenómeno “crianças de rua” deve ser procurada na sua interdependência. A pobreza não explica por si só que uma criança viva na rua, se tal fosse o caso, o seu número seria muito mais elevado (Marguerat, 2005: 207). É antes necessário estabelecer correlações: por exemplo, pobreza extrema e ruptura dos laços de filiação estão no presente contexto relacionadas com a guerra; da mesma forma, os maus-tratos estão muitas vezes relacionados com situações de orfandade e recomposições familiares. Assim, é uma sequência de rupturas (afectivas, materiais e simbólicas) que empurra as crianças para a rua.

A guerra obrigou muitas pessoas a procurar refúgio em zonas mais seguras. No caso de LK, a família foi do Lubango para o Bailundo e dali para o Huambo, numa altura em que os combates se intensificaram nessa região e a comida escasseava:

- Fomos do Lubango para o Bailundo, estávamos lá a viver, depois veio a bater-se a última guerra (...) temos que nos refugiar nos quimbos, aquilo é fugir, fugir, fugir, longe. Estávamos nos quimbos, ficávamos lá, ficávamos lá. (...) a guerra cessou um pouco, fomos, voltamos para o Bailundo, depois a guerra começou. (...) Saímos do Bailundo, ficávamos lá. Aquilo para nós conseguirmos comida, é preciso... (...) A minha mãe depois disse, ‘não essa vida não dá mais’, vamos para o Huambo (LK, 17 anos, 30-08-2012).

Esta deslocação fez com que toda a família ficasse sem casa onde viver e procurasse abrigo em prédios inacabados e abandonados, como o prédio da Energia e o prédio da FAPA¹⁰⁸, ambos na parte baixa da cidade:

- Quando saí da FAPA, passei pelo [prédio da] Energia, vieram aqui, a minha mãe veio, viveu ali [na fábrica] com a minha irmã que tá em Luanda, que me segue. Mas depois de a minha mãe morrer em 2007, a minha avó foi para a nossa terra, porque eu sou do Lubango. Foi para o Lubango no ano passado. Foi e nós ficámos aqui [na Okutiuka] (LK, 17 anos, 30-08-2012).

A guerra prolongada que se viveu em Angola afectou muito duramente as populações, privando-as de serviços de saúde e educação, mas também de actividades geradoras de rendimento e empurrando-as para situações de grande pobreza e de privação de alimentos. Como consequência, os pais não tinham forma de sustentar as suas crianças, acabando estas por tentar desvincular-se sozinhas, procurando alternativas na rua:

[- O que te fez decidir sair de casa?] - A fome. A fome. Naquela altura, o meu pai estava separado da minha mãe e a minha mãe não tinha como me sustentar. Naquela altura não havia trabalhos, trabalho era muito difícil em relação a hoje em dia. Foi muito difícil, pegava ali com dois filhos pequenos que ela tinha, não conseguia como nos sustentar (DP, 19 anos, 27-08-2012).

Devido à guerra, mas também à doença, muitas crianças ficaram órfãs (de pai, de mãe ou de ambos) e foram empurradas para casa de outros familiares (tia, irmã), cujos cuidados nem sempre eram de carinho e afecto, pelo que as crianças acabaram por optar pela vida na rua. A par da ruptura dos laços de filiação relacionada com a morte, há também situações de separação e recomposição familiar e relatos de madrastas e padrastos que não cuidam da criança, tratando-a de forma diferente e em geral menos bem que os seus próprios filhos, negando-lhe o acesso à escola ou obrigando-a a trabalhar.

- Foi no dia 8 de Fevereiro, acho que numa quinta-feira, numa viagem que para a minha mãe era habitual, já estava acostumada, deixa-nos em casa com o irmão mais velho, ela vai, fica fora, faz o negócio, depois volta. Naquele tempo, em 95, a minha mãe saiu, era o ponto mais forte se calhar da guerra, o conflito estava muito assim elevado e os partidos que estavam dentro da guerra, faziam assim: um recupera a cidade, o outro invade. Então um certo dia, do que eu sei, a minha mãe foi com o carro dela e desde aí nunca mais vi a minha mãe, a minha mãe nunca mais voltou. Depois eu e os meus irmãos decidimos tipo trancar casa, tivemos que ir viver com a minha madrastra, aí [começaram os] maus-tratos, eu e os meus irmãos acabámos por viver na rua (TB, 21 anos, 28-08-2012).

¹⁰⁸ É um edifício inacabado que está localizado na Rua 5 de Outubro, na parte baixa da cidade. É, desde há muitos anos, um prédio ocupado por crianças de rua durante a noite, que aí procuram abrigo. É conhecido como prédio da FAPA porque se situa ao lado de um prédio que no passado pertenceu à Força Aérea Popular de Angola, segundo contam os seus actuais moradores.

- Eu desde que nasci, nunca conheci os meus pais. Só conheci a minha tia.(...) Sai de casa da minha tia porque me tratavam muito mal (MO, 17 anos, 27-08-2012).
- Os meus pais é que não sei. Nunca os vi. (...) Morreram ou estão vivos, não sei. [Vivia com os] meus tios. Então eu fiquei um tempo, fiquei em casa, mas aí me tratavam muito mal. (...) me escravizavam muito (...) eu sempre cozinhava comida para as crianças, para ele, mas o senhor foi muito mau, muito mau (...) me batia (MS, 19 anos, 03-09-2012).
- Às vezes, a madrasta gosta mais do filho dela do que do filho do marido, são essas coisas que fazem que ele sai de casa (DL, 23 anos, 26-08-2012).

A rua revela-se por vezes um escape aos maus-tratos por parte dos adultos com quem vivem. A violência em casa revela-se sob várias formas (bater, privar de alimentos, forçar a trabalhar) e é por vezes exercida pela própria mãe da criança.

- Mas ela [a mãe] batia-me. Então eu nem sempre tinha aquela coragem de voltar para casa. Preferia ficar só sozinho até, como hoje estou (LX, 18 anos, 28-08-2012).
- Alguns saíram de casa por causa dos maus tratos. Têm pai, têm mãe mas estão na rua (DL, 23 anos, 26-08-2012).
- Eu vivia com a minha mãe. A minha mãe uma vez me prometeu uma surra (...) Então tive medo, fugi, nunca fui lá mais. Encontrei com o meu amigo que vivia lá também na minha rua (D, 12 anos, 29-08-2012).

D. exprime aqui o factor atractivo que constitui o grupo de pares na decisão de sair de casa. Ter amigos a viver na rua joga, em certos casos, um papel importante como sublinha DL: “Também o que faz sair de casa é ser de grupo. Fazer confusão com os outros, então a tendência é ficar na rua.” (DL, 23 anos, 26-08-2012)

Como vivem as crianças na rua?

Os modos de *inserção* na rua são múltiplos e variáveis consoante a correlação de factores que levou a criança a viver na rua. Assim, algumas crianças vivem na rua com outros membros da sua família (mãe e irmãos). Foi o caso de LX, cuja família veio para o Huambo fugindo dos confrontos militares. Noutros casos são famílias que se encontram em situação de grande pobreza e não têm como pagar a renda de um quarto, acabando por viver em edifícios abandonados.

As crianças que saíram de casa devido a maus-tratos dos adultos com quem vivem, andam geralmente sozinhas ou em grupo – inserir-se num grupo é uma das estratégias que encontram para se proteger, como veremos mais à frente.

Os grupos podem ser constituídos por amigos que já conheciam antes da saída de casa, ou por outras crianças e jovens que encontraram na rua. Contudo, as entrevistas sugerem não haver tendência para se formarem grupos organizados estáveis. Os grupos fazem-se e desfazem-se e, como refere Pirot

(2004: 86), funcionam como redes de apoio, possibilitando uma certa divisão do *trabalho*, numa perspectiva de benefícios mútuos:

- Por vezes também trocávamos [de grupo]. Hoje vamos com este grupo, hoje vamos com aquele. (...) Por vezes, duas pessoas, três, quatro. Por vezes, andávamos mesmo cinco, seis. (...) Passamos ali a noite e no dia seguinte, uns vão à praça, os outros vão à cidade, outros vão aos bairros para pedir (MO, 17 anos, 27-08-2012).

Os modos de inserção na rua também se caracterizam pelo tipo de estratégias desenvolvidas para assegurar a sua sobrevivência. Este ponto será abordado mais à frente.

Por onde andam as crianças quando vivem na rua?

Os locais frequentados variam consoante as necessidades do momento. Mercados e praças são os locais mais procurados durante o dia, onde as crianças podem encontrar diversas formas de se alimentar, fazendo alguns biscates (como transportar mercadorias, a troca de dinheiro ou comida), pedindo esmola ou vendendo.

Para além de serem locais de sustento, as praças – como o Jardim da Cultura e o Palácio – são também lugares de socialização, convívio e brincadeira:

- Porque viemos tirar fotografias aqui ao Jardim da Cultura?
- Porque aqui tenho várias recordações minhas, do passado. Aqui eu ficava, brincava, fiz vários amigos.
- D., você vinha aqui todos os dias?
- Não. De vez em quando aparecia aqui.
- O que é que você costumava fazer aqui?
- Pá! Ganhava dinheiro. Ganhava dinheiro para poder me sustentar a mim próprio, comer. Com os meus amigos, também íamos passear. Várias coisas... não me estou a lembrar muito bem disso (Entrevista a D, 12 anos, realizada por PR, 14 anos, durante o atelier de fotografia, 29-08-2012).

À noite, as crianças procuram locais seguros para dormir. Geralmente encontram abrigo em prédios abandonados – o prédio da FAPA, o prédio da Energia, o Hotel Excelsior – mas também a zona da estação ou CFB¹⁰⁹, como é conhecida. Huambo tem ainda hoje vários prédios abandonados, no entanto a reconstrução da cidade nos últimos dez anos tem reduzido o seu número, alguns foram destruídos para dar lugar a novos edifícios, como conta D.:

- Passava a noite num prédio ali que também destruíram, construíram de novo. Ali dormíamos, tínhamos a nossa coberta, os nossos colchões. Depois de um tempo, começaram a destruir o prédio (D., 12 anos, 29-08-2012).

¹⁰⁹ Caminhos de Ferro de Benguela

DL sintetiza a vida na rua da seguinte forma:

- Os meus pais não tinham as melhores condições. Então sai da casa dos meus pais, vivi pela rua, encontrei uns amigos, não sei quê, partilhámos, ficámos ali, conhecemo-nos e não sei quê, ficávamos no mercado, o mercado municipal, a pedir esmola. As pessoas de boa fé davam-nos dinheiro. À noite saíamos do mercado, íamos com uns amigos para a FAPA (DL, 23 anos, 26-08-2012).

Com que ocupam o seu tempo as crianças que vivem na rua?

Das entrevistas realizadas, ressalta que as crianças dividem o seu tempo entre actividades que lhes proporcionem dinheiro (mendigar, fazer biscates), rede social (fazer amigos, integrar-se num grupo), protecção (procurar sítio seguro para dormir, fugir da policia) e diversão (brincar), satisfazendo assim a maior parte das suas necessidades¹¹⁰.

O dinheiro é geralmente utilizado para comprar comida, mas pode também servir para alimentar comportamentos aditivos (chupar gasolina, fumar cigarros, beber álcool).

5.1.3. ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA

Face a um “ambiente hostil” (Pirot, 2004: 89), a criança desenvolve um conjunto de estratégias para poder sobreviver, no sentido de se manter em vida. Está aqui em jogo a lógica da reprodução física, que assenta em mecanismos de subsistência, por um lado, e em mecanismos de protecção (da sua integridade física), por outro.

5.1.3.1 MECANISMOS DE SUBSISTÊNCIA

As crianças que vivem na rua dependem de si próprias para satisfazer as suas necessidades básicas. A alimentação está entre as necessidades mais imediatas e talvez por isso seja a mais referida pelos entrevistados, que recorrem a um conjunto de práticas a fim de assegurar a sua subsistência.

Pedir esmola

É uma estratégia utilizada sobretudo pelos mais pequenos, cuja tenra idade suscita a compaixão dos transeuntes. Para que se revele uma estratégia eficaz, a criança tem que mudar de localização frequentemente e percorrer diferentes locais na cidade, sabendo que não resulta pedir sempre às mesmas pessoas: “se vieres pedir aqui hoje, amanhã tens que pedir noutra sítio” (DP, 19 anos).

¹¹⁰ Pirot identifica cinco categorias de necessidades: “survie; protection; enrichissement de la vie; divertissement et épanouissement” (2004 : 50)

Fazer biscates

Lavar louça, carregar mercadorias, *zungar*¹¹¹, são outra forma de conseguir géneros alimentícios ou algum dinheiro que os permita comprar:

- Quando eu andava pela rua, às vezes pedia comida nas madres. Fazia um pequeno biscate, um trabalhozito, ela pagava-me com um quilo de fuba (MS, 19 anos, 03-09-2012)
- Carregava [Transportava mercadorias] para encontrar alguns lucros para me alimentar (LK, 17 anos, 30-08-2012).
- Depois dali, fiquei na Alemanha [mercado] com os outros (...) lá vendíamos roupa, zungávamos. Depois dali... vínhamos aqui, chegávamos aqui às vezes às 16, 17, 18 horas. Comprávamos comida para comer (D., 12 anos, 29-08-2012).

Juntar-se a outras crianças

Não andar na rua sozinho e juntar-se a outras crianças é antes de mais uma questão de subsistência, podendo no entanto ajudar a colmatar também algumas necessidades afectivas. Actuando com base na reciprocidade, integrar um grupo é uma forma de garantir alimentos nos dias maus:

- Quando estamos mesmo em grupo, ajudamos uns aos outros. Por exemplo, se nos encontramos assim num sítio: fulano, hoje quanto cobraste? Quando um não tem, o outro que tem dá (MO, 17 anos, 27-08-2012).

A pertença a um grupo de pares e a cooperação inserem-se no que Pirot chama de “estratégias colectivas de sobrevivência” (2004: 89). O grupo actua como rede de suporte e joga um papel importante em termos de subsistência, podendo também assumir um papel protector (Ennew e Swart-Kruger, 2003). De dimensão relativamente pequena (varia entre 3 e 6), por vezes nem chega a ser um grupo mas apenas uma dupla. O funcionamento do grupo vai depender da sua composição, e nomeadamente das idades respectivas dos seus membros. Se houver um mais velho¹¹², é provável que este proponha assegurar a segurança dos mais novos em troca de alimentos.

Como vimos anteriormente, juntar-se a outros possibilita uma divisão do trabalho e uma rentabilização dos esforços. Sendo uma relação utilitária mais do que identitária, os grupos tendem a ter um carácter temporário. Nesse sentido, é mais correcto falar em “quase grupo” (*near-group*¹¹³), tendo em conta a sua estrutura pontual, aberta e retractiva, que assenta em recursos mobilizáveis com

¹¹¹ Deriva de zunga (kimbundu), que significa andar, deambular. Zungueiro é o vendedor ambulante e zungar o acto de vender na rua (comércio informal).

¹¹² Outras pesquisas com crianças em situação de rua observam que existem relações de poder entre os mais velhos e os mais novos, os primeiros aproveitando a superioridade física para submeter os segundos (Evans, 2006).

¹¹³ De acordo com Lucchini, o “near-group” caracteriza-se pelos seguintes elementos: definição difusa dos papéis, coesão restrita, carácter transitório, consenso normativo mínimo, pertença instável ao grupo, expectativas limitadas para com os membros do grupo (1993: 79.).

vista à realização de objectivos específicos (Lucchini, 1993: 79). A mobilidade que caracteriza estes quase grupos leva Lucchini a concluir que a criança/jovem não pertence mas apenas frequenta o grupo (idem, p.80).

5.1.3.2. MECANISMOS DE SEGURANÇA

De acordo com Pirot, o que escasseia na rua não são os bens materiais mas os bens imateriais como a segurança (2004: 83). Viver na rua significa estar desprotegido, sobretudo para uma criança que não dispõe da protecção de um adulto, é-lhe por isso necessário activar os seus próprios mecanismos de segurança, dos quais se dão alguns exemplos aqui.

Abrigar-se em locais de difícil acesso

Os locais mais seguros para dormir são geralmente os locais mais inacessíveis. Assim, no Huambo algumas das crianças que vivem na rua têm por hábito subir aos andares mais altos dos prédios abandonados. Prédios inacabados ou destruídos, com muitos andares, como o FAPA, constituem um bom refúgio. São geralmente prédios sem luz, nem água, nem corrimão, tornando maior o perigo de quem por lá se aventurar.

Juntar-se a outras crianças

Para além de contribuir para aumentar as hipóteses de subsistência, pertencer a um grupo é também uma forma de se proteger e encontrar um sentimento de segurança. Estar em grupo permite, entre outras coisas, dar o alerta em caso de perigo (uma rusga da polícia, por exemplo).

Ter vários nomes

Praticamente todos os jovens contactados durante a pesquisa no terreno têm um nome de rua (alcunha), ou até mais do que um. O nome que consta no documento de identificação é apenas utilizado para os contactos formais com a administração, para fazer a matrícula na escola, por exemplo. É geralmente conhecido pelo nome de rua – atribuído pelos amigos, familiares ou escolhido pelo próprio. Pode ser simplesmente o apelido ou um nome que remeta para uma competência específica – como jogar futebol, por exemplo – ou algo que o jovem gosta de fazer. Assim, o nome de rua cumpre uma função de socialização, mas constitui também uma forma de se proteger e fugir da polícia, como explica um dos jovens entrevistados:

- Nós temos isto do apelido devido por vezes àquela confusão que há por vezes entre amigos, alguém que tem um nome idêntico ao teu nome e pode fazer confusão. Se calhar a polícia pode vir e apanhar-te. Então se tiveres dois nomes, uma alcunha, podem vir e dizem: “não, eu sou fulano tal”, e eles ficam sem saber (AO, 18 anos, 29-08-2012).

Lucchini fala em “estratégia de camuflagem” (1993: 65). A criança pode manipular não só o nome mas também a sua idade, tendo em conta que, na rua, a aparência conta mais do que propriamente a idade. Esta é também uma forma de reivindicar uma esfera pessoal: a criança só se confia a quem quiser, se quiser, a decisão é sua (idem, p.62-66).

O recurso a nomes, e portanto identidades, diferentes insere-se no que Goffman (1973) designou de “representação do eu” que se articula em torno da tensão entre o “eu íntimo” e o “eu social” (p.59), variando a representação de acordo com o público.

5.1.4. OS SIGNIFICADOS DA RUA

A rua não é um lugar unívoco. O significado que lhe é atribuído varia de acordo com as experiências ali vividas, mas também está relacionado com aquilo que o espaço familiar representa. Assim, para quem sofreu maus-tratos em casa, ficar na rua é uma forma de romper com a violência e significa alívio, paz, liberdade, estar à vontade, isto é, decidir por si:

- Uma pessoa está na rua, sente-se à vontade (MO, 17 anos, 27-08-2012).
- Numa noite ficámos tipo sem-abrigo, perdemo-nos eu e o meu irmão, então passámos acho que dois dias na rua. E mais incrível, posso resumir, que naquele momento parece que sentimos uma paz, sentimos uma liberdade, uma liberdade na rua. Era mais fácil, mais bom para nós viver na rua, não tínhamos um abrigo, não tínhamos uma casa, mas se calhar era melhor ficar ali porque não há maus-tratos, você é dono quase da sua própria vida, não há quem te perturba, então tínhamos mais paz na rua do que na minha casa (TB, 21 anos, 28-08-2012).

Contudo, para a maior parte dos jovens entrevistados, a rua está associada a um conjunto de sentimentos negativos, como o medo, a solidão, o sofrimento :

- Dormíamos num sítio sujo, num sítio sujo mesmo, com muito frio. O sítio onde nós dormíamos é um sítio...é um sítio...dá medo! Dormíamos numa carruagem (...) na paragem de comboio. Por volta das 8horas, vinha a polícia, rodar, ver quem está ali. Aí eu sempre rezava, por favor, não quero que aconteça nada comigo, eu não sei se aqui tem cobra, eu não sei.. não sei se tem bandido (MS,19 anos, 03-09-2012).
- Não ter alguém que me console, isso foi o mais difícil (...) À primeira oportunidade, eu aceitei porque o sofrimento já era demais (LX, 18 anos, 28-08-2012).

A rua reveste uma heterogeneidade de significados que Lucchini resume da seguinte forma: “La rue est – par définition – ambivalente car elle est un mélange de contraintes et de libertés, de violence et de complicité, de dangers et de sources de survie.” (1993: 65)

Mas viver na rua significa também não ter acesso a um conjunto de direitos (educação, protecção, saúde), a ausência de rumo e de perspectivas futuras:

- Nós normalmente quando estamos na rua, andamos à toa (MO, 17 anos, 27-08-2012).

- Não tem futuro (...) Na rua não tem sítio para se proteger. Sítio tem, mas são sítios sujos. São sítios sujos. São sítios sem cuidado, são sítios que não têm água e é triste, é muito triste mesmo. Com aquele frio, é muito triste (MS, 19 anos, 03-09-2012).

- Na rua, o futuro é roubar. (PR, 14 anos, 29-08-2012)

Por outro lado, a rua é palco de violência, física e verbal, exercida pelos pares, por outras crianças que não vivem na rua, por adultos a quem pedem esmola, pela polícia:

- [As pessoas] diziam coisas que não podem dizer a uma criança, alguns davam chapadas naquele tempo (DP, 19 anos, 27-08-2012).

- A polícia chega aqui [no Jardim da Cultura], só porque os putos são putos de rua, pega e leva. (...). Apanham paulitadas, chicotes, e depois põem-nos na rua de novo (Sónia Ferreira, Coordenadora Geral da Okutiuka, 30-08-2012).

As paredes dos últimos andares do prédio FAPA¹¹⁴, testemunham da violência vivida pelas crianças de rua, nomeadamente a violência armada e violência sexual. Estão cobertas de *graffiti*, palavras e desenhos que delimitam o território e simultaneamente permitem exprimir emoções e vivências de quem por ali passou.

5.1.5. SAIR DA RUA: OS MOTIVOS E AS ALTERNATIVAS

Sair da rua é, segundo Lucchini, a última etapa da “carreira da criança de rua”¹¹⁵ (1993: 228). A saída da rua é, nalguns casos, fruto das circunstâncias, mas outras vezes é desejada pelas próprias crianças que procuram uma alternativa a uma vida que percebem como caminho certo para a marginalização. O vocabulário utilizado para caracterizar quem vive na rua é disso exemplo: delinquente, drogado, bandido, malandro. Uma visão também reflectida nos discursos dos jovens entrevistados:

[- Qual o futuro das crianças que ficam na rua muitos anos?] - Não acho uma coisa boa. Porque aquele que fica na rua muitos anos torna-se delinquente, não respeita os mais velhos, já não quer saber mesmo de nada, só quer fazer o que lhe dá [na cabeça] (DP, 19 anos, 27-08-2012).

- A vida deles é terrível. Pessoas que quando eu estava com elas pela rua, não bebiam, agora já bebem, já consomem droga e outras coisas (MO, 17 anos, 27-08-2012).

- Eu vivi essa vida. Mas vi que essa vida está mal. Está mal essa vida, está mal (...) [Os amigos que ficaram na rua] estão estragados (LK, 17 anos, 30-08-2012).

¹¹⁴ O Anexo D inclui algumas fotografias do interior do prédio da FAPA tiradas pela investigadora durante o trabalho de campo.

¹¹⁵ Segundo Lucchini, a “carreira” compreende quatro etapas, vividas de modo específico por cada criança: i) afastamento progressivo de casa e ida para a rua; ii) a rua observada: momento de transição ao mesmo tempo que mantém uma certa distância; iii) a rua alternada: assume a rua com as suas contradições; iv) a rua recusada: reconhece que a rua não oferece perspectivas e procura alternativas (1996: 146).

São discursos congruentes com as observações de Ruth Evans, que realizou uma pesquisa etnográfica com crianças e jovens que viviam na rua na Tanzânia na qual explorou a sua auto-percepção, e concluiu que “they seemed to have internalised negative connotations of ‘street life’ dominant in the wider community, accepting the normative view that street life is morally ‘bad’” (2006: 113). A interiorização de tais conotações influencia negativamente a sua identidade e auto-estima.

Do mesmo modo que optaram por viver na rua para romper com a violência familiar ou procurar uma alternativa à miséria e à fome, as crianças também decidem sair da condição de “criança de rua” e procuram activamente uma forma de o fazer:

- (...) daí eu decidir: não quero estar mais na rua. Não quero viver mais na rua (MS, 19 anos, 03-09-2012).
- Nós, ouvíamos por alto outro pessoal que andava também ao mercado dizer: tem um lar assim no sítio tal no bairro x, a dona do lar chama-se Sónia, não sei quê. Nós então fomos investigando e ao outro dia encontrámo-nos com a Sónia (DP, 19 anos, 27-08-2012).

No que segue, são apresentados os motivos que levam as crianças a querer sair da rua e as alternativas ou respostas sociais disponíveis no contexto do Huambo.

Os motivos

Na rua, a criança tem de lutar para se alimentar, tem de estar sempre em alerta para se esquivar às rusgas da polícia e às ameaças dos mais velhos que se aproveitam da sua força para roubar os mais novos (Pirrot, 2004: 89). Por outro lado, percebe que a sua condição “de rua” a exclui de certos direitos como, por exemplo, do ensino.

- Você pensa na escola, tem vontade de estudar, mas vai estudar como? Estou com a roupa suja, estou com o cabelo sujo. Estou com o sapato... estou sujo, não consigo. Eh pá, o corpo está sujo, está a cheirar muito mal, está cheirar a suor. (..) Essa vida [na rua] não está nada boa. Não está mesmo nada boa (MS, 19 anos, 03-09-2012).

Este sentimento de exclusão é acentuado pelas reacções e olhares das pessoas que cruza na rua e das outras crianças que estão inseridas em famílias. O olhar do Outro – inserido socialmente – sobre a criança de rua – des-inserida ou des-afiliada¹¹⁶, no sentido de Robert Castel (1994) – é por vezes repulsivo e violento, outras vezes condescendente e caridoso:

- [As pessoas] diziam coisas que não podem dizer a uma criança, alguns davam chapadas naquele tempo. Nesse momento, tens que sair daquele sítio, ir para outro lugar. Outra pessoas até sentem pena, levam-te para casa delas, dão-te comida, roupa, mas depois tens que sair de lá (DP, 19 anos, 27-08-2012).

¹¹⁶ Castel define o conceito de desafiliação como resultante de um duplo processo de abandono/afastamento em dois eixos estruturantes da vida social: integração pelo trabalho e inserção relacional (1994: 13). Podemos considerar que tal grelha de leitura se adapta à realidade aqui estudada, substituindo o trabalho pela escola – esta é afinal o “trabalho” das crianças no contexto da infância global.

As crianças que vivem na rua reflectem a incapacidade da sociedade em dar resposta a um número – suficientemente elevado para ser visível – de jovens que carecem de enquadramento (laços sociais e afectivos) proporcionado pela família ou por outros adultos. Estão por isso a crescer à margem das estruturas de controlo da infância, pelo que representam um terreno potencial para percursos de delinquência e marginalidade, o que suscita respostas normativo-agressivas, por parte da polícia nomeadamente:

- A polícia chega aqui [no Jardim da Cultura], só porque os putos são putos de rua, pega e leva. (...) A polícia pega, leva os miúdos para a cadeia, põe-nos a dormir na cadeia, de manhã têm que lavar latrinas, lavar casas de banho, varrer tudo, cortam-lhes o cabelo mal e porcamente com cacos ou simplesmente com uma tesoura sem estética, mesmo aquela violência de desprezo, de espezinhar, de abusar (Sónia Ferreira, Coordenadora Geral da Okutiuka, 30-08-2012).

Para além da polícia, que opera como força de limpeza no centro da cidade, numa lógica de reconstrução e apagamento dos danos causados pela guerra, para além de alguns transeuntes que se aproveitam da relação de poder adulto/criança para agredir, quem vive na rua tem ainda que enfrentar a violência exercida por parte de outras crianças e jovens em situação de rua, geralmente mais velhos, como conta PR:

- (...) procuras comida para ti, mas quem vai comer não és tu, é outra pessoa.

[- Quem?]

- Os mafiosos. Os que fumam...

[- Quer dizer que entregas a comida a outra pessoa?]

- Não.

[- Não percebi.]

- É assim: pegas comida para ti, uma pessoa vem e chumba. E depois dizes que não, que queres comer, vamos só partilhar, mas ele não aceita. Tu que trabalhaste e fizeste todo o esforço, não vais comer nada (PR, 14 anos, 29-08-2012).

A violência recorrente e a falta de segurança são elementos catalisadores para a procura de alternativas à rua que permitam simultaneamente aceder aos domínios da protecção e da educação, duas das necessidades que as crianças mais dificilmente conseguem cobrir por elas próprias.

As alternativas

As alternativas à rua não são numerosas. Para além da Okutiuka, única ONG que dá apoio a crianças *de* rua e crianças *na* rua no Huambo, existe um conjunto de organizações ligadas à igreja ou ao governo. Os jovens referem “o lar do Padre Abreu”, a “Cruz Vermelha” e “as Irmãs que é só para meninas” – trata-se do Centro de Acolhimento de Meninas Omwenho-Ukola.

O Padre Abreu é a pessoa responsável pelo Centro de Acolhimento Criança Feliz, que fica na zona do aeroporto e é a instituição mais conhecida e citada quando se pergunta a alguém sobre organizações que apoiam crianças de rua no Huambo.

Antes de conhecerem a Okutiuka, PR, 14 anos, foi residente no Centro Criança Feliz e MO, 17 anos, passou pela Cruz Vermelha. PR, institucionalizado pela mãe, optou pela rua, onde viveu cerca de um ano, porque “vi que lá tem muito malandro, decidi sair de lá. (...) Fiquei lá dois meses e depois sai”. Também MO preferiu a vida na rua, sabendo que não teria alimentação garantida porque “na rua, sente-se à vontade” e acrescenta:

- Vivi algum tempo lá, na Cruz Vermelha. Acho que um mês e tal. Porque a Cruz Vermelha tinha como missão tirar alguns meninos da rua e ficar lá com eles. (...) Mas depois decidimos não ficar, havia muito trabalho, tivemos que sair dali, alguns fugiram. (...) Trabalhávamos assim muito. (...) Como lavar os carros da Cruz Vermelha e arrumar bué de sacos (...) porque a Cruz Vermelha normalmente distribuía a comida noutros sítios e quem arrumava aquilo éramos nós. Então, nós todos, decidimos sair de lá. A alimentação não faltava, só que havia muito trabalho. Foi o trabalho que nos fez sair de lá. (...) Na Cruz Vermelha era demasiado. Tínhamos de dormir numa cama 3 pessoas (MO, 17 anos, 27-08-2012).

Pela descrição de MO, percebemos que a visão desta instituição sobre o cuidar é substancialmente diferente da visão da Okutiuka. Fornece um tecto e comida, numa perspectiva assistencialista de protecção meramente física que não é acompanhada do desenvolvimento afectivo e emocional da criança, não respondendo a todas as suas necessidades.

Ao nível das respostas institucionais na cidade do Huambo, podemos ainda referir a Casa dos Rapazes dirigida pelo Padre Marcelino, e o Lar dos Pequenininos, que é gerido por madres e acolhe crianças abandonadas ou órfãs, dos zero aos cinco anos, que são depois encaminhadas para outro centro de acolhimento no município vizinho da Caala.

5.1.6.A CRIANÇA ENQUANTO ACTOR SOCIAL

Na análise das entrevistas realizadas, é manifesta a afirmação das crianças enquanto sujeitos autónomos capazes de tomarem opções de acordo com o que consideram ser melhor em determinada situação.

- *Eu peguei no meu irmão mais pequeno e ausentamo-nos de casa (...) Nós então fomos investigando e ao outro dia encontrámo-nos com a Sónia (DP, 19 anos, 27-08-2012, ênfase da investigadora).*

- *Depois só sei que a minha mãe veio a descobrir que eu estava aqui e ela quis me bater, mas eu disse que não ia para casa dela, eu já não aceitei (LX, 18 anos, 28-08-2012, ênfase da investigadora).*

- *(...) daí eu decidir: não quero estar mais na rua. Não quero viver mais na rua (MS, 19 anos, 03-09-2012, ênfase da investigadora).*

- *Eu estava no Padre Abreu, ali no aeroporto. Depois vi que lá havia muito malandro, decidi sair de lá. Fiquei na rua (PR, 14 anos, 29-08-2012, ênfase da investigadora).*

Os verbos utilizados pelos jovens referem-se a decisões tomadas pelos próprios em momentos críticos das suas vidas. Denotam determinação e audácia e comprovam que “children are also capable of exercising power despite being in situations of being less powerful” (Evers et al., 2011: 12).

Estes exemplos testemunham capacidades de escolha, *agency* e resiliência e contrariam a habitual perspectiva de vitimização sobre as crianças africanas.

5.2. O RECURSO À OKUTIUKA COMO ESTRATÉGIA DE INSERÇÃO (E ASCENSÃO) SOCIAL

Recorrer a uma instituição que acolhe ou apoia crianças em situação de rua é uma das formas de sair da rua. E esta foi a principal saída procurada pelos jovens entrevistados. Como vimos, em certos casos, a Okutiuka não foi a primeira tentativa de inserção institucional, tendo os jovens optado por ir embora quando não se sentiam tratados com respeito.

Viver na Okutiuka garante-lhes acesso a um conjunto de direitos (ensino, saúde) e bens materiais e imateriais (alimentação, segurança, afecto) que possibilitam uma inserção social e uma auto-imagem positiva. Desta forma, a Okutiuka insere-se nas estratégias de sobrevivência, numa lógica de reprodução social e, até, de promoção social – uma aspiração perceptível na forma como estes jovens se projectam no futuro.

5.2.1. INSERÇÃO ESCOLAR

Viver na rua torna difícil o acesso a um conjunto de bens, serviços e direitos, nomeadamente ao ensino. De facto, grande parte dos jovens entrevistados nunca tinha frequentado a escola antes de residir na Okutiuka. O apoio da ONG, ao nível administrativo e financeiro, no momento de fazer a matrícula foi determinante, possibilitando-lhes uma inserção escolar que lhes tinha sido negada por não terem cédula¹¹⁷, por exemplo.

Constatamos que, para muitos destes jovens, a integração no sistema escolar foi tardia e o primeiro contacto que tiveram com o ensino fez-se através da Okutiuka que providencia alfabetização e apoio escolar – foi o caso de AO, DL, DP, LK, MO e MS. É por isso frequente haver uma certa discrepância entre a idade e o nível de ensino: é, por exemplo, o caso de DP que tem 19 anos e está no 8º ano, de LX que tem 18 anos e está no 9º ano e de MS que tem 19 anos e está no 4º ano.

- (...) ali no Centro [da Okutiuka] havia escola. Fizemos lá a iniciação e a 2ª classe. A 3ª classe fizemos nas escolas públicas. (...) Agora estou na 11ª (DL, 23 anos, 26-08-2012).

- Comecei aqui, na Okutiuka. Ainda estou [na escola]. Estou na 4ª classe (MS, 19 anos, 03-09-2012).

¹¹⁷ De acordo com o IBEP 2008-2009 : “em Angola, e apesar da gratuitidade do registo, apenas uma em cada três crianças até aos cinco anos de idade tem registo de nascimento. A insuficiente disponibilidade de serviços, os custos elevados destes e a baixa percentagem de agregados que tem conhecimento dos procedimentos correctos para registo, [são] apontados como as principais razões para as crianças não possuírem registo” (INE, 2011: x).

Alguns já tinham sido escolarizados, mas a passagem pela rua interrompeu os estudos, porque ir à escola requer “condições” que permitam acarretar os custos que a matrícula implica¹¹⁸ e pagar a “propina”, como explica LX:

- Eu ia à escola, só que por causa das sarnas que apanhei e da propina, desisti, ninguém me dava propina. (...) Era preciso pagar, provas, contribuições... [estava na 4ª classe]. Depois continuei a estudar. Lavava a loiça ali numa barraca, guardei o dinheiro e matriculei-me de novo. Isso tudo sozinho já. Consegui, estudei e aprovei a 5ª (...) Depois desisti de novo. Porque de novo já não havia condições. Até que consegui chegar aqui no Centro [da Okutiuka] e reactivar o ano lectivo (LX, 18 anos, 28-08-2012).

Apesar de a gratuidade do ensino primário estar inscrita na lei, na prática, frequentar a escola acarreta diversos custos para as famílias, como explica Marcos Cassango, Professor de explicações na Okutiuka: “Actualmente nas escolas, principalmente nas escolas primárias, exigem mesmo que as crianças vão de roupa limpa, bata, tem custos.” Por outro lado, os professores solicitam aos alunos pequenas contribuições monetárias para paliar as insuficientes estruturas escolares que deveriam ser suportadas pelo Estado:

- Especialmente, temos escolas que pedem contribuições. Nós cá mesmo já temos vivido esse problema, às vezes os alunos vêm: ó Professor, pediram 200 Kwanzas para contribuir para um quadro, pediram 200 Kwanzas para contribuir para carteiras, então são coisas que às vezes, quando os pais não têm como ajudar a dar esse dinheiro, então a criança desiste simplesmente. Porquê? Porque na escola pediram, ele não deu, então a professora já não permite entrar na turma da aula porque não contribuiu (Marcos Cassango, Professor de explicações na Okutiuka, 21-08-2012).

Para as famílias mais carenciadas, estes custos são incomportáveis, o que leva algumas crianças a sair da escola, por falta de condições económicas. No caso das crianças que residem na Okutiuka, é a ONG que assegura os custos inerentes à sua escolarização – documentação (cédula), bata, pequenas contribuições – possibilitando-lhes as condições necessárias para frequentarem a escola. Este foi aliás o motivo que levou PR até à Okutiuka:

[- Porque foste viver para a Okutiuka?] - Porque eu não tenho cédula. E disseram que na Okutiuka você pode estudar. Pode estudar, tratam da cédula para ti. (...) Foi por isso que cheguei à Okutiuka (PR, 14 anos, 29-08-2012).

¹¹⁸ Apesar do Artigo 7º da Lei de Bases do Sistema de Educação (Lei Nº13/01 de 31 de Dezembro) garantir a gratuidade do ensino primário, isto é, “a isenção de qualquer pagamento pela inscrição, assistência às aulas e o material escolar”, os encarregados de educação têm que fazer face a uma série de custos inerentes à escolarização das crianças, como a cédula, por exemplo. Sónia Ferreira, Coordenadora Geral da Okutiuka, dá um exemplo de outros custos que acabam por motivar o abandono escolar: “As escolas públicas são muito repressivas, se o aluno não tiver bata, vai e às vezes não entra, expulsam-no, então ele já sabe: bom, ainda não consegui a bata, então não vale a pena ir para a escola. Então perde às vezes uma semana de aulas. Quando volta, para justificar as faltas, tem que pagar os justificativos. São 5 faltas são 50 Kwanzas”.

Para as crianças que nunca tinham sido escolarizadas, a adaptação a uma vida de regras e rotinas a que obriga a frequência da escola nem sempre é pacífica, como contam alguns dos jovens entrevistados:

- Quando comecei a ir à escola, foi difícil adaptar-me. Às vezes saía daqui, ia para a escola, mas não chegava à escola. Ficava num sítio a brincar, brincar, brincar, até que dava a hora de saída da escola, tinha que voltar. Às vezes chegava mesmo à escola. Chegava à escola mas não entrava, ficava no quintal (DP, 19 anos, 27-08-2012).
- Eu dantes fugia da escola, não gostava de estudar (...) Uma pessoa quando cresce na rua, a habituação é diferente. Não se habitua do dia para a noite. Quando cheguei aqui, não estava a enquadrar-me no ritmo. Então, eu e os meus amigos fugíamos um pouco da escola (LK, 17 anos, 30-08-2012).

Estas fugas resultam da não aprendizagem de um conjunto de regras por serem crianças que viveram um período na rua, sem qualquer enquadramento a nível educativo, mas também da influência do grupo:

- Fugia com os meus amigos, que vinham aqui ter comigo e andávamos na rua, mas depois, em 2004, começámos a dar-nos conta, vimos que era muito tarde. Eu até me arrependo de ter fugido à escola. (...) Demo-nos conta que era mesmo tarde, começámos a estudar. Só disse mesmo, bati o pé no chão, nunca mais vou reprovar e não reprovei mesmo. Vou continuar assim (LK, 17 anos, 30-08-2012).

Com o tempo, conseguiram adaptar-se. Todos estão hoje inseridos no sistema de ensino e alimentam expectativas de prosseguir os estudos até ao nível médio ou superior. É o caso de AO:

- Fugia de vez em quando à escola, mas com o tempo... Agora já gosto. Estou no 11º ano. (...) Espero avançar mais, estudar mais. [Ir para a faculdade], esse é que é o meu sonho (AO, 18 anos, 29-08-2012).

Neste processo de inserção escolar, o grupo também teve uma influência. No entanto, já não é o grupo dos amigos da rua, mas o grupo dos “irmãos”, que são os outros residentes na Okutiuka, como explica DP:

- A minha atitude mudou quando eu vi que reprovei na 2ª classe. Eu vi os outros aprovaram, os meus irmãos também, fiquei sozinho [na 2ª classe]. Perguntei-me por que é que os outros aprovaram, por que é que eu reprovei. Mas depois estive a pensar: foram as faltas, não me adaptava muito a ir às aulas. Então, decidi, este ano tenho que aprovar, tenho que fazer tudo para os apanhar. (...) Vou agora terminar [o 12º ano], vou terminar, sim (DP, 19 anos, 27-08-2012).

O colectivo joga aqui um papel positivo, de motivação e integração social, contrário ao papel dos amigos da rua, que encaminham para percursos alternativos aos da infância normativizada e enquadrada por adultos através das instituições sociais (rede de parentesco) ou formais (escola, orfanato).

O apoio escolar e o acompanhamento dados pela Okutiuka também se revelam mecanismos importantes na integração escolar destas crianças, uma vez que lhes proporciona enquadramento e

atenção por parte de adultos e cria condições que lhes garantem a transição para o sistema de ensino público:

- Então ao final de algum tempo, quando cheguei, vi o meu resultado, aprovei. Comecei a estudar e até hoje, estou a fazer a 10ª, na escola de formação de professores, estou a seguir mat-física. (...) Aqui [na biblioteca da Okutiuka] já foi escola, no Anfiteatro também já foi escola, e na lavandaria também já foi escola, mas eu estudei no Anfiteatro. Depois quando sai dali fui para a 3ª [classe] (LK, 17 anos, 30-08-2012).

Os estudos são um dos elementos mais valorizados pelos jovens entrevistados, como expressa LK: “(...) os meus estudos, essa é a coisa mais essencial que me dão aqui no Centro.” Essencialmente porque a organização lhes proporciona condições para acederem a uma formação média ou superior, como já aconteceu com vários ex-residentes, que estão hoje empregados ou a estudar na faculdade.

Dez anos depois do fim da guerra, em que o sistema de ensino voltou a funcionar e estar acessível a um maior número, a escola é vista como um meio de inserção e via de acesso a um futuro fora da margem, mas também um meio de promoção social e via de acesso a uma profissão que possibilite o ingresso no mercado de trabalho formal (i.e. jornalista, professor, engenheiro, advogado).

5.2.2. INSERÇÃO FAMILIAR

A Okutiuka proporciona às crianças e jovens residentes o bem-estar físico e emocional que é habitualmente da responsabilidade da família. E, sobretudo, permite-lhes ter uma infância e adolescência consonante com as normas globais¹¹⁹: alojamento, alimentação e cuidados médicos (sobrevivência), educação, lazer, actividades culturais e recreativas, liberdade de religião (desenvolvimento), liberdade de exprimir a sua opinião, de se pronunciar sobre os assuntos que lhe dizem respeito (participação), protecção contra abusos, discriminação e exploração (protecção).

Marcos Cassango, o professor que dá explicações todas as manhãs aos jovens residentes, resume da seguinte forma o impacto que a Okutiuka tem na vida deles:

-Acho que actualmente os jovens que cá temos já não têm aquela necessidade de estar na rua a pedir esmola ou a fazer trabalhos forçados, porque sabem que aqui há um local que lhes dá apoio para eles se poderem desenvolver tanto materialmente como psicologicamente, assim como garantir seu futuro (Marcos Cassango, Professor de explicações na Okutiuka, 21-08-2012).

LK exemplifica por outras palavras a mesma ideia: “Já não [trabalho]. Já deixei de fazer isso porque a Okutiuka me dá tudo o que eu quero. Ya, me dá tudo que o que eu quero, então...”. Actualmente, ainda ajuda o irmão a vender óleo, mas “[s]ó nas férias porque no tempo das aulas não

¹¹⁹ A CDC, documento que colige essas normas, estabelece quatro tipos de direitos fundamentais para as crianças: direito à sobrevivência, ao desenvolvimento, à protecção e à participação.

dá”. Uma opção que só se tornou possível porque já não tem necessidade de se preocupar com o que vai comer cada dia.

Para além de lhes assegurar uma resposta às necessidades de sobrevivência e protecção – alimentação e abrigo – a Okutiuka garante-lhes também condições para se dedicarem aos estudos e para desfrutarem de tempos livres – leitura, música, televisão, desporto, dança, passeios, etc. – contribuindo assim para o seu desenvolvimento cognitivo e pessoal e não apenas físico. E proporciona-lhes também a atenção, a escuta e o afecto que não tiveram nas casas de onde saíram ou noutras organizações por onde passaram.

- Gosto quase de tudo. (...) Pela forma como nos tratam aqui. Pelas brincadeiras. E por outras coisas que temos aqui, coisas boas (MO, 17 anos, 27-08-2012).

- [Estou a gostar de viver na Okutiuka] porque tem as coisas que... tem diversão, bué coisas que tem lá. Posso também aprender muitas coisas lá com a Sónia e com os outros que nunca aprendi (D, 12 anos, 29-08-2012).

- Não existe outro lugar mais seguro que aqui. Há famílias que se calhar não têm segurança, não tem amor, não tem carinho, não tem a felicidade que se encontra aqui. Há pessoas que vivem com o pai, vivem com a mãe, mas não encontram essa felicidade que nós temos, não encontram esse carinho que nós temos. Eles não têm uma vida que nós aqui temos (TB, 21 anos, 28-08-2012, Okutiuka).

- Aqui na Okutiuka tá bom. *Temos tudo*. Estudamos. Eu estudo, estudo. Temos direito ao almoço, temos o direito de jantar, temos o direito ao lanche e temos o direito a roupa e o direito a sapatos. Sim, aqui tá bom, porque nós estudamos, temos jantar, almoço, lanche, roupa, sim, cama, colchão, quarto. Agora aqui já me sinto bastante protegido. Já me sinto *um protegido*, já me sinto *na minha casa*. E eu adoro aqui (MS, 19 anos, 03-09-2012, ênfase da investigadora).

Outro aspecto recorrente nas entrevistas com os jovens é a referência à Okutiuka como sendo a sua “casa”, à Sónia Ferreira como “mãe” e aos outros residentes como “irmãos” – três elementos constitutivos de uma nova “família” que sentem como sua.

- (...) agora o Centro é a minha casa, já tenho aquele ritmo do Centro, aquele ambiente (DL, 23 anos, 26-08-2012).

- A Okutiuka é minha casa, a Sónia é minha mãe, o resto são os meus irmãos mais velhos e mais novos (LX, 18 anos, 28-08-2012).

- Considero como minha família todos os que estão aqui no Centro, que estão a ver como estou a crescer, quais as consequências daquilo por que passei, então considero-os como família (LK, 17 anos, 30-08-2012).

Segundo LK, é família quem nos vê “crescer”. O que é aqui valorizado é a afiliação e não a filiação. Esta é uma família adoptiva aberta: em permanente reconfiguração, com “filhos” que chegam e outros que partem, continuamente. Por outro lado, trata-se de uma adopção de duplo-sentido: para funcionar, não basta a organização adoptar a criança, a criança também tem que adoptar a organização.

As noções de casa, família e parentesco são aqui reconfiguradas e a Okutiuka revela-se ser uma família, onde os mais velhos tomam conta dos mais pequenos e assumem responsabilidades (cozinha, logística, portão, energia, enfermaria) com vista a garantir o bom funcionamento do Centro e onde as tarefas domésticas são divididas entre todos (há escalas semanais para determinadas tarefas: limpeza dos espaços comuns, apoio na cozinha). A Okutiuka não é somente a casa das crianças e jovens que lá residem mas também da fundadora e dirigente da Okutiuka, Sónia Ferreira, que vive no local e cuja cozinha/sala de estar é um espaço aberto (com uma grande porta de vidro que dá para o pátio) onde qualquer um pode entrar a qualquer hora, de dia ou de noite, sempre que necessite conselho ou consolo.

São vários os papéis de Sónia Ferreira, mas o que predomina, aos olhos das crianças e jovens residentes é o de “mãe”, como é frequentemente tratada desde há muitos anos, não só por quem vive no Centro mas inclusive pelos que se encontram na rua, como ela explica:

- Depois de eles saberem que a Okutiuka cuida de crianças de rua e comecem a ver a maneira como eu cuidava deles e levava para o hospital, falava, passava a mão na cabeça, jogos, piqueniques, visitas, roupas, espectáculos, não sei quê. Então pá, pronto, foi assim. Foi assim, começaram a chamar mãe (Sónia Ferreira, Coordenadora Geral da Okutiuka, 03-09-2012).

Os jovens entrevistados são unânimes e reconhecem-na como mãe e substituição:

- Sinto que ela [Sónia] é uma mãe mesmo, para nós todos (DP, 19 anos, 27-08-2012).

- A Sónia é uma mãe que nunca me abandonou. (...) Boa, uma mãe carinhosa, amável que nem sabia se uma dia iria encontrar (LX, 18 anos, 28-08-2012).

- Sónia é mãe (LK, 17 anos, 30-08-2012).

- Me sinto bem, me sinto protegido, me sinto como estou na minha casa, graças à Sónia, a nossa mãe (MS, 19 anos, 03-09-2012).

- Ela é como uma mãe. Uma mãe que nós nunca tivemos na vida (MO, 17 anos, 27-07-2012).

- A Sónia é uma grande mãe para nós (...) Ela é uma mãe, tipo uma mãe galinha que consegue meter todos os filhos nas suas asas. Dá um pouco a cada pessoa. (...) acredito que a vida de cada pessoa aqui tem o nome da Sónia por dentro. Acho que o ser humano nasce com um nome de mãe gravado no coração, acho que esse desejo de mãe que todos nós temos, desde o 1º dia que nós viemos ao mundo, acho que esse nome de mãe mudou para nós, que se chama Sónia (TB, 21 anos, 28-08-2012).

E Sónia corresponde, tratando cada um por “filho”. É uma figura materna muito diferente da que conheceram pelo passado, que não usa a violência para impor respeito e autoridade. Revela-se uma mãe atenta e compreensiva, que está à escuta de cada “filho”, apesar do número, da disparidade de idades, de caracteres e os problemas específicos de cada um: “(...) é uma pessoa que nos conhece. A Sónia sabe o costume, o hábito de cada um”, afirma TB. Assim, ela representa uma pessoa-recurso nos momentos em que necessitam de uma opinião ou conselho:

- Falo das minhas preocupações com a Sónia, a Sónia depois me aconselha, como é que pode ser, como é que não pode ser (...) Ela ouve cada problema de cada pessoa, consegue consolar cada pessoa aqui, consegue nos dizer quando é que nós estamos errado ou quando estamos certo, o que podemos fazer, o que não podemos fazer (DP, 19 anos, 27-08-2012).

- A Sónia é tudo. A Sónia é quem resolve todos os nossos problemas. (...) Os conselhos dela são tudo (MO, 17 anos, 27-08-2012).

Para além de figura materna e conselheira, é ainda uma referência para os jovens, em termos de aprendizagem de valores (persistência, respeito, direitos humanos) e de competências sociais e relacionais (saber-estar e saber-ser):

- A Sónia é uma das pessoas em que... é um exemplo de pessoa para nós, uma das coisas que mais admiro na Sónia, é uma pessoa muito inteligente. Se luta por uma coisa, um objectivo, acho que a Sónia não larga enquanto não alcança esse objectivo. A Sónia é *fonte de inspiração* de cada um de nós (...) então uma pessoa como ela que está no meio de nós, ensina-nos como nos defender, ensina-nos como defender os direitos humanos (TB, 21 anos, 28-08-2012, ênfase da investigadora).

Para que a Okutiuka seja percebida como uma família de substituição contribuem também a satisfação das carências afectivas que se reflectem ao nível da auto-estima. Enquanto na rua prevaleciam sentimentos de solidão, rejeição, incompreensão, em relação à Okutiuka exprimem sentimentos de escuta, confiança e consideração pela sua individualidade – algo que está patente no apoio que recebem por parte da organização, que os incentiva a dar azo às suas aspirações, no campo da música, desenho ou futebol, por exemplo, e que, por outro lado, defende os seus direitos na escola, no caso de serem tratados de forma injusta pelo professor. Como frisaram Poitou e Marguerat, a atenção é a condição prévia ao acolhimento (1994: 113). Como vimos, MO decidiu sair de um outro centro de acolhimento onde permaneceu cerca de um mês, não por falta de condições materiais, mas sim porque faltava o cuidar.

5.2.2.1. RECUPERAÇÃO DE LAÇOS FAMILIARES

Com a paz, foi possível aos deslocados internos regressarem às suas terras, possibilitando o reencontro de famílias separadas pelo conflito. Dez anos depois, apesar de terem cessado os programas de apoio à pesquisa e reencontro de familiares, há quem não tenha desistido de procurar. Assim, TB conheceu recentemente os primos e a avó que vivem no Bié e que vieram procurá-lo:

- Eu não sabia se a minha avó vivia, se já tinha morrido. Eles também não sabiam se eu também já tinha morrido, porque na rua, naquele tempo... eles imaginavam que eu já estava morto mas alimentavam uma esperança que estivesse vivo (...) É bom saber... dá aquela sensação de saber que alguém te procura, alguém se importa contigo (TB, 21 anos, 28-08-2012).

Por outro lado, a Okutiuka promove a manutenção e a recuperação dos laços familiares das crianças e jovens cujas famílias são conhecidas e estão estabelecidas no Huambo. É o caso de LX que se mostra relutante em visitar a mãe porque esta lhe batia:

- Mantenho contacto sim [com a mãe. Vou lá visitá-la] devido à Sónia. (...) A Sónia me incentiva a ir lá visitá-la, então eu tenho só que obedecer. Se não obedecer à Sónia, então não teria que obedecer a nada do que ela me diz (LX, 18 anos, 28-08-2012).

Este incentivo a uma reaproximação com a família de origem pode ser lido numa lógica de reinserção social, mas também numa lógica de construção da paz, porque aceitar o presente passa por compreender o passado:

- Nem sempre estão entusiasmados e quando é assim só falo que devem tentar entender que as famílias também têm traumas que as levam a ter os comportamentos que têm. Incentivo a visitar as famílias porque eles sentem falta de uma verdadeira família, e porque eles precisam de perceber aos poucos e melhor os motivos pelos quais estão desligados. Quando percebem, perdoam ou não, limpam-se de um mal ou não, e vivem melhor com as suas realidades (Sónia Ferreira, Coordenadora Geral da Okutiuka, 03-09-2012).

Uma reintegração familiar é no entanto muito rara, não sendo desejada por nenhuma das partes. A criança/jovem não quer correr o risco de sofrer novas rupturas de percurso e voltar a “passar por tudo de novo”, considerando que “a Okutiuka oferece, sim, melhores condições de formação, protecção, liberdades, educação”, explica Sónia Ferreira. E acrescenta que “[a]s famílias também sentem isso”, porque perante as dificuldades económicas, que obrigam geralmente à mobilização de todos os elementos do agregado familiar, é improvável poderem garantir aos jovens condições idênticas às oferecidas pela Okutiuka.

5.2.3. INSERÇÃO SOCIAL

Para Paugam (1996a), a exclusão não é um estado mas o resultado de um processo de precarização ao longo do qual os laços sociais se vão fragilizando (p.4). Castel fala na exclusão como o “fim de um percurso” (1994: 11). Nesse sentido, podemos entender exclusão e inserção como dois pólos de uma mesma trajectória.

O perigo das categorizações é considerá-las estáveis quando são apenas o resultado da fixação do olhar num determinado momento, em jeito de *cliché* fotográfico que passa depois para a linguagem comum. Contudo, “o que parece estável é, na realidade, muitas vezes evolutivo” (Paugam, 1996b, 569). Com efeito, os dados recolhidos revelam que os jovens entrevistados foram percorrendo esse *continuum* da exclusão/inserção e estão hoje mais afastados da zona de desafiliação. De crianças vulneráveis e marginalizadas passaram a jovens socialmente inseridos, que partilham uma experiência comum de ruptura dos laços familiares (inclusive com a família alargada) e de vivência, por um

tempo, à margem das instituições de socialização (escola) – no entanto, esta situação de não escolarização não era rara em Angola durante a guerra.

São indícios da sua inserção social: as práticas desportivas e recreativas¹²⁰, os namoros e as amizades. No que toca ao desporto e outras actividades recreativas, a Okutiuka tem como prática envolver também crianças e jovens externos à ONG, o que facilita a criação de laços com pessoas de outros contextos sociais. As “Estrelinhas da Okutiuka” são o exemplo disso: é uma equipa de futebol composta por crianças residentes na organização que inclui crianças do bairro¹²¹. A mesma prática se aplica ao grupo carnavalesco¹²² que é misto (rapazes e raparigas) e envolve mais de cem crianças, muitas das quais vindas de fora. Os namoros não foram um tema explorado pela investigadora, contudo durante o trabalho de campo foi possível observar um constante vaivém de raparigas para visitar os residentes e com as quais estes saíam passear, em grupo ou aos pares. Quanto aos amigos, não é raro que seja “pessoal também de fora” (DP, 19 anos, 27-08-2012). A forma de encarar e gerir essas amizades varia bastante: há aqueles cujos amigos frequentam a Okutiuka e aqueles que preferem que os amigos não saibam onde vivem: “Nem todos conhecem aqui. Prefiro que eu fique mais em casa deles do que aqui” (AO, 18 anos, 29-08-2012). Um dos motivos apontados é não querer suscitar sentimentos de compaixão: “Eu não tenho vergonha de poder contar da minha própria vida, é a realidade. Mas também não quero, às vezes evito, porque não quero que as pessoas tenham aquela sensação de pena” (TB, 21 anos, 28-08-2012). A forma de gerir as relações é reveladora de uma vontade de “quere[r] estar inseridos, integrados. Não se querem sentir à parte.” (Sónia Ferreira, Coordenadora Geral da Okutiuka, 03-09-2012)

Nesta perspectiva, as práticas de consumo cultural constituem pistas para explorar. As referências e gostos em termos de música e moda parecem inscrever-se na corrente *mainstream*: os jovens residentes na Okutiuka preocupam-se, por exemplo, em ter *swag*¹²³ e tentam acompanhar a evolução das novas tecnologias de comunicação (i.e. ter uma conta na rede social Facebook), apesar das condicionantes monetárias¹²⁴ que tornam difícil o acesso à internet. Estas práticas são reflexo do processo de globalização cultural, do qual estes jovens participam:

¹²⁰ Ver Anexo D, fotografias Nº 12 e seguintes

¹²¹ Em Agosto de 2013, a equipa “Estrelinhas da Okutiuka” participou no Campeonato Nacional de Futebol Infantil (dos 14 jogadores, 8 eram da Okutiuka e 6 de fora).

¹²² Ver Anexo D, fotografia Nº 15

¹²³ “O *swag* é a pausa, o *swag* é a postura, o estilo”, conta M., 19 anos. Para ele, ter *swag* é ter estilo, o que se traduz em “saber estar” e “saber vestir”. “O *swag* não precisa de ser caro”, acrescenta, mas requer uma atenção ao detalhe: “o vestuário conta muito”, mas também os acessórios (óculos, chapéu, pulseiras, missangas), o penteado (escovinha semi-cheia, galo, laminagem, queimar o cabelo), as tatuagens, o calçado e, sobretudo, “saber combinar” (entrevista colectiva com BS e M., 18 e 19 anos, 29/8/2012, Huambo). Ver Anexo D, fotografias 21 a 23.

¹²⁴ Para poder “consumir” (comprar acessórios, ir ao *cyber* ou ao barbeiro, etc.), os jovens procuram forma de arranjar algum dinheiro fazendo pequenos trabalhos fora das horas de escola, como estafeta,

Angolan young people are also contributors to this new, *modern* Angolan culture, creating new forms of social and cultural interaction. In the urban provinces where the war played out, young people are now eager to participate in this new culture, particularly as it relates to more access to information, entertainment and services (Rodrigues, 2010: 175, ênfase da autora).

Por outro lado, práticas como o *swag* constituem estratégias de auto-representação e de posicionamento no espaço social (Bourdieu, 1987: 159).

Em resumo, vimos que a Okutiuka possibilita o acesso a melhores condições de vida, mas também proporciona oportunidades de inserção social que passam nomeadamente pela escola e as práticas desportivas e recreativas. Para além de uma estratégia de inserção social, o recurso à Okutiuka pode igualmente ser lido como uma estratégia de ascensão social: estes jovens traçam planos de vida que passam por um emprego no mercado formal de trabalho e, se possível, numa estrutura governamental – que percebem como a melhor forma de garantir um futuro que não seja de pobreza –, por outro lado, residir na Okutiuka significa ter acesso a oportunidades de formação – condição para aceder ao mercado formal de trabalho.

Assim, quando se lhes pergunta se já pensaram em ir embora, obtemos respostas de quem perspectiva sair de “casa” somente depois de estar encaminhado na vida:

- Logo no início, logo que pus o pé cá e tive um banho bonito, senti-me em casa. Talvez é por isso que nunca pensei em sair do Centro tão cedo e sem nenhuma formação (LX, 18 anos, 28-08-2012).
- Penso mas... quando eu for adulto, já tiver o meu curso e arranjar trabalho (PR, 14 anos, 29-08-2012).

Com efeito, ao sair sem formação, correm o risco de uma nova precarização das condições de vida e de retroceder no *continuum* da inclusão/exclusão.

5.3. FUTURO PRÓXIMO: ASPIRAÇÕES PROFISSIONAIS E PESSOAIS

De que forma estes jovens perspectivam o futuro? Que sonhos e aspirações alimentam a nível profissional e pessoal?

Das conversas e convivência quotidiana, ressalta que as suas ambições não diferem das de outros jovens: desejam formar-se, ter um emprego, ter uma casa e constituir família, ou seja, ter autonomia financeira e estar socialmente integrados. Aliás, Ennew e Swart-Kruger (2003) notam que “moral values do not seem to be replaced by asocial attitudes; street children seem to have remarkably mainstream norms and aspirations”.

carregar/transportar mercadorias, tomar conta de crianças em casas, etc. Uma hora no cyber custa 200 Kwanzas (cerca 1,50 euro). Ir ao barbeiro fazer uma *laminagem* simples custa 100 Kwanzas, já uma *escovinha* é mais caro, varia entre 250 e 500 Kwanzas.

E porque “[sabem] que precisam se formar para poderem vencer na vida”, como ressaltou o professor Marcos Cassango, a prioridade é colocada na formação, um aspecto que foi referido pela maior parte dos jovens entrevistados:

- Espero avançar mais, estudar mais. [- Queres ir para a faculdade?] - Esse é que é o meu sonho (AO, 18 anos, 29-08-2012).
- Não quero parar de estudar. (...) Só penso na minha formação (MO, 17 anos, 27-08-2012).
- Agora a minha preocupação é formar-me, muito bem (...). Essa é a minha maior preocupação (LK, 17 anos, 30-08-2012).
- [Quero fazer o]12º e se houver a possibilidade, fazer a faculdade, sim. (...) A minha prioridade é primeiro os estudos, depois a minha profissão (LX, 18 anos, 28-08-2012).
- Era direito [que eu queria seguir] (...) só quero me formar, só quero vencer na vida (...) Este ano não estou a estudar porque não consegui entrar na faculdade. (...) Está a ser muito difícil ficar sem estudar. É uma derrota não estudar este ano.(...) Vou, vou tentar [entrar na faculdade no próximo ano] (TB, 21 anos, 28-08-2012).

As ambições académicas e profissionais destes jovens são relativamente altas: num país onde o mercado informal de trabalho é a principal saída profissional, ambicionam empregos em estruturas ou empresas estatais, isto é, ambicionam estabilidade e segurança. Nesse sentido, o “Governo” é tido como a entidade que garante melhores condições de empregabilidade:

- Gostaria de ter uma casa própria, um bom emprego, tipo de Governo, acho que esse é o sonho de quase todos, não é? (AO, 18 anos, 29-08-2012).
- Ali só tenho que arranjar trabalho, né, no Governo, ingressar no Governo (...) os biscates não são de confiar porque, eh pá, falha enquanto que no Governo já é outra coisa (DL, 23 anos, 26-08-2012).

Em termos de profissões, as escolhas oscilam entre sonho e realidade: engenheiro dos petróleos, juiz, veterinário, escritor, jornalista, fotógrafo, cantor, bailarino profissional e professor – sendo esta a saída profissional mais realista para muitos deles, tendo em conta as oportunidades que lhes estão acessíveis em termos formativos.

Importa também “ser uma pessoa bem respeitada”, o que, na perspectiva de TB, passa por estar bem “financeiramente”.

Alguns dos jovens entrevistados traçam projectos de vida no longo prazo: ter casa própria, casar e constituir família.

- Sim, gostaria casar, ter a minha casa, viver com a minha mulher, sim (MS, 19 anos, 03-09-2012).
- Ya. Esse é o meu sonho mesmo, é ter casa própria e formar uma família (DL, 23 anos, 26-08-2012).
- (...) eu também tenho os meus desejos, os meus sonhos de construir família (TB, 21 anos, 28-08-2012).

É contudo um sonho alimentado apenas por alguns, sobretudo os mais velhos. Outros nunca pensaram no assunto porque, dizem, ainda é cedo para isso, demonstrando preocupação em

concentrar-se na sua formação e vontade de aproveitar a juventude sem ter de assumir compromissos de adulto.

O tema dos filhos gera algum debate, uma vez que alguns destes jovens já são pais – designadamente DP e M –, devido a relações sexuais ocasionais não protegidas. DP admite que “é muito grande essa responsabilidade”, no entanto não foi algo que mexeu muito com a vida dele, uma vez que a mãe da criança continua a viver com os pais e que ele prossegue os estudos e a vida como dantes, mantendo no entanto uma relação regular com a filha recém-nascida: “Visito. Às vezes ela também vem trazer a criança. Às vezes eu vou lá, às vezes fica aqui comigo.”

Este não é o contexto para aprofundar a questão da parentalidade adolescente, podemos no entanto assinalar que estas situações não se afiguram como sendo de ausência de informação ou de não acesso ao preservativo, a explicação poderá antes ser procurada nas relações sociais de género e nas responsabilidades que são atribuídas aos rapazes e às raparigas em matéria de sexualidade e contraceção.

Por outro lado, há jovens que procuram ser cautelosos e ter relações protegidas porque sabem que não têm “condições para ter filho. Porque um filho precisa de muita coisa, muita, muita coisa, que eu sei. Não quero ver meu filho passar...” (DS, 24, 03-09-2012). TB partilha a mesma preocupação, a de proporcionar um futuro melhor, diz “não desejar que os meus filhos se calhar tenham uma vida conforme eu tive (...), quero que vivam vida tranquila.” De modo que, antes de pensar em ter crianças, querem primeiro assegurar um futuro profissional que lhes garanta condições para as sustentar, seguindo o modelo europeu na forma de planear as diferentes etapas da vida, bem como no planeamento familiar:

- (...) o modelo tem que ser mesmo o europeu, não é? [risos]

- E qual é o modelo europeu?

- São dois. O modelo europeu são dois, um casal, né?

(Entrevista colectiva, 03-09-2012)

Planear ter somente dois filhos insere-se no que Ferguson chama de “African aspirations to ‘likeness’ with real and imagined Western standards” (2006: 20). Tais aspirações traduzem o desejo de aceder a melhores condições de vida. Podemos ir um pouco mais longe e afirmar que estes jovens aspiram à igualdade de oportunidades num mundo global, motivo pelo qual se preocupam com a qualidade do ensino ou ainda com a forma como falam português:

- O nosso português aqui é mesmo o português de guerra, que nós usamos, nós falamos, não é o português próprio lá das bandas, é o português assim vulgar, não é o português mesmo, tipo dos próprios tucas, não é português próprio (...) nós queremos falar tipo conforme vocês falam, né? Nós cometemos muitos erros na escrita e na expressão. Te perguntam para onde é que foi fulano, tu vais dizer: o Zidane foi na escola, mas é um erro, devias dizer o Zidane foi à escola, isso é que é.

- Nós queremos ter a mesma qualidade (...) Ya, o português de nível 1.

(Entrevista colectiva, 03-09-2012)

Ferguson sustenta que a ligação entre diferenças culturais e desigualdades sociais não tem sido suficientemente tida em conta nos discursos sobre a globalização, quando um dos seus impactos foi precisamente criar “an increasingly acute awareness of the semiotic and material goods of the global rich” (2006: 21). Esta consciência provém nomeadamente da interconexão global possibilitada pela televisão e a internet. Na Okutiuka, as crianças e jovens consomem regularmente televisão¹²⁵, na sala prevista para o efeito, e os mais velhos têm conta de e-mail e presença nas redes sociais, não estando alheios às tendências globais.

5.3. PRÁTICAS CULTURAIS E RECOMPOSIÇÃO DAS IDENTIDADES SOCIAIS

Os jovens entrevistados cresceram a ouvir dizer que “puto de rua é bandido”. Depararam-se com este tipo de acusações quando viviam na rua, mas também mais tarde, quando de lá saíram:

- Antigamente, nós nas escolas sofriamos um preconceito e tínhamos vergonha de falar que vivíamos aqui. Porque as pessoas tinham em mente que normalmente os que vivem na rua são drogados, bêbados, malandros, não sei quê, então nas escolas quando nos recebiam, da Okutiuka era sempre delinquente, porque já sabiam que eram crianças que tinham andado na rua, está na droga, não sei quê, e muitas vezes fomos barrados nas escolas por causa disso (TB, 21 anos, 28-08-2012).

Face à estigmatização e à construção exógena de uma identidade como o “outro negativo”, tornou-se necessária a “reconstituição de uma identidade positiva” (Paugam, 1996a: 6), que é hoje motivo de orgulho, como assinala TB:

- (...) nós tínhamos esse medo de falar “eu sou da Okutiuka”, até que felizmente hoje até nos podem perguntar de onde somos, na apresentação cada um vai falar “eu sou da Okutiuka”. Nós mostrámos à sociedade do Huambo, e vamos continuar a mostrar, que o que eles pensavam de nós não é verdade (TB, 21 anos, 28-08-2012).

Essa recomposição identitária passou por reapropriar-se o espaço público de outra forma – legitimada pela sociedade –, nomeadamente através da participação no Carnaval Provincial Infantil¹²⁶, cujo desempenho ao longo dos anos tem suscitado interesse e admiração, mas também através de actuações de dança e música em eventos variados¹²⁷.

A rua, que contribuiu para lhes atribuir representações sociais negativas, vem sendo habitada por eles de modo diferente, através de expressões culturais e performances que reconfiguram

¹²⁵ Os canais televisivos acessíveis na Okutiuka eram na altura da pesquisa de terreno a TPA (canal estatal, que transmite nomeadamente alguns programas televisivos portugueses), a TV Zimbo (canal privado) e a TV Record Angola (antena local do canal brasileiro).

¹²⁶ Em 2013, o grupo carnavalesco da Okutiuka ganhou pela sétima vez consecutiva o primeiro lugar do Carnaval Provincial Infantil.

¹²⁷ Durante o trabalho de campo, um grupo de jovens da Okutiuka foi actuar na recepção organizada pelo Município do Huambo por ocasião da visita do presidente à cidade a 22-08-2012.

identidades, despindo-as de conotações desviantes, e alteram a sua relação com o espaço público e a sociedade. A rua é agora reinvestida como “espaço político” (Ennew e Swart-Kruger, 2003) onde estão em jogo representações e identidades.

O campo da música (Rap e Kuduro) também tem sido investido pelos jovens residentes na Okutiuka que compõem, cantam e produzem. TS faz música porque gosta de cantar, mas também porque “alivia a alma, para você não ficar triste”. TS, M. e ZO escrevem letras inspiradas nas suas vidas (desgostos amorosos), no mundo que os rodeia (mamã zungueira) ou ainda em problemas sociais como a delinquência, a Sida, a discriminação e o abandono escolar, porque “é uma mensagem que passa” (TS, 18 anos, 25-08-2012).

Uma das letras de TS fala do estigma que acompanha quem foi criança de rua:

sempre que nos vêem, pensam que nós somos cruéis
nos difamam assim e podem criticar
e nós somos filhos de deus que está sempre aqui

Outra música da autoria de TS intitula-se “Viver na Okutiuka cuia¹²⁸ bué” e inclui uma homenagem à dirigente da organização:

sou mesmo teu filho
mereces respeito e carinho
és uma mamã batalhadora
mamã Sónia eu não te esqueço porque me dás meu segundo berço
ya eu agradeço

A divulgação das músicas é geralmente feita através dos círculos de amigos e colegas: “Na escola, mete[m] nos telefones, para divulgar. Depois começam a enviar via *bluetooth*” (TS, 18 anos, 25-08-2012). É mais raro fazer actuações, se bem que às vezes chegam alguns convites para espectáculos, nomeadamente “quando a escola tem actividade”.

A música permite-lhes expressar sentimentos, inquietações e expectativas, canalizar energia e frustrações de forma positiva. É uma forma legítima de manifestação e participação no processo de construção da sociedade e possibilita ganhar reconhecimento social.

If education and employment are concrete, priority areas of concern for young people in Angola, several other manifestations of modernity and ways of accessing it through original and creative means are now visible in the country. One of them is undoubtedly music (Rodrigues, 2010: 177).

A música e a participação no carnaval representam modos de afirmação de uma identidade positiva e integradora, são uma formas de reivindicar que “nós não somos aqueles que eles pensam”

¹²⁸ Do verbo “cuiar” que significa gostar.

(TS, 18 anos, 25-08-2012) e desafiar visões produtoras de exclusão ao associar a rua a percursos de delinquência.

5.4. DA GUERRA À PAZ: O QUE MUDOU? CONSIDERAÇÕES SOBRE UM PAÍS EM DESENVOLVIMENTO

“A guerra foi longa e o processo de paz é muito recente”, comentou o escritor que visitou a Okutiuka em Agosto de 2012. A guerra foi causa de separação de muitas famílias e é apontada como o principal mecanismo de produção de crianças de rua no Huambo, pelo impacto negativo que teve nos laços sociais, provocando pauperização e dessolidarização da sociedade. Esta análise é partilhada quer pelos jovens quer por quem com eles trabalha:

- O que faz isso, que uma criança fique na rua é a guerra, a separação da família (...) Porque no tempo de guerra, eh pá, a mãe vai ali, os filhos vão acolá (DL, 23 anos, 26-08-2012).
- Antigamente (...) também não havia condições para ter a solidariedade porque, Lili, num país em guerra dificilmente se encontram pessoas solidárias (TB, 21 anos, 28-08-2012).
- (...) antes da guerra, não havia criança que fique sozinha. Tinha sempre espaço na casa de alguém. Só quando a pobreza começou mesmo a entrar bem na casa das pessoas é que as pessoas começaram a largar-se umas às outras (Sónia Ferreira, Coordenadora Geral da Okutiuka, 03-09-2012).
- Como consequência da guerra, algumas comunidades tiveram que se concentrar apenas na sua sobrevivência. E essa desintegração da vida comunitária perturbou alguns mecanismos tradicionais de transmissão das competências sociais. E com o aparecimento dessas famílias desagregadas, isso desembocou, em parte, nalgumas crianças da rua (Aurélio Augusto, INAC, 20-08-2012).

O calar das armas favoreceu a estabilidade política, o crescimento económico, a reconstrução de infra-estruturas económicas e sociais, permitiu a mobilidade interna e consequentemente o retorno dos deslocados e exilados e o reencontro com familiares: “Estão a aparecer as famílias, os tios, estão a acolher já os sobrinhos”, conta DL. Contudo, o reencontro não é um processo natural quando se cresceu sem laços com a família de origem e estes surgem tardiamente, obrigando a uma nova reconfiguração familiar, como testemunha TB:

- (...) há dias descobri que tenho tias, tenho avó (...) Então fui para lá [Bié], conheci a minha avó [materna], os meus familiares, ya foi muito fixe. Ao mesmo tempo foi fixe, mas ao mesmo tempo foi muito chocante. Era muito estranho para mim, porque quase vivi metade da vida, a parte mais importante da vida acho, sem familiares (TB, 21 anos, 28-08-2012).

Em 2002, a guerra deu lugar à transição para a paz. Dez anos depois sentem-se alguns dissabores relativamente às expectativas de integração social e bem-estar das populações:

- (...) a paz ainda não trouxe os benefícios com os quais sonhámos, porque é verdade que muitos mais empregos foram criados, muito mais coisas foram construídas, mas os salários continuam a ser muito baixos e esses anos de guerra criaram um espírito de individualismo muito grande (Sónia Ferreira, Coordenadora Geral da Okutiuka, 03-09-2012).

A última década foi de crescimento dos indicadores económicos e, simultaneamente, de crescimento das assimetrias sociais. À “guerra pela paz” (Péclard, 2008:10), lançada pelo MPLA em 1998, sucedeu a “guerra contra a pobreza”¹²⁹. O maior desafio da actualidade é fazer com que certas franjas da população – pobres e jovens – não sejam esquecidas no processo de desenvolvimento em curso.

Este não é o espaço para aprofundar os significados da paz em Angola, importa contudo referir que a paz não é vista por todos da mesma forma. Há quem considere que a paz ainda não foi alcançada¹³⁰ e é um processo ainda em curso. Por outro lado, certos sinais indicam que o período de transição terminou, por exemplo, a progressiva retirada de organizações internacionais¹³¹, como Médecins Sans Frontières, Save the Children e Oxfam, “por considerarem que Angola já não precisa desse apoio”, comenta Sónia Ferreira, acrescentando que há hoje mais organizações nacionais no Huambo a prestar apoio social – o Centro de Acolhimento Criança Feliz é uma delas. Porém, o apoio dado por essas organizações internacionais à Okutiuka – nomeadamente em termos de alimentos e medicamentos – não foi substituído por outro tipo de apoios, nacionais ou locais – nem a organização conseguiu ainda desenvolver um modelo de sustentabilidade – vivendo uma situação de permanente sufoco, o que dificulta a sua capacidade de resposta junto das crianças e jovens.

Uma década depois do fim da guerra, as ONG internacionais consideram que já não se justifica a sua intervenção. Contudo o forte crescimento económico (devido sobretudo ao sector petrolífero) não se traduz num maior investimento no desenvolvimento social do país, deixando milhares à margem dos benefícios desse crescimento – maioritariamente crianças e jovens, tendo em conta a composição da população angolana.

Como vimos, os sonhos das crianças e jovens que vivem na Okutiuka passam por uma integração socioeconómica que lhes permita alcançar um nível de bem-estar, correspondente a um certo modelo de desenvolvimento global, difundido nomeadamente pelas novelas portuguesas e brasileiras que passam diariamente na televisão. As aspirações em termos de estilo de vida são disso exemplo:

- Quanto menos filhos tiveres, melhor será o teu futuro, melhor vais viver. Menos preocupações terás futuramente. Com um ou dois filhos, acho que a tua atenção estará somente virada para eles e então o resto do teu tempo... Apesar de que tu tens filhos, tens o direito de sair, com a tua esposa ou a mãe do teu filho. Deixas o teu filho com a empregada de casa ou então com a avó, e vão se divertir, vão ter um jantar diferente, estás a ver? Quer dizer, estamos a imitar a Europa. Essa é a nossa visão. (...)
- Nós somos europeus-africanos.

¹²⁹ A capa da edição Nº 73 (Abril de 2013) da revista África 21 tinha como título: “Angola - A guerra contra a pobreza. Com a chegada da paz em 2002 muito se fez mas muito ainda falta fazer”.

¹³⁰ DW (2012), Dez anos de paz em Angola: que balanço? (www.dw.de/dez-anos-de-paz-em-angola-que-balanço/a-15845937)

¹³¹ Sobre este tópico, ver Hayman (2012).

- Quanto menos filhos tiveres, acho que melhor viverás. Porque também lhes vais prestar atenção. Há indivíduos, de tantos filhos já não consegue comprar uma calça para ele. (...)
- No geral, a nossa visão é ter poucos filhos, porquê? Porque nós estamos a crescer já com uma visão diferente.

(Entrevista colectiva, 03-09-2012)

Se a paz é uma das condições para concretizarem as suas aspirações de uma vida melhor, têm consciência das fortes desigualdades sociais que tornam mais difícil o seu alcance e adoptam uma perspectiva crítica face à qualidade do ensino público, às oportunidades de emprego existentes e à prática generalizada da corrupção.

Apontam críticas quer ao Estado, que não garante condições ao nível das infra-estruturas escolares, principalmente fora das cidades, e não assegura uma preparação adequada aos professores, quer à atitude dos professores que qualificam de negligente, salientando o absentismo e estados de ebriedade:

- O problema na formação está na qualidade do estudo. Quer dizer os professores estão incapacitados, então tudo acaba por complicar. (...) Porque se o pessoal não está bem formado, dificilmente vai formar um aluno (...) Aqui não tem professor mesmo bom. Os professores estão caiados, estão a boiar, bebem com os alunos. Os professores estão mais na escola só para coiso, só para encher o bolso dele (AN, 22 anos, 03-09-2012).
- (...) na escola, ensinam coisas à toa, tipo como se fosse uma pessoa que não estudou. Há professores que chegam à escola bêbados, começam a falar coisas que não deviam (MS, 19 anos, 03-09-2012).
- Há professores que dão aula nos municípios, só vão uma vez dar aula, mas no fim do mês tem salário, é complicado. Por exemplo o professor do M., no mês de Maio, houve semanas que ele não deu a aula (DL, 23 anos, 26-08-2012).
- Por exemplo, nos matos, o ensino de lá é muito pobre. Faltam melhores condições. Faltam turmas, material, professores. (...) Aqui em Angola tem também muita corrupção nas escolas. Tipo se tem um aluno que é mesmo nabo mas é rico, no fim do ano, reprova, vai ter com o professor, dá-lhe dinheiro para o corromper. (...) Para ingressar [na faculdade], tem que haver sempre [um gesto]. Mesmo com todos os documentos, para ingressar, sempre tem que ser com alguma coisa (B., 16 anos, 03-09-2012).

Questionados sobre as preocupações dos jovens angolanos, respondem de forma unânime: formação e emprego. Apostam na formação como forma de aceder a um lugar no mercado formal de emprego e aos direitos que lhe estão associados, mas têm consciência que os elevados níveis de crescimento da economia angolana nos últimos anos não reduziram as disparidades sociais e que para uma maioria a saída continua a ser o desemprego ou condições precárias de trabalho, no mercado informal.

- O que preocupa os jovens é que a pessoa pode terminar [os estudos], vai estar de novo no Alemanha, a vender. O Alemanha é o maior mercado provincial, então é uma oportunidade para um jovem. O jovem acaba por estar frustrado, entra no mundo da delinquência, acaba por se drogar, ya, é mesmo complicado.

É muito complicado, há também a corrupção: terminas o teu superior ou o teu médio, vais à procura de emprego, ninguém te recebe, ninguém olha para ti, mas continua a existir incompetência ali nas administrações, encontras pessoas que não têm formação nenhuma, tem um tio, um parente, alguém que os pôs ali, estás a ver, mas tu, que és formado para aquela área, não tens chance (AN, 22 anos, 03-09-2012).

Uma situação cada vez mais difícil de aceitar num país onde “the war could no longer serve as explanation for everything” (Hart, 2010: vii).

CONCLUSÃO

Penser l'enfance dans une société c'est aussi penser la société, telle qu'elle est mais aussi, au moins partiellement, telle qu'elle deviendra (Ballet & Bhukuth, 2009:10).

A presente investigação constitui uma reflexão sobre crianças e jovens com percursos de rua no município do Huambo. Um fenómeno que surge como consequência do prolongado conflito militar que desestruturou as comunidades e as famílias.

A cidade e a província do Huambo foram particularmente atingidas no último período do conflito (1992-2002), tendo sido destruída grande parte das infra-estruturas físicas e sociais e tendo-se assistido ao aumento generalizado da pobreza, como consequência da deslocação de populações e aumento da concentração urbana, da quebra na produção agrícola e da redução da capacidade do Estado em fornecer bens e serviços, e resultando na deterioração do estado nutricional e sanitário das populações. Por outro lado, o aumento das taxas de mortalidade e das situações de viuvez e orfandade, alterou as características dos agregados familiares. Neste contexto, o trabalho infantil constitui muitas vezes estratégia de sobrevivência das famílias, como forma de rendimento adicional, podendo também ser uma forma de sustento próprio para crianças desenquadradas das suas famílias.

A luta diária pela sobrevivência da maior parte da população resultou numa degradação dos valores sociais e quebra nos laços de solidariedade. A família alargada deixou de funcionar como rede de suporte.

O fim da guerra em 2002 possibilitou a deslocação em segurança pelo país. Só então foi possível medir os impactos da guerra e tomar consciência da dimensão dos problemas. A população infantil foi particularmente atingida: um elevado número de crianças apresentava um peso baixo para a idade, morria precocemente de malária, diarreia, malnutrição ou infecções respiratórias, não era registado à nascença e não era escolarizado, por falta de salas de aula e de professores. As estimativas da altura apontaram para 50.000 crianças órfãs e um número incerto de crianças perdidas das famílias.

A situação melhorou desde então. Contudo, apesar dos progressos realizados na última década, as acentuadas desigualdades sociais e os elevados níveis de pobreza mantêm um número importante de famílias e crianças em situação de precariedade e vulnerabilidade. O Inquérito Integrado sobre o Bem-Estar da População (IBEP) de 2008-2009 registava, por exemplo, que dois terços das crianças até aos cinco anos não têm registo de nascimento, o que se reflecte mais tarde nas taxas de escolarização, uma vez que é obrigatório ter cédula para frequentar a escola.

Nos últimos anos, assistiu-se a um forte crescimento económico, sustentado pelos sectores petrolífero e diamantífero. Não foi no entanto acompanhado por um esbatimento das desigualdades sociais. O petróleo conferiu a Angola uma posição estratégica na cena internacional e tornou o país

atractivo em termos de investimento, permitindo-lhe alavancar parceiros para a reabilitação de infra-estruturas físicas (i.e. estradas, caminho de ferro). O investimento na reconstrução de infra-estruturas sociais continua contudo aquém do necessário, não se verificando uma utilização da riqueza do país no sentido da melhoria das condições socioeconómicas da maioria da população, e em particular dos grupos mais vulneráveis, entre os quais as crianças.

De acordo com o INE, dez anos depois do fim da guerra, a incidência da pobreza permanece em 36.6%, o que significa um acesso mais fraco a serviços de saúde, piores condições de habitação e alimentação, menor probabilidade de frequentar a escola ou ir além do ensino primário, e se traduz por uma menor capacidade de participação social e política e uma maior exposição aos riscos e vulnerabilidades económicos e sociais.

No Huambo, o fenómeno das chamadas *crianças de rua* (aquelas que vivem de forma permanente na rua) e *crianças na rua* (aquelas que exercem actividades económicas na rua para se sustentar a si e à sua família, regressando a casa para dormir) ganhou visibilidade nos anos 90. Órfãs, perdidas das famílias, provenientes de famílias em situação de extrema pobreza ou de famílias reconstituídas, um número cada vez elevado de crianças começou a permanecer no espaço público exercendo as mais variadas actividades: vender, engraxar, pedir esmola, vaguear, brincar ou ainda dormir. Não havendo registos oficiais, não se sabe ao certo quantas são, os números variam consoante a fonte.

Mais do que as crianças “na rua”, são as crianças “de rua”, aquelas que se encontram desinseridas das estruturas de controlo da infância – família e escola –, que preocupam e constituem uma questão sensível para os poderes públicos. As crianças “de rua” representam um terreno potencial para percursos de delinquência e marginalidade, e suscitam por isso respostas normativo-agressivas por parte da polícia nomeadamente, que opera como força de limpeza do centro da cidade, numa lógica de reconstrução e apagamento dos danos causados pela guerra. É esta lógica que pode explicar a ausência de dados oficiais e a discrepância entre as estimativas das instituições públicas e das organizações não-governamentais.

Crianças de rua e *crianças na rua* são conceitos hegemónicos sobre os quais se alicerçam leituras homogeneizantes que não transcrevem a multiplicidade de modos de estar e se relacionar com a rua. À semelhança da categoria “vulnerável”, fazem parte do vocabulário internacional difundido por agências e organizações da ajuda ao desenvolvimento, concorrendo para produzir categorizações estigmatizantes, promover “retratos de dependência e marginalidade” (Panter-Brick, 2004) e ocultar a capacidade de acção destes actores sociais.

As crianças em situação de rua rompem com o mito ocidental da infância feliz e inocente – que se tornou a medida das todas as infâncias – e evidenciam o hiato entre a obrigação de protecção social da infância prescrita pelos instrumentos internacionais e a realidade socioeconómica dos países do *Sul* que mantém na pobreza e na precariedade grande parte da população, negando-lhe condições para proporcionar um enquadramento social e afectivo às suas crianças. A crescer à margem das estruturas

de controlo da infância, as crianças são confrontadas com atitudes e discursos estigmatizantes e acabam por interiorizar conotações (delinquente, drogado, bandido, malandro) que incidem negativamente sobre a sua identidade e auto-estima e as empurram para a marginalização e a exclusão.

Vários autores questionaram o modelo global da infância, denunciando o seu enviesamento ocidental e exportação para *Sul*. Por outro lado, as imagens mais frequentemente associadas aos países africanos tipificam uma infância sofrida – *child labourer*”, “street child”, “child prostitute” e “child soldier” – sendo pouco explorada a *normalidade* das crianças e a forma como articulam trabalho, escola e lazer. De facto, media, academia, ou ainda os actores e doadores da ajuda ao desenvolvimento, interessam-se mais pelas crianças *fora do lugar*, contribuindo para (re)produzir representações normativas dominantes.

A investigadora desenvolveu esta pesquisa partindo da perspectiva que a criança é um actor social, que detém uma capacidade de decisão própria, e não um mero recipiente das decisões dos adultos e, por isso, molda a sociedade ao mesmo tempo que é por ela moldada. Através de observação participante e entrevistas com jovens residentes no centro de acolhimento da Okutiuka e com informantes-chaves, foi possível conhecer as estratégias de sobrevivência das crianças e jovens que viveram algum tempo na rua e fazer emergir os seus pontos de vista sobre a sua situação presente e futura.

Constata-se que a grande maioria dos residentes na Okutiuka são naturais do município ou da província do Huambo. Os que são provenientes de outras cidades, vieram para o Huambo fugindo da guerra ou de uma família maltratante. A sua passagem pela rua deveu-se a uma sequência de rupturas: afectivas, materiais e simbólicas. De modo que não é um factor único mas sim uma correlação de factores que leva a criança a viver na rua: por um lado, factores circunstanciais (guerra, grupo de pares), por outro, factores estruturais (pobreza, violência familiar).

Para sobreviver na rua, a criança tem de recorrer a um conjunto de estratégias para garantir a satisfação das suas necessidades básicas. Fazer parte de um grupo é uma delas, assegura uma certa protecção e aumenta a probabilidade de conseguir alimentos. Os grupos funcionam como redes de suporte. Não se verifica contudo uma tendência para se formarem grupos organizados estáveis. Cumprindo uma finalidade mais utilitária do que identitária, os grupos tendem a ter um carácter temporário. Pedir esmola e fazer biscates são outros dos mecanismos de subsistência a que recorrem as crianças quando estão na rua, se bem que mendigar é uma estratégia que não resulta com os mais crescidos.

Na rua, as crianças conseguem satisfazer grande parte das suas necessidades: subsistência, suporte social, diversão. Desprotegidas, as crianças fazem prova de inventividade e astúcia e encontram mecanismos que lhes garantam alguma segurança, como por exemplo, abrigar-se em locais de difícil acesso (últimos andares de prédios devolutos ou inacabados) ou ter vários nomes, sendo desta forma mais fácil esquivarem-se à polícia.

A rua reveste uma pluralidade de significados: liberdade, paz e até segurança, para quem sofreu maus-tratos em casa, mas também medo, solidão e sofrimento. Em todo o caso, constitui sempre uma ausência de acesso a um conjunto de direitos (educação, protecção, saúde). A rua é ainda palco de violência, física e verbal, por parte da polícia, dos transeuntes bem como por parte dos pares.

A violência recorrente e a falta de segurança são elementos catalisadores para a procura de alternativas à rua que permitam simultaneamente aceder aos domínios da protecção e da educação, duas das necessidades que as crianças mais dificilmente conseguem cobrir por elas próprias.

No Huambo, existe hoje várias organizações, que dão apoio alimentar, habitacional e educativo às crianças desinseridas das suas famílias, a maior parte ligadas à igreja ou ao governo e com uma abordagem assistencialista. A Okutiuka é actualmente a única ONG, que adopta uma perspectiva de desenvolvimento integral da criança, incluindo afectivo e emocional.

Como descrito no capítulo cinco, a Okutiuka fornece suporte material e afectivo, mas também perspectivas de futuro através do papel de ponte que a organização desempenha com as estruturas sociais (escola, cuidados de saúde, etc.). O apoio ao nível da formação escolar, profissional, mas também cívica é muito importante, sendo dos aspectos mais valorizados pelos jovens entrevistados. Este apoio reflecte-se ao nível do desempenho escolar, que se traduz na aquisição (ou ambição) de habilitações académicas que vão além do ensino obrigatório para a generalidade dos jovens ali residentes e na integração no ensino profissional ou universitário para alguns.

Constatou-se também que as noções de casa, família e parentesco são reconfiguradas por estas crianças e jovens. A Okutiuka constitui-se como uma família adoptiva que proporciona aos residentes bem-estar físico e emocional, actividades recreativas e de lazer, aquisição de competências sociais e relacionais (saber-estar e saber-ser), que se traduzem num reforço da sua auto-estima e auto-confiança. É uma família de substituição que lhes permite ter uma infância e adolescência consonantes com as normas globais, ou seja, aceder aos quatro tipos de direitos fundamentais estabelecidos pela Convenção dos Direitos da Criança: direito à sobrevivência, ao desenvolvimento, à protecção e à participação.

Assim, pode-se concluir que as crianças/jovens entrevistados perspectivam a Okutiuka como estratégia de sobrevivência, nas duas vertentes da reprodução, física e social, mas também como estratégia de inserção e promoção social. Neste sentido, recorrem à organização para melhorar as suas condições de vida, mas também para reclamar o exercício dos seus direitos e posicionar-se socialmente – se possível afastado das margens, lugar susceptível de conduzir à exclusão.

Os jovens entrevistados foram percorrendo o *continuum* da exclusão/inserção e estão hoje mais afastados da zona de desafiliação. As crianças vulneráveis e marginalizadas de ontem, tornaram-se hoje jovens socialmente inseridos, que partilham uma experiência comum de ruptura dos laços familiares e de vivência à margem das instituições de socialização (escola) durante algum tempo – situação que não era rara em Angola durante a guerra e inclusive no período pós-conflito.

Em relação ao futuro, apercebemo-nos que as suas ambições não diferem das de outros jovens: formar-se, ter emprego, uma casa e constituir família, isto é, ter autonomia financeira e estar socialmente integrados. “Their strongest wish is to be like other children again”, tinha também concluído Yves Marguerat (2005: 207) nas suas investigações sobre *crianças de rua* na capital do Togo.

Um horizonte que agora vislumbram graças à reconstituição de uma identidade positiva para a qual contribuíram as expressões culturais e artísticas promovidas pela Okutiuka que lhes permitem reinvestir a rua de forma legítima. As performances de música e dança no Desfile do Carnaval contribuem para uma recomposição identitária e para alterar a sua relação com o espaço público e a sociedade. O Carnaval e outras manifestações culturais constituem-se como espaços políticos, onde estão em jogo representações e identidades, sendo-lhes desta vez possível afirmar uma identidade positiva. Assim, as práticas performativas (música, dança, *swag*) vão além de estratégias de auto-representação e constituem também estratégias de posicionamento social que se inscrevem no que Bourdieu chama de “luttres symboliques à propos de la perception du monde” (1987:159).

Tanto a academia como as organizações que intervêm no terreno, isto é, no apoio a grupos da população ditos em risco ou vulneráveis – categorias também elas socialmente construídas –, têm um papel importante a desempenhar na forma como comunicam sobre estas populações. Contribuem pois para a construção social da sua identidade, neste caso a de crianças e jovens com percursos de rua. Os conceitos e as definições que lhes estão associados marcam socialmente o grupo a que se referem. É por isso responsabilidade de quem os utiliza, fazê-lo de forma crítica. As opções conceptuais não são indiferentes: enquanto o conceito de “sem abrigo” transmite a ideia que o alojamento pode resolver o problema e que este é, portanto, temporário, o conceito de “criança de rua” remete para uma ideia de pertença e uma componente identitária.

Alguns aspectos aqui aflorados merecem ser aprofundados em investigações futuras sobre crianças e jovens em Angola, por exemplo, a relação entre identidade e performance artística e a dimensão de género nos percursos de rua. As raparigas foram as grandes ausentes desta pesquisa, uma vez que a Okutiuka só acolhe rapazes. No entanto também estão muito ausentes da literatura sobre crianças em situação de rua. Apesar de experienciarem em menor número do que os rapazes percursos de rua, merecem que futuras investigações se debrucem sobre a forma como vivem as situações de rua.

São também necessários mais estudos sobre as crianças e os jovens que questionem as representações que *Norte e Sul* têm sobre as crianças no *Norte* e no *Sul*, e ajudem a fazer emergir a voz destes actores sociais e o significado das suas acções. A infância global constitui um dos terrenos onde se confrontam as relações de poder entre “the rest and the West” (Young, 2009: 19) e a produção científica concorre para a permanente (re)construção do equilíbrio de poderes vigente. Não podemos esquecer que por detrás dos discursos e das representações sobre o Outro, estão também em jogo as representações sobre nós próprios.

FONTES

SITES CONSULTADOS

African Economic Outlook	www.africaneconomicoutlook.org
Afrik.com	www.afrik.com
AfriqueRenouveau en ligne	www.un.org/africarenewal/fr
Angop - Agência Angola Press	www.portalangop.co.ao
AngoNotícias	www.angonoticias.com
Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos	www.achpr.org/pt
Comissão Nacional de Eleições	www.eleicoes2012.cne.ao
Deutsche Welle	www.dw.de
Dicionário Priberam	www.priberam.pt
Jornal de Angola	http://jornaldeangola.sapo.ao
Global Financial Integrity	www.gfintegrity.org
Ministério das Finanças da República de Angola	www.minfin.gv.ao
Oeil d'Afrique	http://oeildafrique.com
Organização Internacional do Trabalho	www.ilo.org
Okutiuka (página no Facebook)	www.facebook.com/pages/Okutiuka-Ação-Para-a-Vida/203688702985219
TV Zimbo	www.tvzimbo.com
UNICEF	www.unicef.pt
Voz da América	www.voaportugues.com
Vozes de Nós (Blogue)	www.vozes-de-nos.blogspot.pt
Wikipedia	https://pt.wikipedia.org

LEGISLAÇÃO CONSULTADA

Nacional

- Constituição da República de Angola
www.governo.gov.ao/Arquivos/Constituicao_da_Republica_de_Angola.pdf
- Lei de Bases do Sistema de Educação (Lei 31/01, de 31.12.2001)
www.inide.angoladigital.net/pdf/LEIdeBASES%20do%20novo%20Sistema%20de%20ensino.pdf
- 11 Compromissos da Criança (Resolução nº05/08, de 18.01.2008, do Conselho de Ministros)

- Lei sobre a Protecção e Desenvolvimento Integral da Criança (Lei 25/12, de 22.08.2012)
www.governo.gov.ao/VerLegislacao.aspx?id=511
- Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017
www.minfin.gv.ao/fsys/PND.pdf

Internacional

- Convenção dos Direitos da Criança
- Convenção dos Direitos da Criança das Nações Unidas
- Carta Africana dos Direitos e Bem-Estar da Criança
- Convenção da OIT n.º138 sobre a Idade Mínima de Admissão ao Emprego
- Convenção da OIT n.º182 sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil
- Protocolo facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança relativo à Venda de Crianças, à Prostituição e à Pornografia Infantil
- Protocolo facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança relativo à Participação de Crianças em Conflitos Armados

BIBLIOGRAFIA

- ALANEN, Leena (1994), "Gender and generation: Feminism and the 'Child question'", em QVORTRUP, J., et al. (orgs.), *Childhood matters: Social theory, practice and politics*, Aldershot, Avebury, pp.27-42.
- ALLAIS, F.B. (2007), *Children's work in Angola: an overview*, Working Paper. Disponível em: www.essex.ac.uk/armedcon/story_id/childrenworkinangola.pdf
- ARIES, Philippe (1988), *A criança e a vida familiar no Antigo Regime*, Lisboa, Relógio D'Água, Cap. I, pp. 33-192.
- ASHFORD, Lori S. (2007), *Africa's Youthful Population: Risk or Opportunity?*, Population Reference Bureau (Online). Disponível em : www.prb.org/pdf07/africayouth.pdf
- BALLET, Jérôme e Augendra BHUKUTH (2009), "Introduction: penser la société, penser l'enfance dans les pays en développement", *Mondes en développement*, (Online), 146(2), pp.7-10. Disponível em: www.cairn.info/accueil.php/rss/revue-mondes-en-developpement-2009-2-page-7.htm
- BEAUD, Stéphane e Florence Weber (1998), *Guide de l'enquête de terrain*, Paris, Editions La Découverte.
- BIAU, Daniel (2010), "Les enjeux de l'urbanisation en Afrique: Remarques introductives", comunicação apresentada na *Troisième Conférence Ministérielle Africaine sur le Logement et le Développement Durable*, ONU-Habitat, 22 de Novembro de 2010, Bamako. (Online). Disponível em : www.unhabitat.org/downloads/docs/BiauSpeechFrench.pdf
- BONNEWITZ, Patrice (2005), *Premières leçons sur La sociologie de Pierre Bourdieu*, Paris, Presses Universitaires de France.
- BORDONARO, Lorenzo e Ruth PAYNE (2012), "Ambiguous agency: critical perspectives on social interventions with children and youth in Africa", *Children's Geographies*, X(4), pp.365-372.
- BORDONARO, Lorenzo e Clara CARVALHO (2010), "Introduction", *Cadernos de Estudos Africanos*, 18/19, pp. 10-18.
- BOURDIEU, Pierre (2000), *Esquisse d'une théorie de la pratique: précédé de trois études d'ethnologie kabyle*, Paris, Seuil.
- BOURDIEU, Pierre (1997), *Razões Práticas: Sobre a teoria da acção*, Oeiras Celta Editora.
- BOURDIEU, Pierre (1987), "Espace social et pouvoir symbolique", em BOURDIEU, Pierre, *Chose dites*, Paris, Les Editions de Minuit, pp. 147-166.
- BOYDEN, Jo (1997), "Childhood and the policy makers: a comparative perspective on the globalization of childhood", em JAMES A. e A. PROUT (orgs.), *Constructing and reconstructing childhood*, London, Routledge, pp. 190-225.
- Brenthurst Foundation, The (2011), "Putting Young Africans to Work - Addressing Africa's Youth Unemployment Crisis", Discussion Paper No. 08, The Brenthurst Foundation, Johannesburg (Online). Disponível em: www.thebrenthurstfoundation.org/Files/Brenthurst_Commissioned_Reports/Brenthurst-paper-2011-08-Putting-Young-Africans-to-Work.pdf
- BRYMAN, Alan (2012), *Social Research Methods*, Oxford, University Press.
- CAMPENHOUDT, Luc Van (2001), *Introduction à l'analyse des phénomènes sociaux*, Paris, Dunod.
- CARVALHO, Paulo de (2010), "Gangues de rua em Luanda: de passatempo a delinquência", *Sociologia, Problemas e Práticas*, 63, pp.71-90.
- CARVALHO, Paulo de (2008), *Exclusão social em Angola. O caso dos deficientes físicos de Luanda*, Luanda, Kilombelombe.
- CASTRO, Lúcia R. (2002), "A infância e seus destinos no contemporâneo", *Psicologia em Revista*, VIII(11), pp.47-58.

- CASTEL, Robert (1996), “Les marginaux dans l’histoire”, em PAUGAM, S. (orgs.), *L’exclusion, l’état des savoirs*, Paris, La Découverte, pp. 32-41.
- CASTEL, Robert (1994), “La dynamique des processus de marginalisation: de la vulnérabilité à la désaffiliation”, *Cahiers de Recherche Sociologique*, 22, pp.11-27.
- CÉFAI, Daniel (2003), “Postface. L’enquête de terrain en sciences sociales”, em CÉFAI, Daniel (orgs.), *L’enquête de terrain*, Paris, Editions La Découverte, pp. 465-615.
- CHABAL, Patrick (2007), “*E Pluribus Unum: Transitions in Angola*”, em CHABAL Patrick e Nuno VIDAL (orgs.), *Angola: The weight of history*, London, Hurst & Company, pp.1-18.
- CHARON, Joel M. (1989), *Symbolic Interactionism: an introduction, an interpretation, an integration*, New Jersey, Prentice Hall.
- CHENEY, Kristen (2010), “Deconstructing Childhood Vulnerability: An introduction”, *Childhood in Africa*, II(1), pp. 4-7.
- CICOUREL, Aaron V. (2003), “Contre un empirisme naïf. Une théorie plus forte et un contrôle plus ferme sur les données”, em CÉFAI, Daniel (orgs.), *L’enquête de terrain*, Paris, Editions La Découverte, pp. 380-397.
- CLOVER, Jenny (2002), “Angola’s children: Bearing the greatest cost of war”, *African Security Review*, XI(3), pp. 103-108.
- CODESRIA (2011), *Children’s Agency and Development in African Societies: Bibliography*, Dakar, CODESRIA. (Online).
Disponível em: www.codesria.org/IMG/pdf/Bibliography_CODESRIA_Child_Youth_Studies_Institute_2011.pdf
- COLONNA, Elena (2009), “O lugar das crianças nos estudos africanos: Reflexões a partir de uma investigação com crianças em Moçambique”, *Revista POIÉSIS*, II(2), pp.3-23.
- COMAROFF Jean e John COMAROFF (2005), “Reflections on Youth: From the Past to the Postcolony”, em em DE BOECK, F e A. HONWANA (orgs.), *Makers & Breakers, Children & Youth in Postcolonial Africa*, Dakar, CODESRIA, pp.19-30.
- COMMITTEE ON THE RIGHTS OF THE CHILD (2010), *Consideration of reports submitted by States parties under article 44 of the convention. Concluding Observations: Angola, #58, 55th session, 1 Sept – 13 Oct 2010*, (Online). Disponível em: www.crin.org/docs/Angola_55.doc
- CONNOLLY, Mark e Judith ENNEW (1996), “Children out of place”, *Childhood*, 3, pp. 131-146.
- CORSARO, William A. (2005), *The Sociology of Childhood*, London, New Delhi, Sage Publications.
- DALLAPE, Fabio (1996), “Urban children: A challenge and an opportunity”, *Childhood*, 3, pp.283-293.
- DE BOECK, Filip e Alcinda HONWANA (2005), “Children & Youth in Africa: Agency, Identity and Place”, em DE BOECK, F e A. HONWANA (orgs.), *Makers & Breakers, Children & Youth in Postcolonial Africa*, Dakar, CODESRIA, pp.1-18.
- DE BOECK, Filip e Alcinda HONWANA (2000), “Faire et défaire la société: Enfants, jeunes et politique en Afrique”, *Politique Africaine*, 80, pp.5-11.
- DE WALT, Kathleen M. e Billie R. DE WALT (2002), *Participant observation: a guide for fieldworkers*, Lanham, Rowman Littlefield.
- DUBRESSON, Alain e Jean-Pierre RAISON (2003), *L’Afrique subsaharienne: Une géographie du changement*, Paris, Armand Colin.
- DURHAM, Deborah (2000), “Youth and the Social Imagination in Africa: Introduction to Parts 1 and 2”, *Anthropological Quarterly*, 73(3), pp.113-120.

- EMERSON, Robert (2003), “Le travail de terrain comme activité d’observation. Perspectives ethnométhodologiques et interactionnistes”, em CÉFAI, Daniel (orgs.), *L’enquête de terrain*, Paris, Editions La Découverte, pp. 398-424.
- ENNEW Judith e Jill SWART-KRUGER (2003), “Introduction: Homes, Places and Spaces in the Construction of Street Children and Street Youth”, *Children, Youth and Environments*, (Online) 13(1). Disponível em: www.colorado.edu/journals/cye/13_1/Vol13_1Articles/CYE_CurrentIssue_ArticleIntro_Kruger_Ennew.htm
- ENNEW, Judith (2003), “Difficult circumstances: Some reflections on ‘street children’ in Africa”, *Children, Youth and Environments*, (Online) 13(1). Disponível em: www.streetchildren.org.uk/_uploads/Publications/8.Difficult_Circumstances_Some_Reflections_on_“Street_Children”_in_Africa.pdf.pdf
- ENNEW, Judith (2000), “The history of children’s rights: Whose story?”, *Cultural Survival Quarterly*, (Online) 24(2). Disponível em www.culturalsurvival.org/ourpublications/csq/article/the-history-childrens-rights-whose-story
- ENNEW, Judith (1994), “Time for children or time for adults”, em QVORTRUP, J., et al. (orgs.), *Childhood matters: Social theory, practice and politics*, Aldershot, Avebury, pp.125-143.
- EVANS, Ruth (2006), “Negotiating Social Identities: The Influence of Gender, Age and Ethnicity on Young People’s “Street Careers” in Tanzania”, *Children’s Geographies*, IV(1), pp. 109-128.
- EVERS, Sandra J.T.M. et. al. (2011), “Ethnography of Children in Africa: Moving beyond Stereotypical Representations and Paradigms”, EVERS, Sandra J.T.M. et. al. (orgs.), *Not just a victim: the child as catalyst and witness of contemporary Africa*, Leiden, Brill, pp.
- EZEMBE, Ferdinand (2009), *L’enfant africain et ses univers*, Paris, Karthala.
- FELICIANO, José F. et al. (2008), *Protecção Social, Economia Informal e Exclusão Social nos PALOP*, S. João do Estoril, Principia.
- FERGUSON, James (2006), “Introduction: Global Shadows: Africa and the World”, em FERGUSON, James (org.), *Global Shadows: Africa in the Neoliberal World Order*, Durham, Duke University Press, pp.1-24.
- GARCIA, Orlando (orgs.) (2011), *Engenhos de Rua: Modelos de intervenção com crianças em situação de vulnerabilidade/exclusão em Angola, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe*, Edição ACEP. (Online). Disponível em: www.acep.pt/portals/0/BlogueVdN/EngenhosRua1.pdf
- GLAUSER, Benno (1994), “Street Children: Deconstructing a construct”, em QVORTRUP, J., et al. (orgs.), *Childhood matters: Social theory, practice and politics*, Aldershot, Avebury, pp. 145-164.
- GOFFMAN, Erving (1973), *La mise en scène de la vie quotidienne: 1- La présentation de soi*, Paris, Les Editions de Minuit.
- GOFFMAN, Ervin (1968), *Asiles. Etudes sur la condition sociale des malades mentaux*, Paris, Minuit.
- GOODY, Jack (1977), *The Domestication of the Savage Mind*, Cambridge University Press.
- GURN - GOVERNO DE UNIDADE E RECONCILIAÇÃO NACIONAL (2000), *Relatório de Seguimento das Metas da Cimeira Mundial pela Infância*, Luanda. (Online). Disponível em: www.unicef.org/specialsession/how_country/edr_angola_pt.PDF
- HART, Keith (2010), “Foreword”, em GRASSI, Marzia, *Forms of familial, economic, and political association in Angola today: a foundational sociology of an African state*, Lampeter: The Edwin Mellen Press, pp. i-iv.
- HART, Jason (2006), “Saving children: What role for anthropology?”, *Anthropology Today*, 22(1), pp.5-8.
- HAYMAN, R. (2012) *Aid withdrawal, partnership and CSO sustainability in a time of global economic change - Background Paper*. (Online). Disponível em: www.intrac.org/data/files/Background_Paper_-_Aid_withdrawal_partnership_and_CSO_sustainability_-_November_2012.pdf

- HECHT, Tobias (1998), *At Home in the Streets: Street children in Northeast Brazil*, Cambridge, Cambridge University Press.
- HONWANA, Alcinda (2002), “Negotiating Postwar Identities: Child Soldiers in Mozambique and Angola”, em BOND G. e N. GIBSON (orgs.), *Contested Terrains and Constructed Categories*, New York, Westview Press.
- HUMAN RIGHTS WATCH (2003), *Struggling through peace. Return and resettlement in Angola*. (Online). Disponível em: www.hrw.org/sites/default/files/reports/angola0803.pdf
- INE - INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICAS DE ANGOLA (2013), *Angola em números 2012*. (Online). Disponível em <http://www.ine-ao.com/PDFS/Angola%20em%20Número%202013.pdf>
- INE - INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICAS DE ANGOLA (2011), *Inquérito Integrado sobre o Bem-Estar da População (IBEP) 2008-09, Relatório Analítico*, (Online), Vol.1, p.i-xi. Disponível em: www.ine.gov.ao/xeo/attachfileu.jsp?look_parentBoui=770636&att_display=n&att_download=y.
- JAMES A. e A. PROUT (orgs.) (1997), *Constructing and reconstructing childhood*, London, Routledge.
- JENKS, Chris (1996), *Childhood*, New York, Routledge.
- JONES, O. (2001), “ ‘Before the dark of reason’: Some ethical and epistemological considerations on the otherness of children”, *Ethics, Place & Environment: A Journal of Philosophy & Geography*, IV(2), pp. 173-178.
- KENDALL, Nancy (2010), “Gendered Moral Dimensions of Childhood Vulnerability”, *Childhood in Africa*, II(1), pp.26-47.
- KOPPELE, Brenda E. (2012), *Crianças de rua em Angola: caracterização das suas expressões culturais*, Dissertação de Mestrado em Sociologia da Infância, Braga, Universidade do Minho. (Online). Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/19537/1/Brenda%20Engelien%20te%20Koppele.pdf>
- KUYU, Camille (2005a), “Spécificités africaines et procédures de prise en charge de l’enfant marginalisé”, em TESSIER, Stéphane (orgs.), *L’enfant des rues : contribution à une socio-anthropologie de l’enfant en grande difficulté dans l’espace urbain*, Paris, L’Harmattan, pp.218-222.
- KUYU, Camille (2005b), “Otages de la rue”, em TESSIER, Stéphane (orgs.), *L’enfant des rues : contribution à une socio-anthropologie de l’enfant en grande difficulté dans l’espace urbain*, Paris, L’Harmattan, p.276-286.
- LE BILLON, Philippe et al. (2008), “Au-delà du pétro-militarisme: La stratégie extérieure angolaise d’après-guerre”, *Politique Africaine*, 110, pp. 102-121.
- LOPES, Carlos M. (2011), *Candongueiros & Kupapatas – Acumulação, Risco e Sobrevivência na Economia Informal em Angola*, Cascais: Principia.
- LUCCHINI, Riccardo (1996), *Sociologie de la survie: l’enfant dans la rue*, Paris, Presses Universitaires de France.
- LUCCHINI, Riccardo (1993), *Enfant de la rue : Identité, sociabilité, drogue*, Genève, Librairie Droz.
- MALIK, Khalid et al. (2013) *Relatório de Desenvolvimento Humano 2013: A ascensão do Sul. O progresso humano num mundo diversificado*. Nova Iorque, PNUD. (Online). Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr2013/download/pt/>
- MARGUERAT, Yves (2005), “From generational conflict to renewed dialogue: Winning the trust of street children in Lomé, Togo”, ABBINK, Jon e Ineke VAN KESSEL, *Vanguard or Vandals: Youth, Politics and Conflict in Africa*, Leiden, Brill, pp.207-227.
- MARGUERAT, Yves (2000), “Les chemins de la rue. Essai de synthèse sur le processus de production d’enfants de la rue en Afrique”, em UCAC (Orgs.), *Citadins et ruraux en Afrique subsaharienne*, Paris, Karthala, pp.387-403.
- MARGUERAT, Yves e Danièle POITOU (orgs.) (1994), *À l’écoute des enfants de la rue en Afrique Noire*, Paris, Fayard.
- MARTINS, Catarina (2011), “The dangers of the single story: Child-soldiers in literary fiction and film”, *Childhood*, 18 (4): 434-446.

- MENDES, José Manuel Oliveira (2001), “O desafio das identidades”, SANTOS, Boaventura de Sousa (Orgs.), *Globalização: Fatalidade ou utopia?*, Edições Afrontamento, pp. 489-523.
- MESSIANT, Christine (2008), *L'Angola postcolonial. Guerre et paix sans démocratisation*, Paris, Karthala.
- MESSIANT, Christine (2006), “Transição para o Multipartidarismo sem Transição para a Democracia”, em VIDAL, N. e J. PINTO DE ANDRADE (orgs.), *O Processo de Transição para o Multipartidarismo em Angola*, Lisboa, Edições Firmamento, pp.131-161.
- MINISTERIO DO PLANEAMENTO E DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL (2012), *Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017*. (Online) Disponível em: www.minfin.gv.ao/fsys/PND.pdf
- MINISTERIO DO PLANEAMENTO (2005), *Estratégia de Combate à Pobreza: Reinserção Social, Reabilitação e Reconstrução e Estabilização Económica, Edição Revista*. (Online). Disponível em: <http://mirror.undp.org/angola/linktrf/ecp-angola2005.pdf>
- MONTANDON, Cléopâtre (2001), “Sociologia da infância: balanço dos trabalhos em língua inglesa”, *Cadernos de Pesquisa*, 112, pp.33-60.
- MONTCLOS, Marc-Antoine Pérouse de (2002), *Villes et violence en Afrique Noire*, Paris, Karthala.
- MORICE, Alain (1985), “Commerce parallèle et troc à Luanda”, *Politique Africaine*, (Online), 17, pp.105-120. Disponível em : http://horizon.documentation.ird.fr/exl-doc/pleins_textes/pleins_textes_7/divers2/17821.pdf
- MUDIMBE, V.Y. (1988), *The invention of Africa: gnosis, philosophy, and the order of knowledge*, Blomington: Indiana University Press.
- MUDIMBE, V.Y.(1994), *The idea of Africa*, Bloomington and Indianapolis, Indiana University Press.
- MUFUNE, Pemplani (2000), “Street youth in southern Africa”, *International Social Science Journal*, 52(164), pp.233-243.
- MUTUNE, Gumisai (2006), “Jeunesse africaine cherche emplois”, *Afrique Renouveau*, (Online), 6. Disponível em: www.un.org/africarenewal/fr/magazine/october-2006/jeunesse-africaine-cherche-emplois
- NEIVA-SILVA, L. e S.H. KOLLER (2002), “A rua como contexto de desenvolvimento”, LORDELO, E.R. et al. (orgs), *Infância brasileira e contextos de desenvolvimento*, São Paulo e Salvador, Casa do Psicólogo e UFBA, pp. 205-230.
- NIEUWENHUYS, Olga (2013), “Theorizing childhood(s): Why we need postcolonial perspectives”, *Childhood*, 20(1), pp.3-8.
- NIEUWENHUYS, Olga (2010), “Keep asking: Why childhood? Why children? Why global?”, *Childhood*, 17(3), pp.291-295.
- NIEUWENHUYS, Olga (2008), “The ethics of children’s rights”, *Childhood*, 15(1), pp. 4-11.
- OECD (2012), "Promouvoir l'emploi des jeunes", in AfDB, et al. , *Perspectives économiques en Afrique 2012: Promouvoir l'emploi des jeunes*, OECD Publishing.
- PANTER-BRICK, Catherine (2004), “Homelessness, Poverty, and Risks to Health: Beyond at Risk Categorizations of Street Children”, *Children’s Geographies*, II(1), pp.83-94.
- PAUGAM, Serge (1996a), *L'exclusion, l'état des savoirs*, Conférence du 13/12/96, Les publications du CREAS, pp.1-7. (Online). Disponível em: <http://users.swing.be/creas/pdf/7Paugamsitecreas.pdf>
- PAUGAM, Serge (1996b), “Les sciences sociales face à l'exclusion”, em PAUGAM, S. (orgs.), *L'exclusion, l'état des savoirs*, Paris, La Découverte, pp.565-577.
- PECLARD, Didier (2008), “Les chemins de la ‘reconversion autoritaire’ en Angola”, *Politique Africaine*, 110, pp. 5-20.
- PEREIRA, Luena N. (2008), “Crianças feiticeiras: reconfigurando família, igrejas e estado no pós-guerra angolano”, *Religião e Sociedade*, (Online), 28(2), pp.30-55. Disponível em: www.scielo.br/pdf/rs/v28n2/a03v28n2.pdf

- PIRES, Flávia (2007), “Ser adulta e pesquisar crianças: explorando possibilidades metodológicas na pesquisa antropológica”, *Revista de Antropologia de São Paulo*, (Online), 50(1), pp. 225-270. Disponível em: www.revistas.usp.br/ra/article/view/27261
- PIROT, Bernard (2004), *Enfants des rues d’Afrique Centrale*, Paris, Karthala.
- POLUHA, Eva (2004), *The power of continuity: Ethiopia through the eyes of its children*, Uppsala, Nordiska Afrikainstitutet, Cap.1, pp.13-24
- PROUT, Alan e Allison James (1997), “A new paradigm for the sociology of childhood? Provenance, promise and problems”, em JAMES A. & A. PROUT (orgs.), *Constructing and reconstructing childhood: Contemporary issues in the sociological study of childhood*, London, Routledge, pp.7-33.
- PUNCH, Samantha (2003), “Childhoods in the majority world: miniature adults or tribal children?”, *Sociology*, 37 (2), pp.277-295.
- QVORTRUP, Jens (1997), “A voice for children in statistical and social accounting: A plea for children’s right to be heard”, em JAMES A. & A. PROUT (orgs.), *Constructing and reconstructing childhood: Contemporary issues in the sociological study of childhood*, London, Routledge, pp.85-106.
- QVORTRUP, Jens (1994), “Childhood matter: An introduction”, em QVORTRUP, J., et al. (orgs.), *Childhood matters: Social theory, practice and politics*, Aldershot, Avebury, pp.1-23.
- QVORTRUP, J., et al. (orgs.) (1994), *Childhood matters: Social theory, practice and politics*, Aldershot, Avebury.
- RIVARD, Jacinthe (2004), “Des pratiques autour des jeunes/enfants des rues: une perspective internationale”, *Nouvelles Pratiques Sociales*, XVII(1), pp.126-148.
- ROCA, Zoran (2000), *As crianças de rua em Angola. Um Estudo das Necessidades e dos Potenciais para a Introdução do Ensino Básico Informal*, Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.
- ROCHA, John (2002), “The costs of the conflict in Angola”, *South African Journal of International Affairs*, IX, (2), pp.1-16.
- RODRIGUES, Cristina U. (2010), “Youth in Angola: Keeping the pace toward modernity”, *Cadernos de Estudos Africanos*, 18/19, pp. 165-179.
- ROSEMBERG, Fúlvia (1993), “O discurso sobre criança de rua na década de 80”, *Cadernos de Pesquisa*, 87, pp.71-81.
- SARMENTO, Manuel J. (2002), “Infância, exclusão social e educação como utopia realizável”, *Educação & Sociedade*, 78, pp.265-283.
- SAPORITI, Angelo (1994), “A methodology for making children count”, em QVORTRUP, J., et al. (orgs.), *Childhood matters: Social theory, practice and politics*, Aldershot, Avebury, pp.189-210.
- SHAMGAR-HANDELMAN, Lea (1994), “To whom does childhood belong?”, em QVORTRUP, J., et al. (orgs.), *Childhood matters: Social theory, practice and politics*, Aldershot, Avebury, pp.249-265.
- SIROTA, Régine (2001), “Emergência de uma sociologia da infância: evolução do objeto e do olhar”, *Cadernos de Pesquisa*, 112, pp.7-31.
- SOGGE, David (2011), “Sem Falta de Ambição: A Política Económica de Angola em Retrospectiva”, em VIDAL, N. e ANDRADE, J. P. (orgs), *Economia Política e Desenvolvimento em Angola*, Luanda e Lisboa, Chá de Caxinde e Media XXI, pp.149-165. (Online). Disponível em: www.academia.edu/1603879/Sem_Falta_de_Ambicao_a_Politica_Economica_de_Angola
- TAVARES PIMENTA, Fernando (2008), *Angola, os brancos e a independência*, Edições Afrontamento, Cap.6, pp. 345-726.

- THE AFRICAN CHILD POLICY FORUM (2011), *Le Rapport Africain sur le Bien-Etre de l'Enfant 2011: Budgétiser pour les enfants*, Addis Abeba, The African Child Policy Forum. (Online). Disponível online em www.africanchildforum.org/africanreport/attachements/article/47/AfricanReport2011_french.pdf
- TOMÁS, Catarina (2008), “Childhood and Rights: Reflections on the UN Convention on the Rights of the Child”, *Childhood*, II (2), pp. 1-14.
- TOMÁS, Catarina (2007), “Paradigmas, imagens e concepções da infância em sociedades mediatizadas”, *Media e Jornalismo*, 11, pp.119-134.
- URRUTIA, Jorge (2000), *Leitura do obscuro: Uma semiótica de África*, Lisboa, Teorema.
- VALENTIN, Karen e Lotte MEINERT (2009), “The adult North and the young South: Reflections on the civilizing mission of children’s rights”, *Anthropology Today*, 25(3), pp. 23-28.
- VAN CAMPENHOUDT, Luc (2001), *Introduction à l’analyse des phénomènes sociaux*, Paris, Dunod.
- VENTURA, Margarida (2003), *O Stress Traumático e suas sequelas nos Adolescentes do Sul de Angola*, Luanda, Editorial Nzila.
- VIDAL, Nuno (2007a), “The Angolan regime and the move to multiparty politics”, em CHABAL Patrick e Nuno VIDAL (orgs.), *Angola: The weight of history*, London, Hurst & Company, pp.124-174.
- VIDAL, Nuno (2007b), “Social neglect and the emergence of civil society”, em CHABAL Patrick e Nuno VIDAL (orgs.), *Angola: The weight of history*, London, Hurst & Company, pp.200-235.
- WHEELER, Douglas (2009), “Uma breve história de Angola entre 1971 e 2008”, em WHEELER, Douglas e René PÉLISSIER, *História de Angola*, Lisboa, Tinta-da-China, PP. 355-375.
- WETHERELL, et. al. (2001), *Discourse theory and practice : a reader*, London: Sage Publications.
- YOUNG, Robert (2009), “What is the postcolonial?”, *ARIEL: A Review of International English Literature*, XL(1), pp. 13–26.
- ZELIZER, V. (1985), *Pricing the priceless child: The changing value of children*, New York, Basic Books.

ANEXOS

A. LISTA DAS ENTREVISTAS REALIZADAS

Quadro 1 – Entrevistas individuais semi-estruturadas com jovens residentes no centro de acolhimento da Okutiuka

Data e local da entrevista	Nome	Idade	Origem	Família	Rua	Vive na Okutiuka desde	Escolaridade
29-08-2012 Okutiuka	AO	18	Huambo	. Pais faleceram, ficou com irmã mais velha que o colocou numa instituição e de lá foi transferido para Okutiuka	–	. Chegou com 8 anos	. Está no 11º ano . Começou a estudar na Okutiuka . Quer ir para faculdade
27-08-2012 Okutiuka	DP	19	Huambo	. Pai estava separado da mãe . Veio para Okutiuka com o irmão	. Decidiu sair de casa com irmão mais pequeno pq mãe não tinha como os sustentar . Ficou 2 anos na rua	. Chegou com 10 anos . Fez várias fugas (mais velhos batiam)	. Está no 8º ano . 1ª matrícula depois de estar na Okutiuka
26-08-2012 Okutiuka	DL	23	Huambo	. Vive com o irmão na Okutiuka . Irmã e mãe estão em Luanda	. Viveu na fábrica com mãe e irmãos	. Desde 2005	. Está no 11º ano . Iniciação à escola na Okutiuka
30-08-2012 Okutiuka	LK	17	Lubango (veio para o Huambo para fugir da guerra)	. Pai faleceu em 2004 e mãe em 2007 (na fábrica) . Viveu algum tempo c/ avó . Tem 2 irmãos e 2 irmãs uma em Luanda	. Esteve na rua com a mãe e irmãos	. Desde 2002, primeiro esteve como externo	. Está no 10º . Começou a estudar na Okutiuka
28-08-2012 Okutiuka	LX	18	Huambo	. Mãe batia-lhe . Conflitos com padrasto . Tem irmãos que vivem com a mãe	. Ficou um ano e tal	. Chegou com 10 anos	. Está no 9º ano . Andava na escola quando vivia com família
27-08-2012 Okutiuka	MO	17	Malange (veio para Huambo com amigos)	. Nunca conheceu os pais . Viveu com uma tia (não era de sangue) que o maltratava	. Ficou um ano e meio	–	. Está no 7º ano . 1ª matrícula depois de estar na Okutiuka
03-09-2012 Okutiuka	MS	19	–	. Nunca conheceu os pais . Viveu com os tios que o tratavam mal . Tem um irmão	. Não sabe dizer quanto tempo viveu na rua	. Não sabe há quanto tempo chegou	. Está no 4º ano . 1ª matrícula depois de estar na Okutiuka
28-08-2012 Okutiuka	TB	21	Huambo	. Mãe desapareceu durante a guerra . Pai doente, internado (maluco) . Maus tratos da madrasta	. Viveu na rua com irmão . Cerca de ano e meio	. Chegou com 8 anos	. Não está a estudar este ano porque não conseguiu entrar para faculdade

Quadro 2 – Entrevistas realizadas no quadro de actividade de fotografia

Data e local da entrevista	Nome	Idade	Origem	Família	Rua	Vive na Okutiuka desde	Escolaridade
29-08-2012 Jardim da Cultura e Pç. Agostinho Neto	D	12	–	. Fugiu de casa com medo, a mãe queria bater-lhe	. Fugiu de casa com medo dos maus-tratos por parte da mãe	. Chegou com 9 anos	. Está no 5º ano . Ia à escola antes de viver na rua
29-08-2012 CFB e Praça Agostinho Neto	PR	14	Huambo	. Institucionalizado pela mãe, foge e vai viver para rua	. Viveu na rua cerca de um ano depois de ter saída de uma instituição onde a mãe o tinha posto	. Chegou com 9 anos	. Está no 5º ano . Ia à escola antes de viver na rua

Quadro 3 – Entrevistas colectivas com jovens residentes na Okutiuka

Data e local da entrevista	Conversa com	Temas abordados
25-08-2012 Okutiuka	TS	sobre música
29-08-2012 Okutiuka	BS, M	sobre moda e <i>swag</i>
03-09-2012 Okutiuka	B, MS, QA	sobre direitos
03-09-3012 Okutiuka	DS, AN, ZI	sobre expectativas e perspectivas futuras

Quadro 4 – Entrevistas com informantes-chaves

Data e local da entrevista	Conversa com	Cargo / Organização
20-08-2012 INAC	Aurélio Augusto	Chefe da secção de Contabilidade e Administração do INAC
21-08-2012 Okutiuka	Marcos Cassango	Professor de explicações na Okutiuka
28-09-2012 MINARS	D.Firmina e D.Gertrudes	funcionárias do MINARS
03-09-3012 Okutiuka	Sónia Ferreira	Fundadora e Coordenadora Geral da Okutiuka

B. GUIÕES DAS ENTREVISTAS

GUIÃO PARA ENTREVISTA COM JOVENS RESIDENTES NA OKUTIUKA

Objectivo: compreender a visão que têm de si próprios e sobre o seu percurso, que estratégias utilizam para cobrir as suas necessidades (de sobrevivência, de protecção, afectivas, de divertimento), que redes de apoio tecem, etc.

1 – Trajectória de vida / Estratégias na rua

- Como te chamas? Quantos anos tens?
- Onde nasceste ?
- Como vieste para a Okutiuka ? Foi quando?
- Com quem vivias antes? a tua família?
- Se não vivias com família: porquê, o que aconteceu?
- Porque saíste de casa? Quando saíste de casa, para onde foste?
- Já viveste na rua?
- Quanto tempo? Onde dormias?
- O que fazias durante o dia?
- Como arranjavas comida? Davam-te ou compravas?
- Como arranjavas dinheiro? Trabalhavas? A fazer o quê? Outra forma?
- Como eram os teus dias, o que fazias desde que acordavas até te deitares?
- Quem tratava de ti quando estavas doente?
- Quem te ajudava em caso de dificuldades ou problemas?
- Andavas sozinho ou em grupo? Quem eram os outros do grupo? Eram teus amigos? Ainda falas com eles?
- Como eras tratado pelas pessoas? E pelas outras crianças? Te estigavam?
- Alguma vez usaste drogas quando estavas na rua?
- Ias à escola? Com que idade começaste a escola?
- (Se sim) Em que ano estás? Quem tratou da tua inscrição na escola?
- (Se não) Porque não vais? O que fazes durante o dia? Gostavas de ir a escola?
- O que fazes quando não estás na escola? Como ocupas o tempo (brincadeira, trabalho, outras ocupações)?

2- Redes Institucionais

- Gostas de estar na Okutiuka? Já pensaste/foste alguma vez em ir embora?
- O que gostas mais / menos na Okutiuka? O que encontras aqui que não encontras noutros sítios?
- Já tiveste apoio de outras ONG antes da Okutiuka? que tipo de apoio? Como correu essa experiência?
- Conheces outras organizações que apoiam crianças em dificuldade?

3- Redes sociais e familiares

- Que relações tens com os teus pais? São ambos vivos? Casados? Separados?
- (Se tem madrasta/padrasto) Como te dás com ela/ele?
- Tens irmãos/irmãs? Onde vivem? Com que frequência os vês?
- Com que (outros) membros da família manténs contactos?
- (Se não mantém contacto com a família) Há quanto tempo? O que aconteceu?
- Com quem costumavas passar mais tempo? O que fazem quando estão juntos? Por onde costumam andar? São teus/ tuas amigos/as?
- Com quem falas quando estás triste / dificuldades /preocupações ?

4 – Futuro / Sonhos

- O que queres fazer quando fores adulto?
- Onde gostavas de viver?
- Queres casar, ter filhos?

GUIÃO PARA ENTREVISTA COM INSTITUIÇÕES ESTATAIS

Objectivo: compreender a visão que têm das crianças de rua e das crianças na rua, identificar os actores governamentais e não-governamentais que trabalham que lhes dão apoio, recolher os dados existentes.

1- Definições e inserção socioeconómica

- Quem são as crianças de rua / criança na rua?
- De onde vêm, principalmente?
- Onde vivem? Com quem?
- Que partes da cidade costumam frequentar?
- Que ocupações têm essas crianças?
- Como ganham dinheiro?
- Estão inseridas no sistema escolar?
- As crianças de rua juntam-se em grupo? Se sim, o que caracteriza esses grupos?
- Qual o seu relacionamento com as autoridades?

2- Mapeamento

- Desde quando se vêem criança de rua / criança na rua no Huambo?
- No seu entender, ao que se deve a existência de criança de rua e de criança na rua? Quais as causas?
- Que papel teve a guerra na “produção” de criança de rua / criança na rua?
- Existem estudos sobre as crianças de rua / criança na rua?
- É possível estimar o seu número?
- Que respostas existem por parte dos poderes públicos?
- Quem são as organizações que dão apoio às crianças de rua / criança na rua?
- Qual o tipo de apoio que dão?

3- Diferenças

- O que caracteriza as crianças de rua, em relação às crianças que estão inseridas nas suas famílias?
- O que distingue as crianças na rua das crianças que não estão em situação de vulnerabilidade social ou exclusão?
- Quais as perspectivas de futuro de umas e outras?

GUIÃO PARA ENTREVISTAS COM RESPONSÁVEIS DE ONG QUE TRABALHAM COM CRIANÇAS DE/NA RUA

Objectivo: compreender a visão que têm das crianças de rua e das crianças na rua, e de que forma isso influencia a sua intervenção.

1- Definições e inserção socioeconómica

- Quem são as crianças de rua / criança na rua?
- Onde vivem? Com quem?
- De onde vêm normalmente?
- Que partes da cidade costumam frequentar?
- Que ocupações têm essas crianças?
- Como ganham dinheiro?
- Estão inseridas no sistema escolar?
- As crianças de rua juntam-se em grupo? Se sim, o que caracteriza esses grupos?
- Qual o seu relacionamento com as autoridades?

2- Mapeamento

- Desde quando se vêem criança de rua / criança na rua no Huambo?
- No seu entender, ao que se deve a existência de criança de rua e de criança na rua? Quais as causas?
- Que papel teve a guerra na “produção” de criança de rua / criança na rua?
- Existem estudos sobre as crianças de rua / criança na rua?
- É possível estimar o seu número?
- Que respostas existem por parte dos poderes públicos?
- Que tipo de apoio dá a vossa organização?
- Quando surgiu a necessidade de dar esse apoio?
- Que outras organizações dão apoio às crianças de rua / criança na rua?

3- Diferenças

- O que caracteriza as crianças de rua, em relação às crianças que estão inseridas nas suas famílias?
- Quais as perspectivas de futuro de umas e outras?
- O que distingue as crianças de rua das crianças que estão inseridas nas suas famílias?
- O que distingue as crianças na rua das crianças que não estão em situação de vulnerabilidade social ou exclusão?

C. EXCERTOS DA EXPOSIÇÃO FOTOGRÁFICA REALIZADA DURANTE O TRABALHO DE CAMPO

As fotografias e legendas são da autoria dos jovens residentes na Okutiuka



DP (19 anos): Este prédio fica na Baixa, perto do mercado municipal. Eu dormia lá com o meu irmão e os meus amigos quando tinha 8 anos.



DP (19 anos): Depois vivi neste prédio. É chamado de FAPA.



D. (12 anos): Aqui é onde eu esperava as pessoas que saiam do café Novo Império e lhes pedia para me darem dinheiro ou comida.



LX (18 anos): Esta fotografia mostra o trabalho feito pelas crianças que nós éramos. Com esta idade, eu também cartava água, servia às mesas, lavava a loiça das pessoas para que me dessem alguma coisa para comer.



LK (17 anos): É o prédio da Energia, na Baixa. Foi neste prédio que me hospedei com a minha família depois de termos saído do Bailundo.



LK (17 anos): É o prédio do Partido, na Baixa. É debaixo deste prédio onde toda a malta fazia encontros entre equipas de rua para praticar futebol de salão.



PR (14 anos): Esta fotografia foi tirada na *Staf*. Esta é uma das casas onde eu brincava e passava o dia com os meus amigos e os meus irmãos quando tinha 11 anos. Na altura, esta casa não estava habitada, não tinha tecto nem janelas.



N (24 anos): Quando não encontrava trabalho ou não conseguia dinheiro para comprar pão e me alimentar, ia procurar comida nos contentores.

D. FOTOGRAFIAS TIRADAS PELA INVESTIGADORA

A Okutiuka e o seu centro de acolhimento Okulissanga

Tem sede nas instalações da antiga Fábrica de Lacticínios do Huambo, na Rua do Comércio, bairro de São Brás, na zona baixa da cidade.



1- Fonte: Google Maps



2 - Vista da Okutiuka desde o topo do prédio FAPA



3 - Okutiuka. Vista do portão de entrada e da “Casa Branca”



4 - Okutiuka. Vista da antiga Fábrica de Lacticínios do Huambo



5 - Okutiuka. Vista da lavanderia e acesso aos quartos

Momentos da vida quotidiana na Okutiuka
Tarefas: lavar a roupa, ajudar na cozinha, higiene pessoal



6



7



8



9



10



11

Lazer: desporto, carnaval, televisão, desenho, brincadeiras, estúdio de produção, swag



12



13



14



15

Carnaval 2013 | Fonte : Página Facebook da Okutiuka



16



17



18



19



20



21



22



23

Prédio da FAPA

Este edifício inacabado está localizado na Rua 5 de Outubro, na parte baixa da cidade. É desde há muitos anos um prédio que à noite é ocupado por crianças de rua. Os pisos superiores têm as paredes grafitadas, com desenhos e frases que parecem servir para marcar o território ao mesmo tempo que permitem exprimir emoções.



18



19



20



21



22

CURRICULUM VITAE

Liliana Marisa Vieira da Silva Azevedo

Nasceu a 07-05-1977 em Amarante (Portugal)

Cresceu e viveu na Suíça até ao ano 2000

Habilitações Académicas

2004 Pós-Graduação Gerir Projectos em Parceria, ISCTE – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa

2001 Mestrado em Estudos sobre Género, Universidades de Lausanne e Genève (Suíça)

1998 Licenciatura em Ciências Sociais, Universidade de Lausanne (Suíça)

Experiência Profissional

Desde 2012 Membro da Direcção na Plataforma Portuguesa das ONGD

Desde 2010 Gestora de Projectos na ACEP – Associação para a Cooperação Entre os Povos

2008-2009 Representante em Portugal da Associação Cap Magellan

2006-2008 Representante de Portugal no LEM –Lobby Europeu de Mulheres

2006-2008 Assistente de Direcção na Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres

2002-2008 Técnica de Projectos e Responsável do Centro de Documentação na AMCV – Associação de Mulheres Contra a Violência

Experiências de Activismo e Voluntariado

Na área dos direitos dos migrantes: Associação Entrelaçar (Suíça, 1999-2000), Conselho Português para os Refugiados (2004) e SOS Racismo (desde 2004)

Na área dos direitos das mulheres: Marcha Mundial das Mulheres (2005-2010)

Conhecimento de Línguas

Bilingue Português-Francês

Inglês: Bom nível, escrito e oral

Italiano e espanhol: Nível razoável, escrito e oral